



“TERRA, TRABALHO E TETO”: OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA E A LUTA POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Fernando Calheiros

“TERRA, TRABALHO E TETO”:

**OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA E A
LUTA POR REFORMA AGRÁRIA POPULAR
NA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Fernando Calheiros



**UFSC
Florianópolis
2018**

Copyright © 2018 Fernando Vonsowski Calheiros

Coordenação de edição

Carmen Garcez

Projeto gráfico

5050com

Editoração eletrônica

Flávia Torrezan

Capa

Carmen Garcez

Foto: Rubens Lopes – Marcha dos Amarelos

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina**

C152t Calheiros, Fernando Vonsowski
"Terra, trabalho e teto" [recurso eletrônico] : ocupação Amarelo
de Souza e a luta por reforma agrária popular na Grande
Florianópolis / Fernando Vonsowski Calheiros. – Dados eletrônicos –
Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2018.
182 p. : il., gráfs., mapas

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-45535-31-7

E-book (PDF)

1. Movimentos sociais – Florianópolis, Região Metropolitana de (SC).
 2. Conflito social – Florianópolis, Região Metropolitana de (SC).
 3. Reforma agrária – Florianópolis, Região Metropolitana de (SC).
- I. Título.

CDU: 323.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB 14/1396

Todos os direitos reservados à

Editoria Em Debate

Campus Universitário da UFSC – Trindade

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Bloco anexo, sala 301 – Telefone: (48) 3721-4046

Florianópolis – SC

www.editoriaemdebate.ufsc.br / www.lastro.ufsc.br

O projeto de extensão Editoria Em Debate conta com o apoio de recursos do acordo entre Middlebury College (Vermont – USA) e UFSC.

NOTA EDITORIAL

Muito do que se produz na universidade não é publicado por falta de oportunidades editoriais, tanto nas editoras comerciais como nas editoras universitárias, cuja limitação orçamentária não acompanha a demanda existente, em contradição, portanto, com essa demanda e a produção acadêmica exigida. As consequências dessa carência são várias, mas, principalmente, a dificuldade de acesso aos novos conhecimentos por parte de estudantes, pesquisadores e leitores em geral. De outro lado, há prejuízo também para os autores, frente à tendência de se valorizar a produção intelectual conforme as publicações, em uma difícil relação entre quantidade e qualidade.

Constata-se, ainda, a velocidade crescente e em escala cada vez maior da utilização de recursos informacionais, que permitem a divulgação e a democratização do acesso às publicações. Dentre outras formas, destacam-se os *e-books*, artigos *full text*, base de dados, diretórios e documentos em formato eletrônico, inovações amplamente utilizadas para consulta às referências científicas e como ferramentas formativas e facilitadoras nas atividades de ensino e extensão.

Documentos, periódicos e livros continuam sendo produzidos e impressos, e continuarão em vigência, conforme opinam estudiosos do assunto. Entretanto, as inovações técnicas podem contribuir de forma complementar e oferecer maior facilidade de acesso, barateamento de custos e outros recursos que a obra impressa não permite, como a interatividade e a elaboração de conteúdos inter e transdisciplinares.

Portanto, é necessário que os laboratórios e núcleos de pesquisa e ensino, que agregam professores, técnicos educacionais e estudantes na produção de conhecimento, possam, de forma convergente, suprir suas demandas de publicação também como forma de extensão universitária, por meio de edições eletrônicas com custos reduzidos e em divulga-

ção aberta e gratuita em redes de computadores. Essas características, sem dúvida, possibilitam à universidade pública cumprir de forma mais eficaz suas funções sociais.

Dessa perspectiva, a editoração na universidade pode ser descentralizada, permitindo que várias iniciativas realizem essa convergência com autonomia e responsabilidade acadêmica, editando livros e periódicos de divulgação científica, conforme as peculiaridades de cada área de conhecimento no que diz respeito à sua forma e conteúdo.

Por meio dos esforços do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – que conta com a participação de professores, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação –, e por iniciativa e empenho do prof. Fernando Ponte de Sousa, a Editoria Em Debate (ED) completa sete anos de realizações, sempre com o apoio do Middlebury College/Vermont, que acreditou no projeto. Criada com o objetivo de desenvolver e aplicar recursos de publicação eletrônica para revistas, cadernos, coleções e livros que possibilitem o acesso irrestrito e gratuito dos trabalhos de autoria dos membros dos núcleos, laboratórios e grupos de pesquisa da UFSC e outras instituições, conveniadas ou não, sob orientação e acompanhamento de uma Comissão Editorial, a ED publicou 52 livros desde 2011.

Os editores

Coordenador

Jacques Mick

Conselho editorial

Adir Valdemar Garcia

Ary César Minella

Fernando Ponte de Sousa

Iraldo Alberto Alves Matias

Janice Tirelli Ponte de Sousa

José Carlos Mendonça

Laura Senna Ferreira

Maria Soledad Etcheverry Orchard

Michel Goulart da Silva

Paulo Sergio Tumolo

Ricardo Gaspar Müller

Valcionir Corrêa

Dedicado à querida e inesquecível
colega Allisson Fitipaldi (in memoriam).

Alli, terminamos!

*Os homens fazem sua própria história,
mas não a fazem como querem;
não a fazem sob circunstâncias de sua
escolha e sim sob aquelas com que
se defrontam diretamente, legadas e
transmitidas pelo passado.*

Karl Marx
(Dezoito Brumário de Luís Bonaparte)

AGRADECIMENTOS

É certo afirmar que um trabalho não se faz sozinho. Embora a pesquisa exija um maior esforço de quem a elabora, vai a campo, analisa e a escreve, as contribuições advindas das mais diversas pessoas certamente apresentam-se como suporte fundamental para a possibilidade de conclusão do trabalho.

Nesse sentido, sou grato aos ensinamentos adquiridos durante os anos como bolsista no Laboratório de Sociologia do Trabalho (LASTRO), particularmente as conversas, orientações e importantes conselhos dos professores Fernando Ponte de Souza e Valcionir Corrêa, mestres por quem sempre guardarei grande admiração, respeito e gratidão.

Às amizades nascidas das lutas e reivindicações por melhores condições de permanência na Universidade, especialmente à militância atuante na moradia estudantil da UFSC (2010-2013), onde junto ao Daniel Vasconcelos, Raruilquer Oliveira e tantos outros colegas, aprendi a importância e necessidade da resistência e luta dos estudantes trabalhadores como forma de sobrevivência dentro de um espaço institucional majoritariamente conservador e elitista.

À família Orlandi, em particular à Verônica, companheira que contribuiu consideravelmente nas várias etapas deste trabalho, prestando suporte material e emocional nos momentos que se apresentaram mais exaustivos e difíceis, e dessa forma fazendo toda a diferença na superação dos obstáculos e para a conclusão da pesquisa.

Às importantes mulheres da minha família, Neli Martins, Neila Calheiros, Alinne e Carolinne, pelo apoio e cuidados prestados desde o começo de minha caminhada. À Rosely Vonsowski, pelos auxílios e atenção dispensados principalmente na etapa final do trabalho.

Ao grupo de pesquisa “Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na grande Florianópolis” da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob a coordenação do Prof. Francisco Canella. Espaço que me proporcionou importantes reflexões e experiências acerca da temática estudada.

Ao professor e orientador Raúl Burgos, pela paciência e sabedoria com que conduziu a orientação, permitindo que eu atingisse o meu limite na pesquisa. À professora e coorientadora Carmen Susana Tornquist “Susi”, por acreditar em minha proposta de projeto, me orientando de maneira sábia para que eu conseguisse chegar às minhas próprias reflexões e conclusões.

Por fim, agradeço imensamente a todos os entrevistados, especialmente aos coordenadores e lideranças do Movimento Amarelado, por quem guardo consideração e respeito pela coragem e luta. Certamente, sem as ações protagonizadas por esses sujeitos não haveria a possibilidade da existência deste trabalho.

Fernando Calheiros

Florianópolis, setembro de 2018

SUMÁRIO

Prefácio	
<i>Por Carmen Susana Tornquist</i>	15
Apresentação	21
1. Contexto de surgimento da Ocupação Amarildo de Souza	27
Cidade neoliberal e luta de classes no espaço urbano	27
As especificidades da Grande Florianópolis.....	36
O contexto de surgimento segundo relatos e versões das lideranças e coordenadores do Movimento.....	46
2 Trajetória do Movimento na Região da Grande Florianópolis	63
Ocupação em área urbana – O caso da SC-401	63
Saída em massa das famílias e a desarticulação da base social do Movimento.....	87
Transferência para o município de Águas Mornas e o processo de assentamento em área rural	98
3 Composição social, projeto político e rede de apoio do Movimento Amarildo	107
Composição social	109
Projeto político	121
Rede de apoio.....	133
Considerações acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios do Movimento Amarildo	141

Considerações finais: Desafiando a ordem do(a) Capital.....	155
Cronologia da trajetória do Movimento	161
Referências	165
Lista de gráficos, mapas e figuras.....	171
Lista de siglas e abreviações.....	172
Apêndice	
Questionário aplicado ao superintendente da SPU/SC.....	173
Anexos	
Anexo A – O acordo da audiência pública conciliatória de 7 de fevereiro de 2014.....	175
Anexo B – Nota pública da SPU/SC.....	177
Anexo C – Nota pública da Procuradoria da União/SC.....	177
Anexo D – Nota do MPF, DPU e INCRA ao governador do Estado de Santa Catarina	179
Anexo E – Lista da rede de apoiadores	180

PREFÁCIO

A luta de classes está por toda parte

Este trabalho coloca na cena política aquela *velha senhora* que tantos intelectuais e organizações políticas insistem em invisibilizar: a luta de classes. Situado no campo acadêmico dos movimentos sociais, Fernando faz uma espécie de *descrição densa* do Movimento de Ocupação *Amarildo*¹ – como ele define – partindo do campo consagrado da sociologia dos movimentos sociais, mas ultrapassando seus cânones, alçando o estudo para uma análise de fundamento marxista, esforço que é, também, o de seu orientador. Se debruça com garra e com gana sobre esse movimento que foi o acontecimento político mais significativo de 2014 em Santa Catarina. Fazem parte do trabalho um conjunto precioso de panfletos, artigos, documentos, gráficos, mapas, fotos e falas de diferentes sujeitos envolvidos no processo. A Ocupação Amarildo meteórica, contundente, talvez fugaz, precisava com urgência de um registro qualificado. Ei-lo, agora, aqui: na forma de livro, fruto de um trabalho de conclusão de curso (TCC) das Ciências Sociais. Sim, não nos enganemos: trata-se de um trabalho de graduação e não de uma dissertação.

¹ Utilizo itálico para indicar tanto o Movimento Ocupação, que resgata seu nome, como os seus participantes, que se reportam à pessoa Amarildo de Souza, pedreiro e pescador, que desapareceu em 2013 após uma busca da polícia em sua casa, no Rio de Janeiro.

Analisando minuciosamente o contexto no qual emergiu a Ocupação Amarildo, em dezembro de 2013, Fernando nos mostra como Florianópolis recebeu a *velha senhora* no momento em que vários acontecimentos políticos relevantes do ponto de vista dos movimentos sociais aconteciam no país, como a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Memória e da Verdade, Jornadas de Junho, preparativos da Copa – com seus trágicos desdobramentos para os pobres e para os fundos públicos –, lutas indígenas também nas cidades, desaparecimento de Amarildo de Souza, acirramento da criminalização dos movimentos populares.

Na cada vez mais gentrificada capital catarinense, sua agenda política não era menor: ocorria a aprovação do Plano Diretor, que se arastava nas instâncias ditas participativas havia anos, para terminar em violência, enquanto na cidade concreta da burguesia cresciam por todos os lados seus condomínios, resorts, campos de golfe, bistrôs e restaurantes étnicos. Mas havia resistências: lutas por parques, Passe Livre e lutas contra os aumentos da tarifa do transporte coletivo, articulações da “bancada popular” no debate da cidade. Mas faltava escancarar a luta de classes! E *Amarildo* fez isso, de forma espetacular. Ocupando um terreno numa área rural em vias de ser recategorizada como urbana, na rodovia que integra os chiques balneários do norte da Ilha, os *amarildos* ergueram suas lonas pretas em uma madrugada já quente de um dos verões mais tórridos que a cidade vivenciaria nos últimos anos. Nos poucos – e intensos – meses em que ficaram ali, os trabalhadores e trabalhadoras (doravante, *amarildos*) impuseram sua “incômoda” presença a todas as gentes. A ocupação envolveu todo tipo de questão: reforma agrária, reforma urbana, especulação imobiliária, racismo ambiental, seletividade dos serviços públicos, avanços e limites dos governos petistas, contradições dos movimentos sociais, violência, agroecologia. Toda a riqueza do real presente nesse processo – fragmento que expressa a totalidade social registrada no trabalho de Fernando, seja pela voz dos seus protagonistas, seja pelos documentos e materiais coletados, seja

pela análise propriamente dita. Audiências públicas, reuniões com Justiça, Incra, Funai, ICMBio, delegacia, escola, posto de saúde, Ministério Público, praticamente todos os setores do Estado foram convocados para lidar com a situação. Trabalharam muito naquela temporada de verão. Para compreender esse intenso processo, temos acesso a uma cronologia dos eventos.

Para compreender a trajetória de *Amarildo*, Fernando recorre a estudos como os de Maria Inês Sugai, que procuram entender as novas contradições urbanas como expressões da expansão do capital imobiliário e do rentismo, que a ele se articula. Mostram-se os dados que explicam como a famosa *magia da ilha* – que décadas atrás se referia à cultura e às tradições das comunidades de pescadores locais–foi capturada pelo Capital e virou a *Ilha da Magia*. Projeto de *city marketing* do qual fazia parte segregar os pobres para a parte continental da cidade e área conurbada, reservando os territórios à beira-mar para as elites cosmopolitas e provincianas. Empurrá-los para fora da Ilha para *morar*, já que não se poderia abrir mão do trabalho dessas pessoas. É a contradição do Capital.

A área ocupada era uma de tantas outras, griladas, fruto de trocas políticas que remontam à ditadura empresarial-militar, na qual o seu declarado proprietário planejava construir um campo de golfe, desses que as elites coloniais insistem em criar, para depois deixar em desuso, já que não dispõem das técnicas adequadas de manejar o taco. E *Amarildo* não era a única ocupação organizada na Grande Florianópolis: havia as recentes Ocupação Contestado e Palmares. Destas faziam parte muitos *manezinhos*, migrantes recém-chegados de vários cantos do Brasil, trabalhadores rurais do interior de Santa Catarina, estado que não cessa de concentrar terra e expulsar gente, apesar das proclamas em contrário da ideologia oficial que sustenta a tese de um estado europeu, baseado em pequenas propriedades e com bons índices sociais. *Amarildo*, por várias razões que conheceremos pela leitura do livro, em menos de dois meses de existência já contava com mais de 700 famí-

lias, trabalhadoras, negras, mestiças. Pedreiros, camareiras, faxineiras, terceirizados do setor de serviços, porteiros e seguranças. *Amarildo* era a cara do Brasil. Vieram também os Kaingang, que costumam vender seus artesanatos no litoral, no verão, inaugurando uma articulação entre sem-teto e indígenas, que seria uma constante. E veremos, no Capítulo 2, que os *amarildos* serão *jogados* para a Terra Indígena Morro dos Cavalos, em luta por seu território. Do encontro inusitado entre os *amarildos* e os Guarani resultou, contrariando as intenções de seus algozes, uma aliança de efeitos duradores, um encontro *mariateguiano*.

Na última parte, Fernando apresenta as bases sociais e o projeto político dos *amarildos*: a origem social de seus integrantes, a composição da rede de apoiadores, as propostas construídas pelas lideranças, o silêncio de uns, a gritaria de outros. Vemos relatos contundentes sobre as divergências da Brigada Marighella em relação às pautas do MST, e outros atores desse campo, que como aponta Virgínia Fontes passaram por um processo de apassivamento brutal nas últimas décadas. Ao mesmo tempo que valoriza a dimensão quase heroica de *Amarildo*, Fernando mostra os momentos de desânimo, as perdas, as contradições internas, os fracassos, através da trajetória que levou, finalmente, a luta na cidade para o espaço rural.

Alimentado por sua pertença de classe, por seu engajamento, e na diuturna interlocução com a equipe do LASTRO, o autor expressa com este trabalho uma virada à esquerda dos estudos sobre os movimentos sociais, que nas últimas décadas deixaram de recorrer a perspectivas teóricas capazes de, efetivamente, desvendar os processos contemporâneos que têm sido a razão da barbárie em que nos encontramos, agora. Nesse sentido, mais do que desafiar a ordem do Capital na capital catarinense, *Amarildo* desafiou a ordem das esquerdas locais, que foram surpreendidas pelo retorno da classe em luta, quando a via ilusória da conciliação de classes parecia reinar, absoluta, entre as esquerdas. Fernando captou exatamente essa dimensão, em seu trabalho. Espero que o livro seja apreciado sem moderação por todos seus leitores, em

especial entre os que lutam pelo *direito à cidade*. Recordo que, naquele saudoso 2014, um deles respondeu a um e-mail que enviei no grupo de discussão em busca de apoio a *Amarildo*: “Luta de classes? Mas isto não existe mais”. A lista de debate era grande, e a comunidade envolvida, “guerreira”. Ninguém contestou tal constatação. Quiçá, hoje, a resposta fosse outra. E esta leitura vai ser fundamental neste debate.

Carmen Susana Tornquist

Carvoeira, setembro de 2018

APRESENTAÇÃO

Analisar o nascimento de um movimento social, bem como o conjunto de ações constituintes de sua trajetória e práxis política, definitivamente não é uma tarefa simples. Tal processo requer a verificação das circunstâncias sociais e históricas que possibilitaram o seu surgimento, assim como também da apreensão dos sujeitos articuladores das ações, das forças e grupos envolvidos no conflito e, principalmente, das contradições e disputas em jogo. Nesse sentido, é de suma importância a análise sobre o contexto sociopolítico atual que favorece diariamente a explosão de ocupações pelo país, na perspectiva de se pensar o conflito em torno da disputa pela terra no Brasil a partir da emergência cada vez maior de novos sujeitos políticos engajados na luta pela efetivação dos direitos humanos fundamentais.

Segundo a literatura, a recente expansão dos movimentos de ocupação nas sociedades capitalistas modernas surge como reflexo direto do agravamento dos problemas sociais, o que acaba por demonstrar a “capacidade de resistência e organização de segmentos da classe trabalhadora extremamente pauperizados.” (Lima, 2004, p. 22). Assim, o surgimento de um Movimento social se dá como “[...] uma resposta política organizada por um sujeito coletivo, representante de uma fração de classe, cuja ação expressa determinações e condições subjetivas e objetivas presentes numa dada formação social e num determinado contexto histórico.” Além disso, identifica que o “surgimento na cena política é concebido como um sintoma de uma ampla

processualidade social e histórica que determina as condições de sua afirmação” (Lima, 2005, p. 1).

É partindo de tal perspectiva que o presente trabalho se propõe a analisar o processo de emergência do Movimento autodenominado “Ocupação Amarildo de Souza” atuante na Região Metropolitana de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, sul do Brasil. Estabelecendo como ponto de partida o próprio contexto de surgimento e trajetória, procura-se apreender o processo de seu nascimento através das novas formas de ação expressas na atual luta pela terra no Brasil, propondo-se a identificar elementos que permitam refletir de maneira crítica sobre determinantes sociais de sua insurgência, bem como dos limites e desafios apresentados na singular disputa pela terra na região.

Logo, constitui-se como principal questão de ordem teórico-metodológica a busca por uma análise e reflexão sobre os fenômenos relacionados à problemática urbana no contexto neoliberal. Como um dos objetivos, a pesquisa parte da proposta de analisar a cidade enquanto território em conflito onde, por um lado, encontra-se a especulação imobiliária atrelada aos interesses do capital financeiro, tanto produzindo como alimentando a segregação socioespacial, favorecendo assim a enorme concentração de terras por parte das elites dominantes. Por outro lado, temos o surgimento de grupos e movimentos sociais que buscam discutir outra proposta de cidade, em que seja possível a retomada das políticas urbanas a partir da ótica e das necessidades concretas de setores das classes trabalhadoras mais pauperizadas nas cidades.

Dessa maneira, é a partir da luta de classes estabelecida em torno da atual disputa pela terra urbana que se propõe as condições iniciais de análise. A intenção é de possibilitar um diálogo interdisciplinar no sentido de buscar analisar a dinâmica urbana através dos interesses antagônicos que se colocam em disputa, averiguando conjuntamente as possíveis causas que contribuem para o processo de segregação socioespacial e, conseqüentemente, a exclusão de grupos para cada vez mais distantes de seus locais de origem e trabalho.

Buscando apropriar-se das mais diversas fontes de dados e informações, a metodologia empregada pelo trabalho propôs realizar, em seu primeiro momento, uma ampla e vasta coleta e sistematização dos mais diversos materiais publicados sobre o Movimento de Ocupação Amarildo ao longo de sua trajetória. Através de pesquisa efetuada em portais eletrônicos e periódicos impressos, foi possível reunir e analisar tanto o material produzido por sua coordenação, a partir dos inúmeros informativos, comunicados, vídeos e gazetas, como os inúmeros artigos e matérias publicadas pela mídia empresarial e independente.

Num segundo momento da pesquisa, realizamos dois blocos de entrevistas semiestruturadas. No primeiro, através de visitas efetuadas no Acampamento Amarildo, buscamos colher os depoimentos e relatos de seus coordenadores e lideranças. Num segundo bloco, foram entrevistados alguns representantes dos principais grupos de apoio à ocupação, tais como partidos políticos, sindicatos, assessorias jurídica e parlamentar. A intenção nesse caso foi a de buscar uma melhor construção e caracterização das ações promovidas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, levando em consideração os relatos das experiências vividas pelos próprios indivíduos participantes.

Além das entrevistas, foram também realizadas reuniões e aplicado questionário a alguns representantes das instituições governamentais que participaram diretamente dos processos de negociação nas audiências públicas, ganhando destaque a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Secretaria do Patrimônio da União de Santa Catarina (SPU/SC). Totalizando mais de 10 entrevistas, 80 artigos de jornais (impresso e online) e 25 vídeos consultados, sistematizados e analisados, os dados coletados apresentaram-se como rica e imprescindível fonte de informações acerca do processo de emergência e trajetória do Movimento Amarildo.

No que concerne à esquematização do trabalho, o primeiro capítulo procurou tratar das questões relacionadas diretamente ao contexto de surgimento da ocupação Amarildo de Souza. Para tanto, verifi-

cou-se a necessidade do uso de três elementos analíticos entendidos como fundamentais para uma maior precisão dos fatos. Nesse sentido, compreenderam-se como essenciais as concepções teóricas de viés marxista acerca da problemática urbana verificada no capitalismo em sua fase neoliberal e de suas consequências diretas no que diz respeito à crise nas cidades, assim como de alguns aspectos apresentados pela conjuntura específica da Grande Florianópolis; o contexto de surgimento segundo relatos e versões das lideranças e coordenadores da ocupação; bem como do gatilho que proporcionou a insurgência do Movimento, lançando-o na cena política local, ou seja, a partir de sua primeira ação direta, promovida através da ocupação do terreno na SC-401, em Florianópolis.

Já no segundo capítulo, buscou-se apreender as principais ações protagonizadas pelo Movimento ao longo de toda sua trajetória. Através dos mais diversos materiais publicados e analisados, procuramos, a partir da primeira ação direta, destacar os principais acontecimentos e fatos no intuito de apontar e problematizar as questões mais significativas colocadas à luta por Reforma Agrária na região.

Na terceira parte do trabalho, procurou-se analisar o que se revelou na pesquisa como os principais determinantes do objeto em análise: a origem e composição da base social, o estabelecimento do projeto político proposto pela coordenação, e as forças sociais e grupos de apoio que deram sustentação ao Movimento durante boa parte de sua trajetória. Para tanto, lançamos mão da perspectiva marxista para análise dos movimentos sociais apresentada por Galvão (2011), balizadas por três proposições gerais, a saber: a posição de classe dos participantes do Movimento, a sua condição pluriclassista, e a centralidade da oposição capital/trabalho. Desse modo, procurou-se estabelecer as condições necessárias para apreensão dos pontos considerados de maior relevância, propondo-se, por fim, realizar uma reflexão crítica acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios colocados ao Movimento. Nas considerações finais retomamos as questões centrais levantadas ao longo do trabalho, sugerindo alguns questionamentos a

respeito das contribuições e limites do Movimento no que se refere a atual luta por terra e moradia na região da Grande Florianópolis.

Tratando-se de um trabalho inaugural sobre o tema, os próprios limites deste formato se impõem, assim como da impossibilidade de um maior aprofundamento sobre importantes e variadas questões que se relacionam, de forma mais direta ou indireta, ao objeto de estudos aqui analisado. Para além dos limites apontados observam-se fatores concernentes ao processo gradual de construção e acúmulo de experiência, como também dos conhecimentos a serem adquiridos por parte do pesquisador sobre o tema estudado, ou seja, das questões sobre as possibilidades impostas tanto pelo formato do trabalho quanto das próprias limitações que um cientista social em formação se defronta, fatores esses, que sem dúvida alguma devem ser levados em consideração pela pesquisa.

Assim, mais do que colocar afirmações e conclusões, este trabalho busca abrir possibilidades de reflexões e questionamentos acerca dos desafios postos à luta de classes em torno da disputa pela terra na região. Valendo-se da mesma perspectiva colocada por Maria da Glória Gohn, pensamos que a proposta da realização de uma análise sobre um processo em andamento, dotado por sua vez de um caráter experimental ainda não consolidado e sem trajetória anterior similar, certamente incorre em possibilidades de equívocos. Nesse sentido, um dos grandes problemas verificados diz respeito justamente às dificuldades de realizar a devida separação entre a ação política e a produção analítica elaborada, uma vez que separar o engajamento pessoal da análise se constitui, sem sombra de dúvida, como uma tarefa árdua, pois em muitos casos o próprio pesquisador encontra-se inserido no processo de construção do objeto analisado. Em última instância, como aponta (Gohn, 1991, p. 5) “trata-se, pois, de questões metodológicas profundas e complexas. Existe o risco permanente de estar apenas projetando as sombras que a história projeta na nossa consciência. São os riscos da análise apaixonada”.

1

CONTEXTO DE SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA

Cidade neoliberal e luta de classes no espaço urbano

A falta de acesso democrático à terra sempre se constituiu como um grave problema social a ser enfrentado pelas sociedades modernas. Na América Latina, mais precisamente no Brasil, as questões acerca da intensificação da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais e urbanos vêm cada vez mais chamando a atenção pelo enorme contingente de populações de “sem” terra e teto que vão se formando a cada crise econômica anunciada. Diante desse contexto, a atual disputa pela terra, seja rural ou urbana, se apresenta como sintomática, colocando-se como uma discussão central e urgente no que diz respeito à análise e verificação das contradições evidenciadas no capitalismo em sua fase neoliberal.

De acordo com Harvey (2008), o neoliberalismo pode ser compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que defende a ideia da promoção do bem-estar humano a partir da maximização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, alicerçadas por sólidos direitos a propriedade privada, bem como ao livre comércio, tendo o Estado o papel de criar uma estrutura institucional, a fim de servir aos interesses primordiais do mercado. Para Harvey, uma das características principais da doutrina neoliberal se encontra fundamentada na ideia da mercantilização de todas as ações

humanas. Nas palavras do autor:

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Na medida em que julga a troca de mercado “uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas”, o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ela sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (Harvey, 2008, p. 13).

No que diz respeito à formulação e implementação das políticas neoliberais nos países da América Latina, a partir do Consenso de Washington (1989), foram apresentadas um conjunto de propostas visando novas formas de subordinação econômica às agendas dos países centrais. Lideranças políticas como Thatcher e Reagan se destacaram como os principais precursores do programa neoliberal, onde através de instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial foram apresentadas as novas propostas para a adaptação dos países em desenvolvimento aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo. De acordo com Maricato:

Uma dessas propostas, que recebeu a denominação de Plano Estratégico e inspirou-se no urbanismo da Barcelona dos jogos Olímpicos, foi comprada na América Latina como grande salvadora das cidades. Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos “planos estratégicos” combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o “ajuste” das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. Uma nova receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtiva no mundo, ou mais exata-

mente, novos tempos de ajuste da relação de subordinação às novas exigências do processo de acumulação capitalista sob império americano (Maricato, 2007, p. 66).

No plano das cidades, a agenda neoliberal ganhou força a partir da implementação dos planos estratégicos junto ao planejamento e gestão urbanos. Sob as diretrizes do Consenso de Washington, as cidades passaram por um processo de investida sem mediações do capital financeiro, apresentando-se como empresas em concorrência pela atração de capitais no cenário do mercado global (Vainer, 2013). Trata-se da cidade vista como um grande negócio, colocada numa condição de mercadoría e administrada na lógica empresarial.

Em nível local, o Plano Estratégico, já mencionado, cumpre um mesmo papel de desregular, fragmentar, e dar ao mercado um espaço absoluto. Ele reforça a ideia da cidade autônoma, a qual necessita instrumentar-se para competir com as demais na disputa por investimentos, tornando-se uma “máquina urbana de produzir renda” (Arantes, 2000). A cidade como “ator político” deve agir corporativamente com esse fim (leia-se, minimizando os conflitos internos) para sobreviver e vencer. Trata-se da “cidade corporativa” ou da “cidade pátria” que cobra o esforço e o “consenso” de todos em torno dessa visão abrangente de futuro. Para tanto ela deve preparar-se, e apresentar alguns serviços e equipamentos exigidos de todas as cidades globais, tais como hotéis cinco estrelas, centro de convenções, polos de pesquisa tecnológica, aeroportos internacionais, mega-projetos culturais etc., para vender-se como competência. Trata-se agora da “cidade mercadoría” (deve vender-se) e da “cidade-empresa” que deve ser gerenciada como uma empresa privada competente (Maricato, 2007, p. 66).

Com a expansão das políticas neoliberais por todo o continente latino-americano e especialmente no Brasil a partir das décadas de 80 e 90, evidencia-se uma intensificação das contradições e das desigualdades sociais “verificadas a partir do aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, recuo nas políticas sociais, privatizações e

mercantilização de serviços públicos, aumento da desigualdade social”. (Maricato, 2007, p. 54). Surge então um modelo de urbanização e de cidade submetidos de forma radical aos novos valores impostos por uma economia globalizada. Conforme nos mostra Vainer:

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. [...] Flexível, negociada, a cidade-negócio se atualiza, quase sempre, através de parcerias público-privadas, com novas formas de relacionamento entre Estado, capital privado e cidade. A contraface da cidade de exceção é uma espécie de “democracia direta do capital” (Vainer, 2013, p. 38-39).

Como efeito direto do aumento das contradições urbanas, as grandes metrópoles são confrontadas cada vez mais por uma constante valorização do solo urbano, resultado dos intensos processos especulativos favorecidos principalmente por ações governamentais via políticas de Estado. Tal condicionante produz um espaço urbano planejado e executado em favor do capital imobiliário¹, onde de maneira articulada e estratégica se privatizam uma série de recursos públicos em detrimento das necessidades e demandas sociais urgentes, o que por sua vez acaba favorecendo todos os tipos de desigualdades urbanas em prol da lucratividade privada. De acordo com Vainer “nossas cidades estão confrontadas à valorização acelerada do solo, que resulta de fortes movimentos especulativos favorecidos pelas intervenções governamentais”. Na avaliação do autor “não há como não reconhecer que a cidade da especulação imobiliária é uma cidade em que se privatizam recursos

¹ “Capital imobiliário (fração do capital um tanto híbrida, que surge da confluência de outras frações), tem, nas últimas décadas, assumido um significado crescente na interface com o capital financeiro – às vezes com consequências catastróficas, como se pode ver pelo papel das ‘hipotecas podres’ na crise mundial que eclodiu em 2008” (Souza, 2013, p. 39-40).

públicos e se aprofundam as desigualdades e a segregação socioespacial” (Vainer, 2014, p. 74).

Outro ponto que ganha destaque em relação ao planejamento urbano empresarial diz respeito ao papel do Estado como produtor do espaço urbano². A partir do controle dos investimentos públicos, as ações realizadas sob a forma de poder local acabam por estabelecer o Estado como o principal intermediador na distribuição de lucros e rendas. “Há, portanto, uma luta surda pela apropriação dos fundos públicos, que é central para a reprodução da força de trabalho ou para a reprodução do capital” (Maricato, 2015, p. 25). Essa luta se concentra basicamente entre dois grandes polos: de um lado, os trabalhadores de baixa renda pretendendo da cidade o seu valor de uso, e, por outro lado, os mais diversos capitais buscando explorar o espaço urbano em função do seu valor de troca.

A classe trabalhadora – entendida aqui num sentido amplo, incluindo os informais e domésticos – quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso. Ela quer moradia e serviços públicos mais baratos e de melhor qualidade. Entenda-se: mais barato e de melhor qualidade, referenciados ao seu estágio histórico de reprodução. Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembrarmos que a terra urbana, ou um pedaço de cidade, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central (Maricato, 2015, p. 23).

A partir de tal perspectiva, nota-se que a gestão urbana e os in-

² “O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de luta – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço” (Corrêa, 2003, p. 11).

vestimentos públicos acabam servindo aos interesses privados, e desse modo aprofundando ainda mais a concentração de renda e a desigualdade social. Conforme sugere Maricato (1999), o fenômeno verificado através da crescente valorização e concentração da terra urbanizada nas grandes cidades do país é encoberto por uma ardilosa construção ideológica onde uma parte da cidade acaba tomando o lugar do todo, com a cidade da elite se colocando como a cidade real. Essa representação ideologizada tem por objetivo encobrir privilégios, possuindo, principalmente, um papel econômico ligado diretamente a captação da renda imobiliária. Como expressão dessa representação tem-se, portanto, a definição e propagação de “uma imagem ideologizada da cidade”.

[...] O todo é tomado pela parte. Não são apenas os poderes executivos que concentram seus investimentos na cidade legal, hegemônica (verdadeira “ilha de primeiro mundo”), mas também o sistema jurídico que se organiza em torno de regras que não são universais, além da mídia principal propagadora do simulacro. Qualquer grande cidade brasileira apresenta uma conjunção de esforços para a produção de novas centralidades urbanísticas relacionadas a um consumo luxuoso e a um cenário de distinção alimentando a valorização imobiliária: recursos do capital privado (imobiliário, lazer, cultura, comércio) e, por incrível que possa parecer, a maior parte dos recursos públicos destinados a investimento (Maricato, 2008, p. 3).

Ao longo das últimas décadas muitas mudanças ocorreram no plano do desenvolvimento das cidades brasileiras. Nesse contexto notou-se, como reflexo direto das políticas de concentração e privatização da terra e dos recursos públicos, a constituição de um espaço urbano cada vez mais segregado e em constante tensão e disputa de classes. A partir de tal entendimento, o processo de segregação acaba por se apresentar como um importante ponto de partida na investigação da conflituosa dinâmica socioespacial. Tendo em vista a complexidade social relacionada à crise urbana, entende-se como necessária a compreensão tanto da produção quanto da separação espacial das classes sociais nas cidades. Essa separação, ainda que fortemente amparada por

questões de âmbito espacial, acaba por ultrapassar tal esfera, englobando também questões econômicas e sociais. Assim, compreende-se a segregação não somente como um simples fator da divisão de classes no espaço urbano, mas principalmente como valioso instrumento de controle desse espaço (Villaça, 2001).

Conforme ressalta o autor, o espaço urbano opera como um território em constante disputa, onde quanto mais desigual for uma dada realidade social, mais desiguais e injustas serão as condições e os resultados dessa disputa. Assim, a segregação urbana acaba por se constituir como uma importante ferramenta utilizada pelas classes dominantes como forma de potencializar os poderes econômicos e políticos dos quais ela se utiliza nessa disputa. Para Villaça, a segregação é, em última instância, um processo dialético imprescindível para que haja dominação através do espaço.

O que cabe registrar nessas considerações é o caráter de luta da segregação. Trata-se, entretanto, de uma luta de classes. Se há luta, há, evidentemente, vitoriosos e derrotados. Os primeiros desenvolvem a segregação voluntária e os segundos, a involuntária. Na verdade, não há dois tipos de segregação, mas um só. A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor. (Villaça, 2001, p. 148)

Entretanto, para que se possa apreender tal processo segregatório, se faz necessário uma análise sobre a luta estabelecida a partir da conformação e estruturação do espaço³ no contexto neoliberal. Diante de tal perspectiva, o conflito de classes acaba inevitavelmente se apresentando como ponto central no tocante às disputas pelas

³ Segundo Milton Santos “O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (Santos, 1980, p. 122).

vantagens e desvantagens do espaço urbano construído. Conforme argumenta Harvey, é possível verificar cada vez mais a intensificação da disputa entre grupos sociais distintos, uma vez que “as chamadas cidade ‘globais’ do capitalismo avançado são divididas socialmente entre as elites financeiras e as grandes parcelas de trabalhadores de baixa renda que, por sua vez, se fundem aos marginalizados e desempregados” (Harvey, 2013, p. 29).

[...] vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. [...] A globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo enfatizaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais. O poder de classes foi restaurado às elites ricas. Os resultados foram indelevelmente gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que cada vez mais tornam-se cidades “de fragmentos fortificados”, A maioria dos relatos aponta para um desenvolvimento geológico desigual ao longo dos últimos trinta anos de reestruturação neoliberal, tanto internamente quanto entre as cidades (Harvey, 2013, p. 29).

Seguindo na mesma direção, Maricato (2013) chama a atenção para o processo cada vez mais acelerado da expulsão de grupos marginalizados para áreas distantes de seus lugares de origem, trabalho e lazer. O acirramento das disputas pelo solo urbano, que acontece mediante conflito estabelecido entre o capital imobiliário e a força de trabalho, fez com que as parcelas mais empobrecidas das classes trabalhadoras fossem expulsas para a periferia da periferia. Como também salienta Vainer:

[...] as populações mais pobres se veem confrontadas a uma gigantesca onda de limpeza étnica e social das áreas que recebem investimentos, equipamentos e projetos de mobilidade. Os indesejáveis são mandados para as periferias distantes, a duas, três ou quatro horas dos locais de trabalho, a custos monetários absurdos e condições de transporte precaríssimas (Vainer, 2013, p. 39).

Diante desse contexto é que as ocupações de terras acabam se

constituindo como parte integrante do processo de urbanização do país. Segundo Gohn (1991), a partir dos anos 80 tais ocupações começam a se transformar, passando de ações individuais de grupos de famílias para ganhar expressão massiva e organizada. Nas principais cidades brasileiras começam a surgir ocupações coletivas e organizadas de terra. Ainda sob o período ditatorial no Brasil, e como consequência da precarização das políticas sociais no país, surgem movimentos sociais urbanos. Articulando-se com vários outros segmentos da sociedade, como sindicatos, partidos políticos e universidades, tais movimentos buscaram uma ampliação dos direitos sociais. Durante o período da década de 80, a participação popular obteve grandes progressos no que diz respeito ao planejamento do espaço urbano no país. Conquistou através das lutas, marcos legais como a inclusão do direito à moradia na Constituição Federal em 2000 e a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, garantindo também a participação nos Orçamentos Participativos e nos Planos Diretores municipais.

No entanto, tais conquistas no plano legal não foram capazes de garantir melhorias concretas na realidade urbana brasileira, marcada por fortes práticas patrimonialistas e clientelistas, políticas segregatórias e as enormes desigualdades de acesso aos serviços urbanos básicos. É a partir do agravamento da falta de condições de infraestrutura urbana, aliado ao rebaixamento salarial, ou seja, através do aumento da exploração econômica e da espoliação urbana⁴, que os movimentos sociais urbanos eclodem no contexto das grandes cidades brasileiras (Gohn, 1991).

⁴ Segundo Kowarick “[...] o chamado problema habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *paupeirização absoluta ou relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: é a somatória de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agilizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.” (Kowarick, 1993, p. 62. Grifos do autor).

Para Castells, tais movimentos representam um deslocamento da luta de classes da área do trabalho para o espaço da vida comunal, explicada em parte pela reivindicação organizada por mais salários indiretos. Dessa maneira, a luta de classes acaba sendo desviada de sua preocupação clássica em relação à divisão da riqueza excedente, para outra esfera, onde haja uma forma mais ampla de satisfazer as necessidades de consumo, especialmente no que concerne a própria reprodução das classes trabalhadoras na cidade (Gottdiener, 1997).

Como também observa Harvey, há um descontentamento generalizado que tem origem na organização do espaço, a partir das condições em que se desenvolveram as cidades. O replanejamento do espaço nas metrópoles acaba ocorrendo em razão dos interesses primordiais do capital, não das pessoas. Isso fez com que os lugares de descontentamento e lutas fossem deslocados das fábricas para o espaço urbano. Por isso, a cidade se transformou num campo privilegiado para a luta de classes. (Harvey, 2013).

Uma das teses levantadas por Villaça é a de que, para as cidades brasileiras, “a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intraurbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante” (Villaça, 2001, p. 45). Por sua vez, ao introduzir a luta de classe a partir das contradições materializadas no espaço urbano, amplia-se o entendimento sobre a problemática socioespacial capitalista. E isso ocorre porque através das disputas e conflitos socioespaciais as classes sociais tornam-se concretas, com ações que objetivam a reprodução específica de seus interesses (Sugai, 2015).

As especificidades da Grande Florianópolis

Conforme indica Sugai (2009), o processo histórico de urbanização da área conurbada de Florianópolis é marcado por três grandes momentos de ocupação pela população pobre: o primeiro ocorrendo

em meados do século XIX, onde a partir da abolição da escravatura inicia-se o processo de ocupação de terras do Maciço do Morro da Cruz⁵. O segundo momento diz respeito ao processo de migração campo-cidade dos anos de 1960, quando populações campesinas empobrecidas começam a chegar em Florianópolis ocupando as encostas do Maciço na parte insular, além das periferias situadas na parte continental da Ilha. Um terceiro momento de expansão das ocupações ocorre na década de 1990, período marcado pelo aumento expressivo das desigualdades sociais a partir do processo de adensamento das favelas locais e da consolidação do fenômeno da segregação socioespacial no contexto conurbado.

De acordo com a autora, o crescimento populacional aliado à falta de políticas públicas traz como consequência o surgimento e intensificação dos conhecidos problemas urbanos (falta de infraestrutura adequada, imobilidade urbana, aumento da violência, degradação ambiental, etc.), colaborando para a criação de novos espaços de pobreza, verificados a partir da constituição de inúmeras ocupações irregulares.

No que diz respeito a tais problemas, a questão habitacional vem cada vez mais ganhando destaque devido ao severo aumento das contradições inerentes à cidade neoliberal, evidenciadas através do acirramento em torno da disputa pela terra urbana, das desigualdades sociais decorrentes desse processo, trazendo como resultado direto o consequente estabelecimento de um espaço urbano cada vez mais segregado social e espacialmente.

A partir da constante tendência a valorização imobiliária, verificada principalmente dentro dos limites do município de Florianópolis, o que

⁵ Localizada na área central da parte insular de Florianópolis, a região é conhecida por abrigar atualmente cerca de 21 comunidades carentes (aproximadamente 26 mil pessoas). Por conta de falta de investimentos públicos e equipamentos urbanos básicos, a maioria das ocupações é de assentamentos precários. Constituído de uma população de extrema vulnerabilidade socioeconômica, o território é reconhecido pela forte presença do tráfico de drogas e altos índices de violência.

se tem constatado através de pesquisas⁶ é a ocorrência de um crescente processo de favelização e conseqüente precarização das condições de vida de parcelas pauperizadas das classes trabalhadoras da região.

A partir dos estudos sobre as contradições e conflitos de classe analisados na Região Metropolitana da Grande Florianópolis⁷, Sugai (2015) verifica a existência de uma lógica através da qual se determina a localização dos investimentos públicos na conurbação metropolitana e a disposição/distribuição das classes sociais no espaço intraurbano da região. De acordo com tais estudos, foi possível verificar que a classe dominante dirigiu todo o processo de distribuição espacial das classes sociais na área conurbada de Florianópolis, se valendo da apropriação dos territórios nos quais pretendia reunir e disseminar as suas áreas residências e de lazer. Conclui então que:

Sob o ponto de vista da classe dominante, foi produzida uma estrutura segregada bem-sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado os bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e aproximação entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, de ter garantido os constantes e intensivos investimentos públicos no eixo privilegiado da Ilha, conseguiu tornar o seu projeto de cidade hegemônico, obtendo, neste processo, o apoio de parte das classes médias e camadas populares. Durante a formação desta estrutura segregada desempenharam importante papel o fator geográfico e o uso da ideologia (Sugai, 2004, p. 8).

⁶ “Os levantamentos da pesquisa do grupo INFOSOLO (IPPUR/UFRJ) indicaram a existência de 171 ocupações irregulares na área conurbada de Florianópolis em 2005, onde habitavam mais de 14% da população. Foram constatados 61 assentamentos em Florianópolis, 67 em São José, 27 em Palhoça e 16 em Biguaçu.” (Sugai, 2015, p. 33). “No contexto dos municípios da área conurbada, no entanto, mantém-se o crescimento da pobreza, as disparidades entre os ricos e pobres e amplia-se o processo de exclusão social e a segregação espacial. [...] Atualmente, cerca de 14,7% da população de Florianópolis e 9,6% da área conurbada vivem em favelas.” (Sugai, 2015, p. 3).

⁷ A Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) foi instituída pelo governo do Estado a partir da Lei Complementar nº 1/2014, de 9 set. 2014. É constituída atualmente por 9 municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos.

Desse modo, de acordo com a autora, verificou-se a existência de uma produção segregatória bem sucedida na área conurbada, uma vez que além de ter se apropriado dos melhores espaços da região, de ter consolidado os bairros de forma segregada, a classe dominante conseguiu também manter afastada grande parte das camadas populares no território continental. A partir da garantia dos constantes investimentos públicos no eixo privilegiado da ilha (em sua maior parte na metade norte), tornou hegemônico o seu projeto de cidade. Com isso, evidenciou-se não somente uma suplantação da segregação da classe dominante nas áreas residenciais, como também uma expressiva e significativa concentração espacial de poder político e econômico, o que se constitui como aparato fundamental para a reprodução das relações de dominação de classe e, conseqüentemente, da perpetuação das desigualdades socioespaciais, mantendo-se desse modo, o crescimento das áreas de pobreza junto ao processo de exclusão social e segregação espacial (Sugai, 2015).

Especulação imobiliária e déficit habitacional

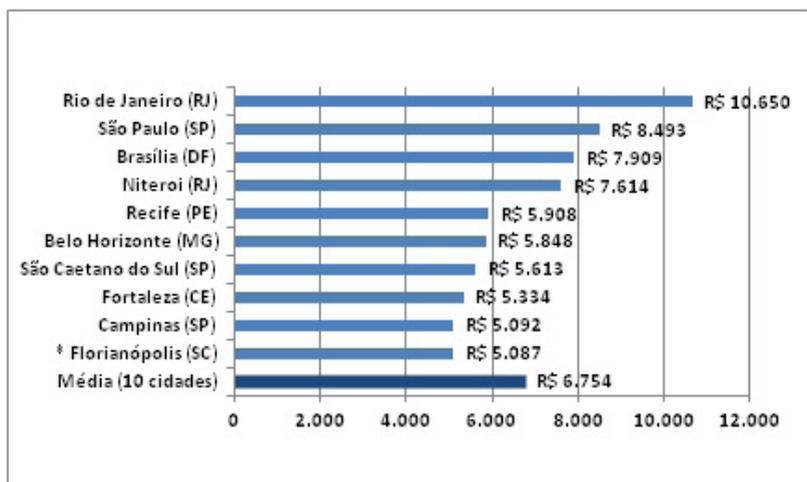
Grupos empresariais junto ao poder público local procuram, desde a década de 1990, desenvolver estratégias de marketing para ampliar a capacidade turística e atrair investimentos internacionais para a região. Buscando garantir Florianópolis como referência dentro dos padrões globais de qualidade de vida, propagou-se a imagem de uma ilha dotada de atrativos naturais excepcionais, com características físicas e culturais peculiares, sem graves conflitos sociais, violências ou desigualdades, com crescente fluxo migratório de camadas de alta renda, munido de um imenso potencial econômico para receber investimentos imobiliários luxuosos (Sugai, 2009).

No que compete a crescente valorização imobiliária, segundo Pesquisa do Mercado Imobiliário (PMI) divulgada pela Fecomércio SC⁸ em

⁸ De acordo com matéria publicada pelo jornal *Diário Catarinense*, os imóveis residenciais para venda e locação foram os que mais valorizaram no período de novembro

setembro de 2016, em apenas dez meses o Estado de Santa Catarina obteve uma valorização de 37% no mercado de imóveis residenciais para a venda, tendo Florianópolis como a segunda cidade do Estado com maior preço do m² quadrado em agosto/2016, ficando atrás somente do Município de Balneário Camboriú. Já em nível nacional, a capital vem cada vez mais ganhando destaque ao apresentar uma crescente e expressiva valorização do preço dos imóveis⁹.

Gráfico 1 – Valor do m² no Brasil – fevereiro/2015

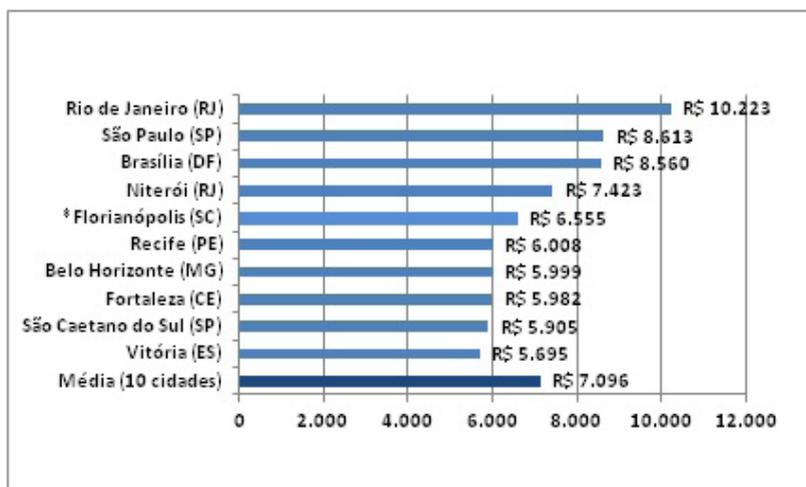


Fonte: Índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros.

de 2015 a agosto de 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/imovel-residencial-em-sc-tem-valorizacao-de-37-em-10-meses-7439968.html>>. Acesso em: 13/09/2016.

⁹ Ao passar de R\$ 5.087 a R\$ 6.555 o m², Florianópolis liderou a lista no aumento do valor do m² no ano de 2016, mostrando valorização acima do índice de inflação verificado no período, ficando atrás somente das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Niterói, respectivamente. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2016/09/florianopolis-tem-maior-alta-no-valor-de-imoveis-para-venda-no-pais-7369394.html>>. Acesso em: 13/09/2016.

Gráfico 2 – Valor do m² no Brasil – agosto/2016



Fonte: Índice FipeZap. Elaboração: Fernando Calheiros.

Passando de décimo a quinto lugar no ranking do índice FipeZap¹⁰ das cidades brasileiras com maior valor do metro quadrado em apenas 18 meses, Florianópolis se coloca na frente de importantes capitais brasileiras como Recife, Belo Horizonte e Fortaleza. Se apresentando no cenário nacional como uma das cidades brasileiras mais caras para se adquirir um terreno ou um imóvel residencial. Por outro lado, no que diz respeito aos estudos sobre o déficit habitacional¹¹ da região, a partir de

¹⁰ O Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é um indicador de abrangência nacional que acompanha os preços de venda e locação de imóveis no Brasil.

¹¹ Diz respeito ao número total de famílias que vivem em condições precárias/inadequadas de moradia. Compreende o cálculo da soma de quatro componentes: 1) Domicílios Precários: todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa, bem como os domicílios rústicos que são aqueles sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, proporcionando desconforto e risco de contaminação por doenças. 2) Coabitação Familiar: quando existe mais de uma família por domicílio (não por vontade própria, mas pela necessidade). 3) Ônus Excessivo com Aluguel: corresponde ao número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que

pesquisas realizadas pela Fundação João Pinheiro¹² (FJP) em parceria com o Ministério das Cidades, o número registrado na Região Metropolitana de Florianópolis (que abarca 22 municípios) chegou a uma somatória de 31.647 unidades, apresentando somente na Capital catarinense o total de 14.847 unidades, praticamente o dobro dos 7.852 divulgados pela Prefeitura de Florianópolis através do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS)¹³.

No tocante aos componentes do déficit, a pesquisa divulgada¹⁴ em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o ônus excessivo com aluguel apresentou crescimento de 30% entre 2007-2012 no país, chegando a atingir um total de 2 milhões de domicílios no ano de 2012. Diante dos números levantados pela pesquisa da FJP, na região Metropolitana de Florianópolis o déficit calculado a partir do componente ônus excessivo com aluguel ganha destaque perante os outros três (domicílios precários, coabitação familiar e adensamento excessivo), chegando a abarcar 14.433 unidades, tendo por sua vez no município de Florianópolis a quantidade referente a 7.527 unidades habitacionais.

despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel. 4) Adensamento Excessivo de Domicílio Alugados: quando há três moradores ou mais por dormitório.

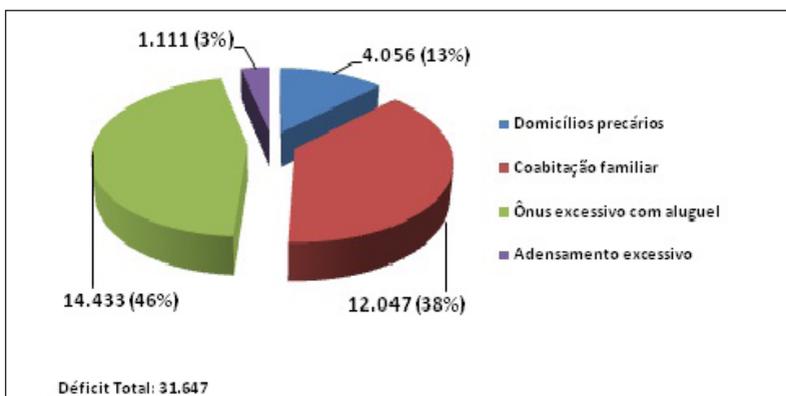
¹² Instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Destaca-se nacionalmente pelo trabalho de elaboração de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>.

¹³ Finalizado em agosto de 2012, o PMHIS leva em consideração somente as famílias cadastradas no CADÚNICO (Cadastro Único para Programas Sociais), ou seja, as famílias que por alguma razão ainda não possuem o cadastro único são desconsideradas pela Prefeitura de Florianópolis como constituintes do atual déficit. Desse modo, é possível verificar uma enorme disparidade entre os números apresentado pela PMF e os cerca de 15 mil indicados pela pesquisa da FJP, esse que mantém aproximação real junto a lista de famílias cadastradas a espera por moradia no município.

¹⁴ Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/fila-por-moradia-em-florianopolis-chega-a-14-775-familias>>. Acesso em: 25/04/2015.

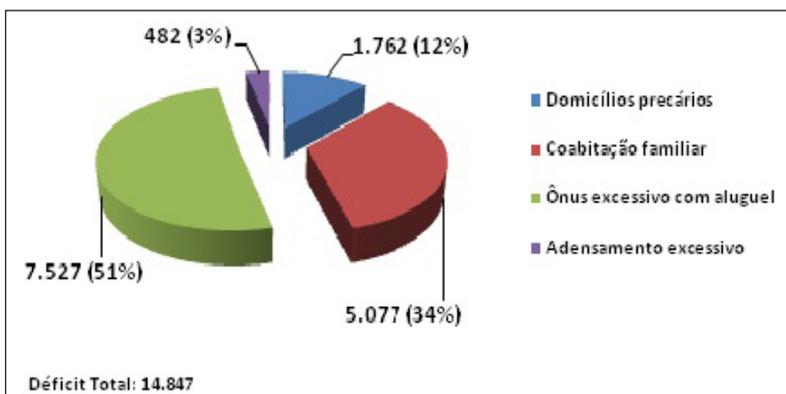
¹⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/numero-de-domicilios-com-aluguel-excessivo-cresce-30-em-cinco-anos.html>>. Acesso em: 27/06/2015

Gráfico 3 – Déficit habitacional por componente – Região Metropolitana de Florianópolis



Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando C.

Gráfico 4 – Déficit habitacional por componente – município de Florianópolis

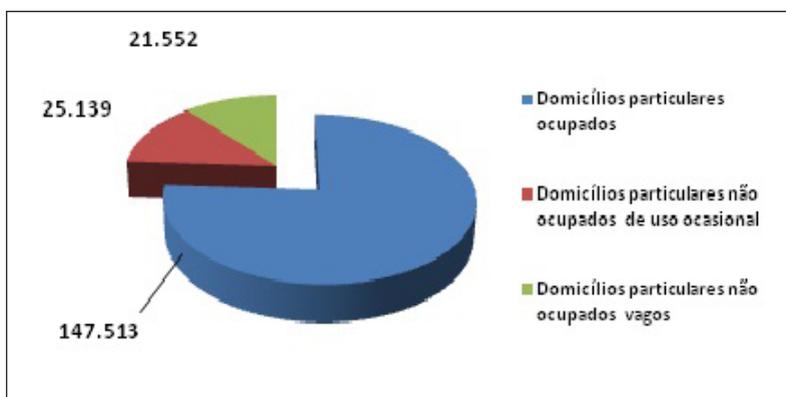


Fonte: Fundação João Pinheiro/Censo 2010. Elaboração: Fernando C.

Outro ponto importante que ganha destaque refere-se ao número expressivo de domicílios vagos em relação ao total de imóveis ocupa-

dos. Observando apenas o caso de Florianópolis, a partir dos dados do Censo demográfico 2010, verifica-se que o número de imóveis não ocupados no município chama a atenção por apresentar a somatória de 46.691¹⁵, sendo que deste total, 21.552 se enquadram na categoria de *domicílios particulares não ocupados vagos*, ou seja, quantia mais do que suficiente para eliminar o déficit habitacional do município.

Gráfico 5 – Situação de ocupação dos domicílios particulares do município de Florianópolis



Fonte: IBGE/Censo 2010. Elaboração: Fernando Calheiros.

No referente às políticas públicas destinadas a combater os altos índices do déficit na região, o principal programa de habitação do governo federal, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), acaba por não resolver o problema da população mais carente, isso devido principalmente ao caríssimo preço da terra urbana. Pelo referido programa foram construídas até o momento na região da grande Florianópolis cerca de 25 mil unidades habitacionais – faixa 1 – 1.312,

¹⁵ No que diz respeito as ações da Prefeitura com relação a destinação dos imóveis ociosos, uma vez levado em conta a prerrogativa da função social da propriedade, o argumento utilizado através dos relatórios do PMHS revelou total desconhecimento sobre as características desses imóveis, o que inviabilizaria a formulação de políticas voltadas para a utilização dos referentes domicílios vagos para a supressão do déficit habitacional no município.

faixa 2 – 22.723 e Faixa 3 – 1.220, sendo que desse total os maiores beneficiados constituem o público identificado como faixa 2 (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275). Já o principal grupo, entendido por constituir o núcleo do déficit, verificado pela faixa 1 (famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.600) além de constituir o menor número de construções entre as três faixas, sequer foi contemplado com algum empreendimento do programa nos maiores municípios da região (Florianópolis¹⁶ e São José), ficando restrito apenas aos municípios vizinhos de Palhoça e Biguaçu, onde até agora foram construídos 800 e 512 unidades, respectivamente.

Diante dos fatores diretamente relacionados ao problema habitacional, como o da considerável demanda por moradia existente na capital catarinense, bem como do processo de alta no valor dos imóveis juntamente de uma política habitacional ineficiente e segregacionista, é que surge na cena política da grande Florianópolis um novo sujeito político dotado de forte poder contestatório e capacidade de aglutinação de forças sociais em prol da reivindicação por “Terra, Trabalho e Teto”.

No entanto, para se apreender as condições iniciais que favoreceram seu surgimento, se faz necessário antes analisar de que forma ocorre o processo de articulação anterior a sua primeira ação direta na região. Trata-se, pois, de precisar a sua emergência enquanto Movimento de ocupação a partir de um processo de acúmulo de experiências anteriores, adquiridas por algumas de suas principais lideranças, levando em consideração o trabalho de formação e mobilização de militantes e famílias de sem-teto, assim como das questões referentes aos procedimentos e práticas no que tange tanto as formas de organização adotadas quanto a infraestrutura necessária para a viabilização de uma ocupação (com pauta rural) realizada dentro da cidade.

¹⁶ No caso específico de Florianópolis onde existe alta demanda por moradia, a prefeitura anunciou para 2016 a construção de dois empreendimentos do faixa 1, ambos localizados na parte continental do município (Ponta do Leal e Jardim Atlântico) com a previsão de atendimento de cerca de 160 famílias, número irrisório quando se leva em consideração a atual lista contendo mais 15 mil famílias cadastradas na prefeitura, além é claro, do considerável déficit habitacional exisobrestente na região.

O contexto de surgimento segundo relatos e versões das lideranças e coordenadores do Movimento

Discorrer sobre a história da gênese de um Movimento envolve, entre outras coisas, um entendimento pormenorizado sobre os processos elementares constituintes dos discursos sobre o momento de seu surgimento, atentando para as suas conexões internas e principais pontos de divergências e contradições, principalmente, no que concerne a relação entre os discursos provenientes dos mais diversos sujeitos envolvidos. No entanto, para se atingir uma condição geral de unidade de tais discursos, se faz indispensável, dentro do processo investigativo, a apreensão das experiências vividas tendo em vista a sua condição de representação enquanto grupo político, ou seja, buscando através dos relatos e versões resgatar, na medida do possível, a práxis de um sujeito coletivo.

De acordo com Lima, a história é contada a partir de diversas formas, tendo nesses distintos relatos a manifestação de múltiplas experiências e interpretações estabelecidas por sujeitos que vivenciam/vivenciaram diferentes maneiras de inserção no processo constitutivo do Movimento. Dessa forma, não seria pertinente conferir um ordenamento rígido a tais relatos, mais sim “resgatá-los (nos limites do que nos foi possível recolher), visando demonstrar a diversidade das versões, e, também, apreender o significado da emergência deste movimento social” (Lima, 2004, p. 139).

Para Lorena, quando se busca apreender com exatidão o momento do nascimento de um Movimento, percebe-se a existência de relatos e versões diferentes, com depoimentos variando principalmente com relação à definição do preciso momento de sua gênese. Ademais, para o autor “definir o exato momento em que surge um movimento social não é uma tarefa fácil, sendo que, ele surge como fruto de um processo social e não de um ou outro acontecimento isolado” (Lorena, 2012, p. 60).

Diante dessa perspectiva, o presente trabalho buscou analisar os discursos seguindo não um ordenamento rígido, mas antes uma organização cronológica dos acontecimentos relatados, assim como das questões verificadas como de maior relevância, tendo a preocupação de ordenar os relatos a partir da identificação de sua ordem factual, dispondo dos discursos conforme a ocorrência dos fatos e dos processos constitutivos que proporcionaram a emergência do Movimento.

A formação do Núcleo familiar no MST

O processo embrionário que culminou na ocupação Amarildo de Souza decorre de uma série de eventos e experiências protagonizadas outrora por um conjunto de indivíduos e suas respectivas famílias¹⁷ que, a partir de um contexto de militância surgida através da adesão aos quadros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Estado de Santa Catarina, passam a adquirir uma práxis de ação e organização, levando-os a uma formação enquanto Núcleo oficial do MST.

Conforme os depoimentos dos próprios integrantes, esse grupo se diferenciava da maioria dos outros Núcleos familiares de origem rural que compunham o MST pelo fato de terem vivido e trabalhado durante muitos anos nas cidades, e que, fazendo a migração inversa, voltam-se ao campo na perspectiva da luta pela terra. No entanto, trazem em seu bojo, desde o início, uma concepção um tanto quanto singular em relação aos valores culturais, experiências políticas e expectativas de luta, uma vez que partilhando de um histórico de vivência, trabalho e militância adquiridos no contexto urbano, apresentavam ao seu modo, alguns elementos distintivos para se pensar em formas de atuação ca-

¹⁷ As informações obtidas pelas entrevistas não informaram o número exato de integrantes e famílias do Núcleo. Entretanto, com base nos relatos de seus coordenadores – levando também em consideração o número médio estabelecido pelo MST, entre 10 a 15 famílias por núcleo num acampamento – estima-se que sua composição fora constituída por não mais do que um pequeno grupo de pessoas e famílias, com algumas delas possivelmente já trazendo um histórico de militância anteriores à formação do próprio Núcleo do MST.

pazes de compreender as lutas do campo e da cidade de uma maneira mais dinâmica e conciliatória.

A primeira experiência prática do grupo ocorre em 2010 na região de Imbituba, no sul do Estado de Santa Catarina. Segundo um dos coordenadores do Núcleo, essa ação logrou promover, conjuntamente com a participação de outras organizações populares, uma ocupação de terras envolvendo setores distintos das classes trabalhadoras da região. Sobre a referida ocasião, um dos militantes resalta que *“Na experiência de Imbituba, nós trabalhamos com organizações populares da cidade, com uma comunidade da periferia e uma comunidade de agricultores tradicionais”*. Descreve ainda como sendo a primeira experiência prática do grupo, onde houve a possibilidade de juntar as bandeiras e demandas de lutas tanto do campo quanto da cidade.

A partir dessa experiência, o grupo de famílias passa a atuar de maneira efetiva dentro dos quadros do MST, denominando-se como Núcleo Marighella¹⁸. Segundo um dos entrevistados, logo após o episódio ocorrido em Imbituba, o Núcleo começa a participar de uma série de ocupações pelo interior do Estado, atuando em vários níveis, desde a condição de acampados como também no papel de coordenadores de acampamentos. Essa participação vai aos poucos possibilitando um acúmulo de experiências por parte dos membros do Núcleo, que diante das mais variadas ações promovidas começam a identificar novos elementos para se pensar a luta pela terra no Estado de Santa Catarina.

Complementando o relato anterior, outra liderança do grupo resalta que foi por meio desse acúmulo que os membros do Núcleo Marighella começaram a vislumbrar outras possibilidades de atuação, sob a perspectiva de que *“o MST em Santa Catarina não ficasse restrito só ao interior do Estado, só a luta direta contra o latifúndio formal, do*

¹⁸ Em homenagem ao militante do PCB, guerrilheiro e escritor Carlos Marighella (1911-1969). Considerado um dos principais organizadores da luta revolucionária contra a ditadura militar no Brasil, foi assassinado em emboscada promovida pela polícia ditatorial.

agronegócio”. Partindo da necessidade de propor novas estratégias de ação que considerassem a importância e urgência da discussão sobre a precariedade das condições de vida e trabalho a que se encontram submetidas grandes parcelas do proletariado urbano de Santa Catarina, o Núcleo começa a apontar para a necessidade de se pensar a organização das classes trabalhadoras nas cidades mais urbanizadas. Desse modo, inicia-se um debate pelos próprios integrantes do grupo sobre possibilidades de atuação do MST também nas regiões da faixa litorânea do Estado.

A gente viu que não só havia uma lacuna do ponto de vista da organização da classe trabalhadora na região, principalmente no litoral de Santa Catarina, que é onde se concentra a maior parte dos trabalhadores urbanos, mas também viu que além dessa lacuna da organização, desse vazio, havia também uma necessidade latente do povo das periferias. E isso culminava, acabava casando com toda a nossa disposição, nosso engajamento de luta no interior do Estado. [...] o que acabou levando esse pequeno núcleo de pessoas a pautar internamente dentro do MST em Santa Catarina a discussão e, além da discussão, a necessidade e a proposição de se fazer ações diretas aqui no litoral. Nós formalizamos isso por escrito em 2011 à direção do MST, dessa proposta de se fazer já uma ação direta aqui no litoral e que nos foi rejeitada (Depoimento do Entrevistado 4).

Mesmo diante a rejeição da proposta pelo MST, o Núcleo Mari ghella continua participando e cumprindo as tarefas do Movimento. Entretanto, no ano 2012, quando se encontravam à frente da coordenação de um acampamento no município de Timbó Grande, no Planalto Norte do Estado de Santa Catarina, a militância do Núcleo recebe a informação sobre a ocorrência de uma ação violenta de despejo envolvendo um grupo de famílias de trabalhadores da periferia do município de São José, na região da grande Florianópolis. Dessa forma, decidem por afastar-se das atividades de militância do acampamento, lançando-se rumo à luta por moradia no litoral.

Em Novembro daquele ano de 2012 a gente ficou sabendo do despejo que tiveram as famílias da Ocupação Contestado que estavam abrigadas no Ginásio de Esportes, e isso despertou de nossa parte aquilo que já havia, uma coisa interna dessa necessidade, dessa possibilidade de fazer alguma coisa por aqui, e que nos fez vir pra cá (Depoimento do Entrevistado 4).

Chegada na Região da Grande Florianópolis e a saída do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Com o intuito de se aproximar do contexto de luta por moradia existente na principal região metropolitana do Estado, integrantes do Núcleo Marighella¹⁹ chegam em meados de 2012 ao litoral catarinense, num momento que coincide com a aglutinação de forças sociais em prol de grupos de famílias de sem-teto dispersos na região. Nessa ocasião, um de seus militantes lembra que um dos primeiros momentos de aproximação com a luta na grande Florianópolis ocorre através da participação de membros do Núcleo do MST junto aos trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos por militantes das Brigadas Populares²⁰ na Ocupação Contestado²¹, no município de São José. Em julho de 2013, tomam conhecimento e começam a prestar solidariedade à

¹⁹ Conforme análise dos relatos verificou-se que apenas um pequeno grupo de pessoas que constituíam as famílias do Núcleo Marighella do MST é que acabaram, de fato, deixando o acampamento em Timbó Grande voltando-se para a região da grande Florianópolis.

²⁰ Autodenominada como uma organização militante, popular e de massas, o Movimento articulado em diversas capitais do país, vem desde 2011 defendendo, entre outras coisas, a pauta de luta por Reforma Urbana. Propondo-se a atuar em diversos espaços de luta urbana como greves e ocupações de sem-teto nas periferias, conta com uma base social formada principalmente por estudantes universitários e trabalhadores das cidades.

²¹ Surgida em novembro de 2012 a partir de um grupo de famílias desalojadas no bairro José Nitro, no município de São José, a Ocupação Contestado atualmente localizada no bairro Serraria, conta com mais de 120 famílias que hoje ocupam um terreno que estava sem uso social há 40 anos. Com a perspectiva de conquistarem a casa própria, buscam viabilizar um projeto de construção de moradias populares através do Programa Minha Casa Minha Vida.

então recente Ocupação Palmares²², em Florianópolis.

De acordo com os depoimentos, a atuação da militância dentro das ocupações objetivou construir junto às frentes de apoio já existentes, as condições para que houvesse uma maior participação e entendimento pelas famílias das questões essenciais relativas ao funcionamento de uma ocupação. Segundo uma das lideranças do Núcleo, tal procedimento tinha como intenção *“trazer um pouco da experiência chamada dentro do MST de organicidade, ou seja, a forma como se organizam as famílias dentro de uma ocupação”*.

Outro ponto significativo diz respeito à realização dos trabalhos de Frente de Massa²³, onde por meio de reuniões com as famílias, foram trabalhados temas sobre questões relacionadas à história e conjuntura atual da luta pela terra. De acordo com uma das lideranças, o objetivo principal das reuniões consistia em *“resgatar a história não só da luta de classes, mas da ocupação das terras no Brasil e em toda a América Latina. [...] tentando apontar para o futuro, para a ação direta, que no caso são as ocupações de terras”*.

É justamente a partir dos trabalhos desenvolvidos nas duas principais ocupações da região, que integrantes do Núcleo Marighella começam a observar uma movimentação e interesse cada vez maior de participação, advindos principalmente por parte de grupos familiares que orbitavam pelas periferias e ocupações em busca de melhores condições de vida na área conurbada de Florianópolis. Com essa ob-

²² A Ocupação Palmares, iniciada em 2013 em terreno situado no bairro da Serrinha, em Florianópolis, contou com a participação de 26 famílias. Extinta em fevereiro de 2016 por ação judicial da Prefeitura de Florianópolis, sob alegação de se tratar de uma área de risco e de preservação permanente, as famílias acabaram por assinar um acordo de despejo junto à condição de uma pequena indenização das casas derrubadas.

²³ De acordo com o MST *“Uma ocupação se inicia com a formação dos grupos de famílias, que inclui a realização dos trabalhos de base e conscientização que se desenvolve nos acampamentos, enfrentamentos, manifestações, negociações, na conquista da terra. Para esse conjunto de ações existe a Frente de Massa, que faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST, que no processo da luta popular, vão se constituindo e criando a identidade Sem Terra.”* Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20/08/2016.

servação, ocorre também uma interação dos membros do Núcleo com outros grupos de militantes sociais já atuantes na região. Nasce, a partir daí, uma convergência de ideias que vai aos poucos tomando forma e ganhando novos conteúdos e proposições.

Junto a essa conjuntura, verificou-se ao mesmo tempo a necessidade de se pensar ações concretas, no sentido de dar respostas a esse crescente contingente de famílias pauperizadas que se apresentavam diante das principais ocupações já existentes na região. Dessa forma, inicia-se um processo da construção de uma proposta que teria como objetivo unir, tanto a urgência das famílias por moradia quanto à disposição de luta dos militantes engajados.

Na ocupação Palmares e na Contestado, a gente começou a fazer reuniões com famílias que não estavam morando naquelas ocupações, mas que tinham essa necessidade e vontade meio que latente. Então dali, e lógico, junto com um grupo de militantes de diversas correntes, de alguns partidos políticos de esquerda, de organizações militantes independentes, enfim, de pessoas que tem essa visão próxima da gente na questão da ação direta e da luta contra o capitalismo, de organização do povo trabalhador também, acabaram concordando e a gente foi criando um grupo razoável de militantes, de trabalhadores e trabalhadoras que estavam convergindo para esse tipo de ação (Depoimento do Entrevistado 4).

Tendo em vista tal perspectiva, o Núcleo passa a trocar experiências de forma mais intensa com as famílias que se apresentavam principalmente na Ocupação Contestado. Durante esse processo, ocorre uma determinação do MST para que seus militantes deixassem a ocupação. Nessa ocasião, um dos coordenadores do Núcleo Marighella relata que a decisão da direção do MST²⁴ sobre o afastamento dos traba-

²⁴ Há uma discordância sobre os motivos que levaram ao afastamento dos militantes do Núcleo Marighella junto ao MST. Nesse sentido, para o dirigente estadual do MST em Santa Catarina: “Três pessoas específicas atuaram na frente de massa do MST [anteriormente a ocupação Contestado]. Tiveram divergência porque essas pessoas foram deixando de se pautar pela metodologia do MST. No momento em que alguém deixa de se pautar pela metodologia do MST, ele deixou de ser do MST. Então eles

lhos de militância acabou gerando um enorme descontentamento por parte dos membros do Núcleo, fazendo com que os mesmos saíssem de maneira extremamente contrariada do processo de ocupação em andamento.

Com esse episódio de insatisfação, cria-se uma expectativa contrária à colocada pelo MST quanto das possibilidades de atuação dentro da Região da Grande Florianópolis. Diante de tal cenário, e sob forte motivação de permanecerem com os trabalhos de militância já em curso, acabam optando pela saída enquanto militantes orgânicos do MST de Santa Catarina. Conforme apontam os relatos de dois de seus membros:

Como éramos vinculados ao MST, tínhamos que seguir um certo cronograma de luta que eles colocavam, e que, uma ocupação a partir de uma área dentro de Florianópolis não era uma proposta aceitável para o MST. Então por essas e por algumas divergências de pensamento político e linha política, esse grupo resolveu se afastar do MST, porém, trabalhando e entendendo que o MST é uma luta muito importante (Depoimento do Entrevistado 1).

E ainda:

Mesmo não sendo uma orientação do Movimento em nível estadual, nós, mesmo assim, resolvemos nos afastar oficial-

deixaram de fazer parte enquanto militantes da frente de massa. O Movimento colocou eles para serem assentados num determinado local. Isso já estava acertado com o INCRA. Só estavam aguardando liberar a área para serem assentados. Nesse período é que eles começam, que eu saiba, a agir independentemente [...] Estão dentro do Movimento, mas não estão mais com tarefa de militante dentro do MST. Isso é importante que fique bem claro.” Num segundo momento, o dirigente ressalta: “[...] Aqui [Grande Florianópolis] eles não atuaram como MST, já eram independentes. Tanto é que inclusive, na ocupação de São José, a Contestado, um desses próprios militantes esteve alguns dias lá, mas esteve por conta. Por que nós trouxemos gente da frente de massa, vieram companheiros de fora para ajudar a organizar as famílias e fazer a ocupação junto com as Brigadas Populares. [...] esse pessoal [Núcleo Marighella] estava no aguardo que, teoricamente, era para eles estarem acampados aguardando o assentamento. O processo do MST e do INCRA com eles é que eles seriam assentados lá em Taió” (Entrevista com Nauro Velho – dirigente estadual e coordenador da Brigada Mítico do MST de Santa Catarina).

mente, nos liberar do Movimento pra ficarmos com mais legitimidade para fazer essa atuação sem prejudicar, sem comprometê-lo. Isso sempre foi uma preocupação nossa, em proteger o Movimento que é histórico, ao qual devemos muito pessoalmente e enquanto Núcleo e Brigada Marighella (Depoimento do Entrevistado 3).

Com o desdobramento do novo contexto de atuação, surgem novas expectativas e desafios aos membros do antigo Núcleo. A partir do processo de saída do MST obtêm-se, por um lado, condições de maior liberdade para ação e autonomia de luta, por outro, impõe-se automaticamente ao corpo de militantes uma nova conjuntura tanto das formas de organização como de ação. Com esses novos desafios, observa-se a necessidade de se pensar outras estratégias para uma nova reconfiguração do pequeno grupo afastado do MST.

Constituição da Brigada Marighella: ampliação dos quadros de militância e a organização da primeira ação direta

Diante dos novos desafios colocados através de uma proposta junto a alguns grupos políticos e militantes independentes sobre a viabilidade da concretização de uma ação dentro do município de Florianópolis, o grupo de ex-militantes do MST, composto até então por um número limitado de membros, passa a considerar a necessidade de ampliação do debate e dos quadros de militância.

Com esse convívio maior a gente sentiu que, pela proposta que se tinha de uma ação direta no litoral, isso implicaria na necessidade de um contingente maior. A gente viu a necessidade de ampliar um pouco mais aquele núcleo que até então era muito reduzido e muito restrito a luta interna dentro do MST (Depoimento do Entrevistado 4).

Dessa forma, os membros do antigo Núcleo Marighella começam a trabalhar no sentido da constituição de um grupo cujo qual teria como principal fundamento o estabelecimento, primeiramente, das condições

para uma aproximação entre indivíduos das mais diversas frentes de luta presentes na cidade. Tal articulação acabou resultando na criação do que veio a ser denominado pelos próprios integrantes como Brigada Marighella.

A gente, a partir daí, pela necessidade que acabou determinando, enfim, do que a gente enxergava como possibilidade de ação, nós resolvemos por ampliar. Então na verdade a Brigada, a denominação é mais no sentido não só porque o núcleo se ampliou, mas como uma organização que não tinha a pretensão de ser grande, enfim, de virar um partido, uma organização, uma corrente, nada disso. [...] o termo Brigada veio mais no sentido de ampliação. [...] Nesse sentido era preciso, era necessário que se ampliasse para se ter esse tipo de suporte. Pessoas que tivessem outros conhecimentos e que culminassem com a necessidade que a gente tinha. Daí surgiu a Brigada Marighella, em Setembro de 2013 aqui em Florianópolis (Depoimento do Entrevistado 4).

Segundo os relatos das principais lideranças, a formação da nova composição que desembocou na constituição enquanto Brigada contou inicialmente com uma participação de caráter heterogêneo. Formada inicialmente pela congregação entre os ex-integrantes do MST, militantes independentes e de partidos políticos de esquerda, o grupo foi aos poucos adquirindo uma natureza e um arranjo singulares. Como aponta um dos primeiros membros a aderir aos quadros de militância da Brigada Marighella:

A gente teve lá, inicialmente, pessoas de diversas organizações, inclusive de organizações que não tinham uma ligação orgânica maior, não tinham inclusive um contato efetivo. [...] Então ela vem com um número muito grande de organizações e militantes, não necessariamente organizados. A ideia inicial foi a de se construir algo junto com aquelas pessoas que estavam a frente de militâncias importantes (Depoimento do Entrevistado 2).

Buscando aglutinar forças sociais que compartilhassem de uma

proposta geral de ação, a Brigada surge como um dispositivo político aberto para novas perspectivas de engajamento e luta social na grande Florianópolis. Esse movimento faz com que haja, por parte de seus integrantes, uma necessidade de aproximação cada vez maior com outras organizações políticas. Essa troca de ideias, atrelada a uma especificidade conjuntural, vai aos poucos amadurecendo e ganhando consistência até chegar ao ponto de promover, a partir de um diálogo já existente por parte de suas lideranças, um contato mais efetivo entre os membros da Brigada Marighella e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

[...] o aparecimento, não a troco de nada, porque já tínhamos uma ligação mais ou menos próxima ao PCB, de dois, três anos anteriores. Então a gente via ali, pelo menos em nível teórico, uma possibilidade de convergência daquilo que a gente já pensava e que outros militantes independentes de outros movimentos sociais também (Depoimento do Entrevistado 4).

A aproximação junto ao PCB nas questões referentes a linha teórica, assim como a outras organizações políticas e sociais da região, irá proporcionar aos integrantes da Brigada Marighella²⁵ as condições necessárias para se pensar na construção de um objetivo geral, cujo qual teria como finalidade o estabelecimento de uma orientação política pautada numa concepção de centralismo democrático, apoiado por sua vez na defesa da democracia interna na tomada de decisões, tendo como base e fundamento maior a unidade de ação. Desse modo, institui-se uma proposta que irá dar o tom e ao mesmo tempo possibilitar a coesão necessária ao grupo emergente. Esse princípio norteador, baseado numa concepção política a partir da noção de vanguarda revo-

²⁵ Um dado que chamou a atenção em algumas das entrevistas, diz respeito a informações de que alguns dos ex-militantes do MST teriam se filiado ao PCB durante o processo de constituição da Brigada Marighella. Tal fato acaba suscitando questionamentos acerca da influência política que assume o partido frente às principais lideranças do grupo em formação, assim como do papel e importância que adquire junto à constituição da linha política adotada pelo próprio Movimento de Ocupação Amarildo.

lucionária²⁶ traz como principal fundamento a ideia da centralidade na ação, ou seja, do predomínio da ação direta²⁷ como forma estrutural e balizadora da organização e ação política. Com relação ao fundamento estabelecido pelo grupo, um de seus militantes expõe:

Resumidamente, a Brigada tem um princípio que é o da centralidade na ação direta. Então, mesmo os camaradas sendo independentes do ponto de vista orgânico, ou de participação de tal organização ou tal partido com concepções mais gerais até meio divergentes, mas que tem essa necessidade

²⁶ De modo geral, tal concepção, associada à corrente Marxista-Leninista, apresenta como objetivo maior do Partido de Vanguarda Revolucionária a direção e orientação das massas para a transformação social, ou seja, a derrubada da burguesia e a tomada do poder político pelo proletariado. Cabendo por sua vez ao Partido, a organização das lutas sociais e a defesa dos ideais socialistas em prol da emancipação da classe trabalhadora. Segundo Buonicore “Lênin compreendia o partido como um instrumento a serviço da revolução socialista e não como um fim em si mesmo. O desenvolvimento das formas organizativas estava intimamente ligado ao desenvolvimento dos processos revolucionários na Rússia. O partido deveria se adaptar ao processo revolucionário e não a revolução adaptar-se ao partido. Portanto, não existiria a priori um modelo único de organização leninista. Havia alguns princípios gerais aos quais poderíamos sinteticamente assim definir: um partido de vanguarda, orientado pelo marxismo, vinculado organicamente à luta do proletariado; um partido comprometido com a ruptura em relação à ordem capitalista e com a conquista do poder político para os trabalhadores e que se organiza a partir do princípio do centralismo democrático” (Buonicore, 2003, p. 54).

²⁷ No que diz respeito à ideia de ação direta, de acordo com Lorena (2012) “A adoção da luta direta, negando as ações institucionais de negociação pelas vias estatais formais (fóruns, conselhos, etc.), com o privilegiamento das ocupações de terrenos, bloqueios de rodovias [...] e ocupações de prédios ocupados por órgãos estatais, evidencia para a sociedade a luta contra a propriedade fundiária e a especulação imobiliária (no caso das ocupações); a luta contra a valorização do capital na esfera da circulação (com os bloqueios) e a interpelação do Estado, com a denúncia de sua parcialidade na luta de classes (com ocupação dos prédios). Todas as ações têm ao mesmo tempo um elemento de reivindicação imediata (negociação contra despejo, cobrança do bolsa-aluguel, etc.) e uma denúncia da exploração e dominação das classes trabalhadoras na sociedade capitalista. Este segundo elemento é incorporado na luta ideológica constantemente e se realiza das mais variadas formas. (Goulart apud Lorena, 2012, P. 160) De modo geral “O recurso à ação direta visa conquistar mudanças factuais, através de ações concretas. Para Lima (2004), os movimentos que atuam pela via da ação direta colocam-se como sujeitos sociais nas disputas no meio urbano por que: “[...] tais movimentos demonstram, com suas práticas, uma postura de negação das concepções políticas privilegiadoras da via de institucionalização das lutas sociais, afirmando, assim, o dissenso como estratégia da ação política.” (Lima, 2004 apud Lorena, 2012, p. 161).

da ação direta, de se centralizar por ela, num objetivo mais imediato até (Depoimento do Entrevistado 4).

Juntamente a definição desse princípio norteador, a Brigada Marighella estabelece seu projeto político tendo como principal referência uma proposta de assentamento rururbano²⁸, essa que traz similaridades com uma nova concepção de assentamento que vem sendo adotada desde 2001, sobretudo, por quadros do MST do Estado de São Paulo. Tal perspectiva traz como característica central a realização de uma Reforma Agrária com ênfase na atuação dentro do contexto urbano, mais precisamente no entorno metropolitano.

Assim, a proposta que começa a ser concebida pela Brigada Marighella vem com a intenção de trazer alternativas às condições de intensa exploração e espoliação a qual se encontram submetidos grandes contingentes do proletariado presente na região da grande Florianópolis, propondo por sua vez possibilidades de não somente identificar novos sujeitos da reforma agrária, como também de viabilizar a ideia de união das expectativas de luta do campo e da cidade.

Nesse sentido, o que se pode notar a partir dos relatos fornecidos por seus integrantes, é que a constituição da Brigada Marighella apresenta-se como um ponto de análise central para que se possa precisar a origem e a conseqüente eclosão da ocupação Amarildo de Souza. Precedido inicialmente por um grupo de famílias de origem urbana que migraram para o campo, a construção gradual que forneceu as bases e condições necessárias para a sua emergência, decorre antes das experiências de militância e lutas adquiridas enquanto núcleo familiar atuante nos quadros do MST de Santa Catarina. Com a chegada de alguns de seus membros a Grande Florianópolis, criam-se as condições concretas tanto para a adaptação no novo contexto de luta, como também para a

²⁸ Modelo de assentamento que busca propor a união entre as bandeiras de luta do campo e da cidade a partir da proposta da criação de agrovilas em áreas urbanizadas, com produção para o consumo de produtos hortifrutigranjeiros e, ao mesmo tempo, servindo como moradia e local de trabalho dentro das cidades ou em seu entorno.

possibilidade de ampliação a uma proposta unificadora de ação, a qual buscou reunir de forma original e singular, forças sociais expressivas da região em prol de uma bandeira de luta, essa definida a partir do novo projeto de Reforma Agrária Popular²⁹ do MST.

Dessa forma, chega-se a um primeiro entendimento de que através da constituição e das ações empreendidas pela Brigada Marighella, emerge-se um caldo político e social que acabará corroborando significativamente e de maneira decisiva para a emergência do Movimento Amarelado. Tal constatação pode ser verificada através do relato de uma de suas principais lideranças, que ao discorrer sobre o contexto de surgimento resume de maneira substancial aquilo que compreenderia, a partir de seu ponto de vista, a genealogia da formação inicial, as estratégias e ações adotadas, assim como a essência do projeto político definido pelo grupo, quando diz que:

A Marighella veio pra criar a Amarelado mais sem ter um vínculo direto com nenhuma organização. Ela é a soma de várias pessoas de várias organizações. A ideia foi se construir isso. Um processo que criasse essa centralidade na ação para a construção dessa experiência Rururbana. [...] a partir daí a gente vai começar a trabalhar nas frentes de massa e conhecer um pouco a história do que era esse processo, dessa visão Rururbana de Reforma Agrária, que é criar a Reforma Agrária, criar a possibilidade de se plantar dentro da cidade. Esse era o enfoque inicial dela. Ela tem essa necessidade porque a história da Brigada Marighella vem também vinculada a isso, a noção de que tinha que se trabalhar mais dentro da cidade, de que tinha que se buscar uma Reforma Agrária Popular, de que a gente tinha que romper com a visão de lote. Então ela vem com todas essas novidades (Depoimento do Entrevistado 2).

De forma complementar ao exposto acima, com o intuito de apresentar uma concepção mais abrangente sobre o significado de seu sur-

²⁹ O conteúdo e significado da nova concepção de Reforma Agrária adotada pelo MST será apresentada de maneira consistente mais a diante, quando forem tratadas das questões referentes ao projeto político proposto pelo Movimento Amarelado.

gimento, nota-se a partir do relato que se segue uma preocupação de um de seus integrantes em identificar elementos de ordem conjuntural, que estabeleçam uma conexão mais ampla e ao mesmo tempo direta entre a emergência do Movimento e o processo histórico de luta pela terra no país.

A Ocupação Amarildo de Souza surge no contexto de continuidade de lutas pela terra que já vínhamos travando no Movimento campestre brasileiro, mas especificamente no MST, e essa ocupação é derivada desse contexto de luta pela terra, de luta pela justiça social, pela cidadania. Ela está sintonizada com o contexto das lutas pela retomada da terra no Brasil [...] que nos últimos trinta anos, já quase trinta e cinco, vêm sendo feita pelo MST e outros movimentos sociais (Depoimento do Entrevistado 3).

Como visto anteriormente, todo o processo de acúmulo de experiências e de forças sociais que antecedem a primeira ação do grupo, é aqui identificado como sendo de extrema relevância para que houvesse, de forma efetiva, as condições materiais para a realização da ação política pretendida. Com o propósito inicial de se criar possibilidades de atuação no litoral catarinense, a Brigada Marighella dá o primeiro passo em direção a concretização de seu projeto de Reforma Agrária Popular ao promover, através de sua primeira ação direta como grupo independente, uma ocupação de terra dentro do município de Florianópolis.

É nesse contexto que a gente organiza a ocupação da SC 401. Com seis meses de antecedência nós começamos a frente de massa, o que já fazíamos na época do MST, mas agora com direcionamento para essa nova possibilidade de haver outro tipo de participante, com famílias mais da periferia que lutassem por moradia. Não só por moradia, mas também por possibilidade de terra para plantar e produzir. Dentro dessa perspectiva é que no dia 16 de Dezembro de 2013 nós definimos a entrada no terreno da SC-401. A primeira ação direta do grupo como independente do MST (Depoimento do Entrevistado 3).

Tendo em vista o conteúdo presente nos relatos e versões apresentados pelas lideranças e coordenadores sobre a origem e emergência do Movimento, cabe-nos agora dar sequência à apreensão do contexto de surgimento a partir do terceiro elemento proposto como forma de análise. Trata-se, pois, de precisar o momento exato em que o grupo realiza sua entrada na cena política local, ou seja, da materialização de sua primeira ação direta na região. Tal ação refere-se à ocupação urbana promovida em dezembro de 2013 no município de Florianópolis. É sobre essa questão e sua consequente trajetória que nos ocuparemos a seguir.

2

TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Ocupação em área urbana – O caso da SC-401

Na entrada da ocupação às margens da SC-401, na Vargem Pequena, uma bandeira do Brasil diferente recepciona os visitantes. Ao invés de Ordem e Progresso está escrito “Terra, Trabalho e Teto”.

DC, 21/01/2014

Os primeiros momentos

Empreendida durante a madrugada da segunda-feira do dia 16 de dezembro de 2013, num terreno localizado às margens da SC-401, principal rodovia de acesso às praias do norte da ilha de Santa Catarina, a ocupação¹ veio a público pela primeira vez apresentando-se na época como a mais nova luta organizada na região. Batizada pelos próprios integrantes como “Ocupação Amarildo de

¹ Diante dos fatores de ordens jurídico-político e ideológico, existentes a partir dos significados em disputa, optou-se aqui pela utilização do conceito de “ocupação” em contraposição ao termo “invasão”. Levou-se em consideração, primeiramente, o princípio jurídico baseado na lei constitucional referente à função social da propriedade, fator entendido como preponderante no que diz respeito a luta por reforma agrária pelo direito à moradia.

Souza”², o grupo constituído inicialmente por cerca de 50 pessoas, apresentou em sua composição social integrantes de diversas frentes e experiências de luta. Contando com a participação de militantes do PCB³ alinhados a outras frentes de luta, como setores do movimento estudantil e algumas famílias de sem-teto da região, a ocupação organizada e planejada sob o lema “Terra, Trabalho e Teto” insurge na cena política local propondo disputar os recursos públicos em prol dos setores mais pauperizados da Grande Florianópolis. Trazendo como principal objetivo o projeto de Reforma Agrária Popular, apresenta-se como a primeira grande ocupação de caráter rururbano promovida no Estado de Santa Catarina.

Segundo relatos dos próprios ocupantes, os baixos salários aliados a um processo de encarecimento dos aluguéis em Florianópolis foram as principais motivações que levaram o grupo a se organizar e a ocupar o terreno. A partir de vídeo⁴ publicado nas mídias eletrônicas e também de entrevistas concedidas à imprensa local⁵, alguns dos coordenadores

² Nome escolhido em homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza (Rio de Janeiro, 1965-2013) morador da favela da Rocinha. Assassinado pela Polícia Militar, sua história tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial. “Homenageamos o servente de pedreiro Amarildo de Souza, que tem a nossa cara, a nossa cor, que é um de nós, que sofreu os mesmos problemas que nós e que teve a pior das mortes, que é sob tortura.” (Extraído do informativo Gazeta Ocupação Amarildo de 01/02/2104. 1ª edição.)

³ Segundo consta na entrevista realizada junto a uma das lideranças sobre a organização inicial da ocupação, uma das matérias publicadas apontou que “O PCB está prestando apoio à ocupação desde que ela se originou, em dezembro do ano passado. De acordo com uma das lideranças da sigla e também da mobilização, Rui Fernando, teriam sido os próprios militantes do partido a organizarem a ocupação [...] – É importante frisar que isso aqui é o povo organizado. O PCB apenas convocou seus membros para a organização porque nós acreditamos que a revolução tem que acontecer, que a terra deve ser dividida. A reforma agrária é uma bandeira que está dentro da legalidade – afirmou.” Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/01/partidos-politicos-apoiam-a-ocupacao-amarildo-de-souza-na-capital-4398347.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZEPiPRD8MI4>>. Acesso em: 18/04/2014.

⁵ Disponível:<<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/01/integrantes-de-ocupacao-na-sc-401-dizem-que-foram-parar-ali-em-revolta-aos-precos-dos-aluguéis-em-florianopolis-4395693.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

relataram que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras da ocupação não possuíam mais condições de sustentar a alta dos aluguéis na capital, e que a ação de ocupar aquela terra foi a única solução encontrada pelo grupo como forma de reivindicação e resistência a fim de permanecerem em Florianópolis.

De acordo com os relatos sobre os motivos da ocupação do terreno, um de seus coordenadores argumentou que somente em Florianópolis há uma lista com mais de 15 mil famílias⁶ cadastradas na secretaria de habitação da prefeitura, as quais aguardam a mais de trinta anos pelo direito de possuírem uma moradia adequada no município.

Com relação à origem das famílias presentes na ocupação, a liderança chamou a atenção para o fato de se tratar principalmente de uma população oriunda das comunidades mais carentes da região, procedentes das mais variadas partes do país, e que, por sua vez, já vinham vivendo e trabalhando de forma precária há vários anos na capital catarinense. Ressaltou por último que, devido ao fato de receberem salários muito baixos, essas famílias acabavam sendo obrigadas a despendere grande parte de sua renda mensal somente para o custeio do aluguel, ficando assim impossibilitadas de conseguirem viver de maneira digna em Florianópolis.

Em relação aos principais acontecimentos ocorridos no primeiro dia, a partir de divulgação nas redes sociais e mídia independente, obtivemos a oportunidade de estar presente no clímax dos primeiros momentos do grupo na tomada do terreno da SC-401. Recepcionado no período da tarde do dia 16 por alguns dos estudantes que faziam parte da coordenação, e que naquele momento ajudavam a erguer os primeiros barracões de lona, foi passado o informe de que durante aquela manhã já havia ocorrido uma intervenção no local por parte do suposto proprietário do terreno, o ex-deputado estadual e empresário Artêmio

⁶ Número condizente com o divulgado em 2012 pelo Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) do município de Florianópolis. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/19_12_2012_15.01.37.4c6e751bc3c439fd103d-63011f9e5001.pdf>. Acesso em: 26/06/2015.

Paludo⁷, que, respaldado por seu advogado, teria determinado a imediata desocupação da propriedade de sua família. Como justificativa jurídica, usou o argumento de que a ocupação da área constituía-se como um duplo crime de invasão de propriedade, sendo considerada tanto a ocupação do terreno como também da residência existente no local.



Figura 1 – Reunião inicial da ocupação Amarildo – dez./2013
Fonte: *Diário Catarinense*. Foto: Betina Humeres.

Na mesma manhã, ainda conforme os relatos e vídeo⁸ produzidos pelo próprio Movimento, a Polícia Militar (PM) foi acionada pelo suposto proprietário através de um boletim de ocorrência, onde, através de ação de caráter intimidatória, buscou criminalizar as famílias presentes alegando que a terra teria dono e que aquela ação se caracterizava co-

⁷ Artêmio Paludo, político e empresário catarinense, é fundador e ex-proprietário do Frigorífico Seara. Exerceu mandato de deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (1979-1983), assumindo posteriormente como suplente convocado (1983-1987) pelo Partido Democrático Social (PDS).

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ur-hSrmPiQM>>. Acesso em: 18/04/2015.

mo uma “invasão”, sendo, portanto, enquadrada juridicamente como crime cometido contra a propriedade privada.

Um dos advogados que prestou assessoria jurídica desde o primeiro dia de ocupação, na tentativa de buscar o diálogo junto à PM em defesa das famílias, argumentou na referida ocasião que se tratava de uma ação legal. Defendendo o princípio jurídico respaldado na função social da terra, chamou a atenção para a importância de se conceber a ocupação não como um ato ilegal e criminoso, mas antes como uma ação baseada na legalidade estabelecida a partir de um princípio constitucional válido, ou seja, da função social da propriedade⁹.

⁹ “A função social, presente na Constituição Federal de 1988, é princípio norteador do direito de propriedade no Brasil. De acordo com ele todo o bem, seja móvel ou imóvel, rural ou urbano, deve ter um uso condizente com os interesses da sociedade, e não apenas aqueles dos proprietários. No caso dos imóveis urbanos, os interesses da sociedade se refletem na ordenação da cidade, definida pelo Plano Diretor. Assim, a propriedade urbana cumpre sua função social quando seu uso é compatível com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, e simultaneamente colabora para a segurança, bem estar e desenvolvimento dos usuários, vizinhos e, por fim, da população como um todo. Em suma, para o Direito à Cidade. No caso do Brasil, onde as cidades em geral convivem com déficit habitacional, e boa parte da população se vê obrigada a residir cada vez mais distante das áreas com oferta de serviços públicos, por vezes inclusive ocupando regiões ambientalmente sensíveis, uma propriedade ociosa não está a cumprir sua função social.” Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/funcao_social_da_propriedade/index.php?p=172144>. Acesso em: 24/11/2015. Segundo Rodrigues (2004) “No Brasil, esse debate está em pauta desde a preparação da Emenda Popular para a Reforma Urbana para o Congresso Constituinte em 1988. Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal colocaram como premissa a função social da cidade, mas remeteram aos planos diretores municipais para cidades com mais de 20 mil habitantes a aplicação dos seus preceitos. Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade foram regulamentados os artigos da constituição sobre a função social da propriedade e da cidade – Lei 10.257/01. O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana...” (art.2º). [...] Embora a função social da propriedade urbana conste, desde 1934, nas várias Constituições Brasileiras, a explicitação de seu significado só ocorreu em 2001, com a promulgação do Estatuto da Cidade. [...] É necessário, para que a cidade cumpra sua função social, que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. Essa relativização é expressa no Estatuto, em especial nos artigos que reconhecem o direito de usucapião urbano e, assim, indicam limites à especulação imobiliária” (Rodrigues, 2004, P. 10-11).

Diante de tais fatos, é possível verificar logo nos primeiros instantes da ocupação a presença do conflito existente a partir da oposição entre dois princípios constitucionais, a saber: das reivindicações dos ocupantes pelo direito a terra e moradia junto à alegação de que a área ocupada não estaria desempenhando a sua função social, e, por outro lado, a exigência por parte do suposto proprietário da preservação e garantia da propriedade privada.

Processo de ampliação da Ocupação: inclusão de novas famílias e a chegada dos índios Kaingang

Superado em partes os desafios enfrentados nos primeiros momentos de ocupação, o Movimento começa a vislumbrar possibilidades reais de permanecer no terreno. Diante da identificação da necessidade de expansão, sua coordenação começa a pensar em estratégias capazes de fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento da ocupação, sendo indispensável, portanto, criar as condições para a participação de novas famílias.

Utilizando-se de uma nova proposta de ação, a coordenação começa a realizar novamente os trabalhos de frente de massa com as populações periféricas da região. Segundo um de seus coordenadores, por volta do dia 17 de dezembro começam os primeiros trabalhos de divulgação da ocupação nas proximidades da praia de Canasvieiras, no norte da ilha. A liderança ressalta que paralelamente a isso foram realizados trabalhos importantes em outros locais, tais como em comunidades do município de São José e nas proximidades do bairro da Serrinha, em Florianópolis – locais próximos as duas outras ocupações em curso na época (Palmares e Contestado). Outra localidade importante de atuação se deu no Maciço do Morro da Cruz, região central conhecida por compreender a maior concentração de comunidades carentes existentes na capital catarinense.

Na medida em que a ocupação vai ganhando visibilidade, propor-

cionada em partes por sua localização privilegiada dentro da cidade, o que se pôde observar logo nas primeiras semanas foi um crescimento virtuoso, com um número cada vez mais expressivo de famílias participantes do Movimento.

A evolução quantitativa do número de famílias é identificada por uma das lideranças a partir do décimo dia de ocupação, que, coincidindo com a data do Natal já apresentava uma notória evolução, contando com cerca de 150 pessoas. No Réveillon, haveria um aumento significativo, chegando a um número aproximado de 200 acampados. Enfatiza a liderança que a partir dessa data há um salto de grande expressão, ao ponto da ocupação alcançar, em meados de janeiro e início de fevereiro, o número de quase cerca de 700 famílias participantes.

Esse processo de crescimento acelerado ganha maior impacto e notoriedade pública com a chegada de um grupo formado por cerca de 50 índios da etnia Kaingang, do Rio Grande Do Sul, que, logo nos primeiros dias do ano de 2014, ou seja, aproximadamente 15 dias depois de iniciada a ocupação, chega para somar-se às inúmeras famílias acampadas. Com a intenção de trabalhar com o comércio de artesanatos e sem um lugar definido para permanecer durante a alta temporada de verão, o grupo indígena acaba encontrando na ocupação as possibilidades necessárias para realização de seus trabalhos temporários em Florianópolis.

No réveillon, nós já estávamos com 200 pessoas. Pela experiência que se tem, estávamos com um corpo razoável, mas quando vieram os índios Kaingang para trabalhar e o prefeito negou uma área para eles acamparem, a gente viu que deu aquele corpo [...] foi uma coincidência feliz, eu diria. O prefeito se negou numa atitude não só equivocada, mas de uma estupidez tamanha, que acabou jogando no nosso colo aquilo que a gente precisava, que era mais um contingente de pessoas que tem todo um histórico e uma prática de resistência e de luta (Depoimento do Entrevistado 4).

Dotado agora de uma nova composição social, e que a cada dia

apresentava-se mais diversificada social e culturalmente, o Movimento passa a identificar uma conjuntura cada vez mais favorável para uma possível consolidação da ocupação no terreno da SC-401. Embora tenha se dado de forma eventual e passageira, o apoio indígena à ocupação se constituiu, aos olhos da coordenação, como uma enorme contribuição à luta pela conquista da terra.

De fato, a explosão do número de famílias em apenas 45 dias foi certamente um dos grandes feitos da coordenação do Movimento. O fato de conseguirem reunir em poucas semanas mais de 1500 pessoas, fez com que houvesse por parte das instituições públicas encarregadas um maior reconhecimento da ocupação, o que acabou por contribuir significativamente para que o INCRA recebesse uma lista elaborada pela coordenação contendo o número de 725 famílias para fins da realização do pré-cadastro de assentamento, fato que colaborou para que também o juizado agrário tomasse parte do conflito, estabelecendo procedimentos, mesmo que de caráter provisório, de cuidados referentes ao direito de permanência das famílias ocupantes.

O terreno

Localizado no bairro da Vargem Pequena, região norte da ilha de Santa Catarina, a área na qual o terreno anteriormente ocupado está inserido, além de rico em vegetação nativa também conta com uma abundante reserva de recursos hídricos, isso se deve ao fato de sua localização manter extrema proximidade ao Rio Ratonés, este que é considerado o principal rio e bacia hidrográfica do município de Florianópolis.

Além da importância dos recursos naturais da região, verificam-se também outros fatores ligados diretamente a questões de âmbito socioespacial e econômico. Há cinco quilômetros de Jurerê Internacional, o bairro com o metro quadrado mais valorizado do município e possivelmente do Estado de Santa Catarina, o terreno ocupado na época está localizado em uma das regiões mais elitizadas da capital catarinense,

notadamente reconhecida pelo alto potencial que possui para receber grandes empreendimentos imobiliários. Conforme aponta Sugai, a rodovia SC-401 destaca-se por se constituir como um dos eixos rodoviários mais privilegiados da ilha, o eixo da direção norte-sul, que, ao longo dos últimos 30 anos vem recebendo constantes investimentos viários, o “que garantiu a conexão entre: as áreas residenciais das camadas de alta renda, os bairros previstos para sua expansão residencial e os balneários turísticos e de veraneio destinados às elites” (Sugai, 2015, p. 182).

De acordo com os dados fornecidos pelo questionário (Apêndice A) aplicado à superintendência da Secretaria do Patrimônio da União de Santa Catarina, a área em questão encontra-se situada em Linha do Preamar Médio¹⁰ (LPM), demarcada como terreno de Marinha, onde ainda espera para ser devidamente cadastrada e homologada pela SPU. Da área total¹¹ pertencente à União, a parcela referente às matrículas n.º 71263, com 2.030.484,5089m², n.º 71.264, com 23.130,4011m² e n.º 44.633/L2, com 2.053.614,9100m² é reivindicada como sendo de natureza privada, reclamada como propriedade exclusiva do empreendimento Florianópolis Golf Clube, cujos sócios são o ex-deputado e empresário Artêmio Paludo, sua esposa e filhos. Segundo matéria¹² publicada em 28 de janeiro de 2014, o advogado e genro do suposto proprietário, Sergio Tajés Gomes, informou que a posse da área havia sido adquirida no ano de 1979, data que coincide com o primeiro ano

¹⁰ “A Linha do Preamar Médio é definida pela média das marés máximas, do ano de 1831. O ano de 1831 é usado para dar garantia jurídica, porque é conhecido o fenômeno de mudanças na costa marítima decorrente do movimento da orla. Esses movimentos se dão por processos erosivos ou por aterros. A partir da determinação da linha do preamar médio inicia-se a delimitação dos terrenos de marinha.” Disponível em: <<https://gestao.patrimoniodetodos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6573990476>>. Acesso em: 20/05/2016.

¹¹ Com base nos relatos e informações fornecidas pelas lideranças e apoiadores do Movimento, estima-se que a área total onde se inclui o terreno reivindicado como propriedade particular (27 mil m²), compreenda algo em torno de 600 a 900 hectares de terra, notadamente pertencentes à União.

¹² Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/138451-proprietarios-de-terreno-ocupado-na-vargem-pequena-descartam-acordo-para-desapropriacao.html>>. Acesso em: 02/11/2015.

do mandato de Artêmio Paludo como deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Conforme apontado em outra matéria¹³, a propriedade desde a época de sua aquisição teria sido usada para três tipos de investimentos. Primeiro como empreendimento Paludo Agropesca, onde se instituiu uma criação de camarão em cativeiro, vindo a ser extinta logo posteriormente. Em 1992, ocorre a tentativa de um projeto que visava à elaboração de um complexo esportivo batizado por Florianópolis Golf Club, onde foi assinado no ano de 1995 um contrato entre a família Paludo e o grupo Habitasul, sendo prorrogado por 10 anos, algo que também acabou não sendo viabilizado. Já em março de 2010, há outra tentativa da construção de mais um empreendimento a partir do projeto Carijós, complexo residencial e comercial de luxo, que acabou supostamente sendo engavetado sob a alegação de impossibilidade de construção por determinações impostas pelo Plano Diretor do município de Florianópolis.

Sobre o histórico da região em que o terreno está situado, um dos coordenadores do Movimento, através de vídeo¹⁴ publicado nas redes sociais, resgatou a importância do lugar para a história do município de Florianópolis. Em tal ocasião, a liderança destacou que há cerca de 50 anos a área ocupada era reconhecida como um dos principais “celeiros” de produção de alimentos, abastecendo parte da grande Florianópolis com produtos de origem hortifrutigranjeiros. Entretanto, o mesmo ressaltou que o terreno, as vésperas da ocupação, encontrava-se subutilizado, não cumprindo a função social da propriedade. Afirmou ainda que havia na área cerca de quinze cabeças de gado, das quais o dono, ou “o que se dizia dono”, no caso a empresa Agropecuária Paludo, estaria procurando justificar o uso da terra a partir da criação existente no local. Por último, reiterou o posicionamento dos acampados frente à situação

¹³ Disponível em: <<http://floripamanha.org/2014/01/as-vozes-de-um-conflito/>>. Acesso em: 02/11/2015.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ur-hSrmPiQM>>. Acesso em: 18/04/2015.

evidenciada no terreno, avaliando que tal procedimento constituía-se antes como uma “fachada legal”, usada pelo suposto proprietário como forma de justificar a situação de não utilização ou subutilização da terra em favor da especulação imobiliária.

Na tentativa de justificar a função de uso do terreno, o advogado de Artêmio Paludo, em entrevista concedida à imprensa local¹⁵ alegou que o terreno havia sido arrendado para uma pessoa que criava gado no local. De acordo com o advogado, o fato do terreno ter ficado décadas sem exercer qualquer tipo de atividade se deu em decorrência do rompimento do contrato com o grupo Habitasul, assim como também do aguardo sobre as propostas de mudanças que seriam realizadas pelo novo Plano Diretor do município.

No que diz respeito ao âmbito jurídico, e da conseqüente disputa estabelecida entre o suposto proprietário da terra e o Movimento Amarildo, cabe-nos aqui destacar resumidamente os principais fatos ocorridos durante o período em que a ocupação se manteve na SC-401. Levando em consideração a ordem dos acontecimentos, no dia 20 de dezembro de 2013, ainda no primeiro mês de ocupação, uma liminar assinada pelo juiz Fernando Vieira Luz, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Florianópolis, determina a imediata reintegração de posse a empresa da família Paludo, suposta proprietária da área ocupada. No dia 23 do mesmo mês, o promotor Raul Rabelo, da 17ª Promotoria de Florianópolis também dá vistas ao processo de reintegração de posse. Na mesma data, o juiz Fernando Vieira Luz, com base em resolução do Conselho de Magistratura, se considerou incompetente para julgar o conflito, transferindo o processo para a Vara Especial Agrária. Em 22 de Janeiro de 2014, o então juiz agrário Jeferson Zanini delibera pelo agendamento de uma audiência conciliatória entre as partes envolvidas no conflito como forma de resolução do impasse.

No mesmo dia da audiência, marcada para o dia 7 de fevereiro, o

¹⁵ Disponível em: <<http://floripamanha.org/2014/01/as-vozes-de-um-conflito/>>. Acesso em: 02/11/2015.

Movimento promoveu uma grande marcha na Avenida Beira-Mar Norte com destino ao fórum Desembargador Eduardo Luz, em Florianópolis. Contando com a rede de apoiadores juntamente das famílias presentes na ocupação, cerca de 800 participantes realizaram uma concentração para o ato público iniciada logo pela manhã, seguida de uma caminhada de 8 km até o fórum onde ocorreu a audiência. Participaram da reunião de conciliação o juiz agrário Jefferson Zanini, o coordenador e representante da ocupação, Rui Fernando Silva Junior, além de um dos advogados do suposto proprietário do terreno, Camilo Simões Filho e o ouvidor agrário Fernando de Souza. Ao término da mesma, foi elaborado um documento (Anexo A) contendo 19 pontos a serem cumpridos entre as partes. Dentre as principais deliberações acordadas, destacavam-se a permanência dos ocupantes no terreno até a data estipulada de 15 de abril de 2014; a não ampliação e modificação da área ocupada; a proibição do ingresso de novas famílias, assim como a imediata expedição de mandado de reintegração de posse em caso do descumprimento de qualquer um dos pontos estabelecidos.



Figura 2 – Marcha na Av. Beira Mar Norte
Fonte: *Diário Catarinense*. Foto: Betina Humeres.



Figura 3- Audiência Pública – fev./2014. Fonte: *Diário Catarinense*.
Foto: Betina Humeres.

Ainda com relação à situação jurídica do terreno, cabe fazer uma observação quanto ao posicionamento adotado pelas instituições públicas envolvidas na discussão sobre a titularidade da propriedade ocupada. Nesse sentido, tanto a (SPU/SC) quanto a Procuradoria da União de Santa Catarina (AGU/SC) emitiram comunicados à imprensa¹⁶ sobre a situação de ilegalidade dos títulos referentes à área.

A nota pública (Anexo B) emitida pela SPU informava que através do protocolo de solicitação de vistoria para identificação de propriedade da área, encaminhada por representantes do Movimento Amarelado a mesma, fora realizada uma visita no dia 3 de fevereiro de 2014 a qual constatou, por meio de vistoria da equipe técnica da própria Secretaria, que a área ocupada encontrava-se *“totalmente inserida em proprieda-*

¹⁶ Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/spu-afirma-que-terreno-invadido-na-sc-401-e-propriedade-da-uniao>>. Acesso em: 29/01/2016.

de da União, caracterizada como Terreno de Marinha¹⁷ e Acrescido, nos termos do Artº 20-VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46”. Além de tal constatação, a nota afirmava ainda que “Após a comprovação documental (registro de imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC¹⁸ tomará as providências necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos”.

O documento (Anexo C) divulgado pela Procuradoria da União de Santa Catarina à imprensa ratifica o conteúdo do relatório de vistoria produzido pela SPU. Além disso, a nota apontava ainda para o fato de que “Somente após a notificação de todos os moradores da área localizada na faixa de terreno de Marinha” e com a Linha do Preamar Médio

¹⁷ Os terrenos de marinha são bens da União medidos a partir da linha do preamar médio de 1831 até 33 metros para o continente ou para o interior das ilhas costeiras com sede de município. Além das áreas ao longo da costa, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de mares. Disponível em: <<https://gestao.patrimoniode todos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6138970872>>. Acesso em: 12/05/2016.

¹⁸ No que se refere ao processo de desconstituição dos títulos do suposto proprietário, através das informações contidas no questionário aplicado à Superintendência da SPU/SC em abril de 2016 (Apêndice A), o mesmo informou que “a questão da desconstituição dos títulos será analisada após a homologação da LPM, momento em que, se confirmada a sobreposição com terras da União, os títulos existentes serão desconstituídos ou retificados”. Informa ainda que “assim que a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizar o cadastro das pessoas atingidas pela demarcação das áreas da União, será aberto prazo para que os interessados, se desejarem, apresentem os pedidos de impugnação da linha”. Por fim, comunicou de forma não muito esclarecedora, porém de grande relevância que “**o interessado já manifestou desinteresse na continuidade de seu processo de inscrição de ocupação que tramitava nesta superintendência.**” Todavia, passados mais de 21 meses da conclusão da demarcação das terras de Marinha (maio/2015) do município (processo que perdurou por quase 7 anos até ser concluído), ainda não há indícios sobre a devida homologação da LPM e do início do processo de desconstituição dos títulos/matriculas em sobreposição com as terras da União. O que a nota sugere é que o interessado ou “suposto proprietário”, agindo agora de boa fé, resolveu abrir mão das terras das quais se dizia proprietário, decidindo por não dar mais continuidade ao “processo de inscrição de ocupação”, decisão essa que, sendo confirmada com a saída do grileiro do terreno, não faz mais do que ratificar a denúncia, consumando por sua vez o ato de grilagem sobre as terras pertencentes à União, realizada ainda durante o período de vigência da ditadura militar no Brasil. Disponível em: <<https://gestao.patrimoniode todos.gov.br/DuvidasFrequentes/terrenos-de-marinha/duvidafrequente.2013-04-19.6573990476>>. Acesso em: 20/05/2016

devidamente homologada “é que a AGU deverá acionar judicialmente os supostos detentores de títulos de propriedade sobre terrenos de marinha para a desconstituição/anulação desses títulos”. Por fim, salientou que “a missão da Procuradoria será o de representar a União num futuro processo judicial envolvendo a anulação dos títulos, no entanto, caberá à SPU dar destinação ao imóvel”.

Dito isto, nota-se que a partir da vistoria realizada pela SPU, órgão responsável pela verificação da procedência de titularidade da área ocupada, foi constatado a condição de ilegalidade de posse do suposto proprietário, identificando a área como patrimônio da União. Mesmo diante de tal objeção – devidamente fundamentada a partir do vigésimo artigo da Constituição e do decreto lei 9760/46, que trata especificamente sobre as propriedades da União – a decisão que prevaleceu na audiência conciliatória não somente ignorou a nota pública da AGU e SPU, alegando não ter competência para o julgamento do laudo técnico, como também desconsiderou as prerrogativas presentes na Constituição Federal¹⁹ que dizem respeito à função social da propriedade, ao direito à moradia e à concessão de áreas públicas para a reforma agrária e urbana, evidenciando assim uma decisão de teor arbitrário, pautada única e exclusivamente a favor da garantia dos direitos da presumida propriedade privada, reclamada pelo não mais “suposto proprietário”, mas sim – levando em consideração a condição de ilegalidade de posse a partir da confirmação de sobreposição com terras da União – como legítimo grileiro de terras públicas.

Além da denúncia pública promovida pelo Movimento sobre as irregularidades na aquisição do terreno, há também evidências que apontam para o fato da área ter sido adquirida no mesmo período em

¹⁹ “Na Carta Magna registrou-se, além da identificação dos bens da União (art. 20), a nova orientação sobre o uso da terra no País: a função social da propriedade como princípio da ordem econômica nacional (art. 170, III); reconhecimento do direito fundamental à moradia (art. 7º e 6º); e concessão de áreas públicas para reforma urbana e agrária (art. 183/189).” Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/patrimonio-da-uniao/legislacao/cartilha-memo-90-destinacao-orientacoes-para-a-destinacao-do-patrimonio-da-uniao.pdf>>. Acesso em: 12/05/2016

que Artêmio Paludo exercia o cargo de deputado pelo partido da ARENA. Tal suposição acaba por corroborar com as denúncias levantadas pelos recentes estudos do dossiê elaborado por (Schinke, 2015) que apontam para as irregularidades e crimes cometidos durante o período ditatorial no Brasil, sobretudo, no que diz respeito à apropriação ilegal de terras públicas no Estado de Santa Catarina, em particular no município de Florianópolis, através da maquiada “reforma agrária” promovida pelo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e sua sucessora, a Coordenadoria de Legitimação e Cadastramento de Terras (COLECATE), beneficiando diretamente setores vinculados às oligarquias políticas e econômicas da época, as quais perduram até hoje.



Figura 4 – Ocupação SC-401

Fonte: *Brasil Notícias*.

Infraestrutura e organização interna da ocupação

Desde seu início, a ocupação na SC-401 procurou pautar-se nas formas de organicidade desenvolvidas e já consolidadas pelos movimentos sociais ligados a via campestina²⁰, tal qual o MST, com a divisão dos trabalhos sendo orientadas pela coordenação do Movimento junto das inúmeras famílias acampadas. Auxiliados pelos grupos de apoio que foram se constituindo ao longo do processo de ocupação, os trabalhos realizados buscaram ordenar o espaço através do planejamento e construção de uma infraestrutura que possibilitasse um maior aproveitamento dos poucos recursos disponíveis na área.

Conforme dito anteriormente, poucas semanas após o início da ocupação, o terreno já contava com mais de 700 famílias acampadas, que foram devidamente recebidas e cadastradas pela coordenação e auxiliadas na construção de seus barracões. Na medida em que chegavam, o espaço era organizado e ampliado, possibilitando assim a sua expansão de maneira ordenada. De acordo com dados levantados pela PM em fevereiro de 2014, foram erguidos aproximadamente cerca de 350 barracas durante os dois primeiros meses de ocupação do terreno.

Conforme observado na figura 4, a disposição dos barracões formou-se majoritariamente em torno de um único sentido, de forma enfileirada, paralelamente à rodovia. Tal planejamento possibilitou uma maior visibilidade da ocupação vista de fora, impactando ao mesmo tempo a opinião pública e aos milhares de moradores e turistas que passavam diariamente pela rodovia em direção às praias do norte da ilha, uma vez que no auge do processo de construção da ocupação, o município de Florianópolis encontrava-se na alta temporada de verão, fator que contribuiu de maneira significativa para que o Movimento Amarelado ganhasse rapidamente uma considerável notoriedade pública.

²⁰ Fundada em 1992, a Via Campestina caracteriza-se como Movimento autônomo e de caráter internacional e pluralista. Possui como objetivo maior a organização dos trabalhadores do campo e comunidades indígenas a partir da articulação entre os mais diversos movimentos sociais atuantes na América, Ásia, Europa e África.

No que se refere aos serviços essenciais para a manutenção e permanência das famílias, a ocupação contou com o abastecimento de água, serviço já existente no local, sendo devidamente ampliado na medida em que chegavam as famílias. Já o acesso à energia elétrica contou com os trabalhos realizados pela coordenação em parceria com integrantes da rede de apoio, onde por meio de novas instalações foram criadas as possibilidades para atender a demanda das centenas de barracões espalhados pela ocupação.

Como forma de disponibilizarem condições para o uso de sanitários, a coordenação da ocupação estabeleceu como proposta uma alternativa ecológica conhecida como banheiro seco. Além de contribuir para a sua construção a todos os barracões, a proposta acabou se adaptando as questões circunstanciais observadas no local, proporcionando condições mínimas de higiene e saúde às centenas de famílias acampadas.

Já o modelo de organização adotado pela coordenação no decorrer do processo de construção e desenvolvimento da ocupação é outro fator importante, pois nos coloca diante da análise sobre a natureza dos processos que orientaram o conjunto das práticas do Movimento junto a sua base social. Tal modelo, entendido como *organicidade*²¹, foi adotado seguindo critérios e métodos já consolidados outrora por grande parte dos movimentos sociais ligados a Via Campesina internacional.

Logo, tal modelo adotado foi aos poucos tomando forma e adquirindo algumas características próprias na medida em que crescia o número de famílias participantes. Organizados por meio de uma coordenação geral, subcoordenações (frentes de trabalho) e núcleos familiares, a ocupação começa a criar as condições necessárias para o estabelecimento, segundo um de seus coordenadores, de “tarefas pré-

²¹ Modelo de organização interna de acampamentos/assentamentos dos movimentos sociais do campo e da cidade. Baseia-se na estruturação do espaço e na divisão das tarefas a partir do estabelecimento de coordenações, subcoordenações e núcleos familiares. Tem como finalidade promover um disciplinamento espacial e a divisão dos trabalhos no acampamento como um todo.

-determinadas e coordenações que dessem conta da demanda e dos problemas que são afetos a um acampamento autogestionado”. Dessa maneira, buscou-se instituir uma forma de organização interna que possibilitasse a auto-organização do acampamento, numa perspectiva vinculada a concepção de Poder Popular²².

A composição dos núcleos ocorre no momento em que a ocupação atinge o número aproximado de 150 famílias. A partir de então, inicia-se o processo de estruturação do acampamento com a divisão de 10 a 20 famílias por núcleo. Segundo informações dos coordenadores, eram realizadas reuniões periódicas semanais, onde cada núcleo tratava especificamente de suas demandas internas, que envolviam desde problemas conjugais até questões ligadas diretamente as necessidades mais gerais da ocupação.

De acordo com os relatos das principais lideranças, as discussões eram realizadas a partir dos próprios núcleos com as demandas maiores sendo repassadas para a coordenação geral, que exercia o trabalho de encaminhamento das questões mais problemáticas. Ao longo de todo o processo da SC-401, cerca de 26 núcleos familiares foram constituídos. Conforme apontado pelos coordenadores, a ideia de organização foi direcionada no sentido de proporcionar a cada núcleo as condições necessárias para que pudessem exercer o próprio controle sobre o processo de formação e resolução interna e, dessa forma, criarem possibilidades da construção de uma organicidade baseada na autogestão.

Outro dispositivo importante de organização interna instituída diz respeito às subcoordenações ou coordenações setoriais, as quais possuíam como objetivo estratégico a atuação pontual nas questões referen-

²² De maneira geral, a concepção de Poder Popular pode ser compreendida como uma forma de organização em que predominam práticas e valores voltados à solidariedade e cooperação entre os grupos e sujeitos políticos anticapitalistas, possuindo como proposta geral a participação coletiva e igualitária sobre as decisões políticas. Trata-se, pois, de uma auto-organização e gestão de caráter revolucionário em contraoposição direta as formas de poder instituídas pelo Estado capitalista, esse, por sua vez, estruturado sob a forma de dominação de classes com a personificação e hierarquização das relações de poder.

tes às principais necessidades da ocupação. Tais coordenações foram devidamente formadas de acordo com as especificidades relacionadas por cada área de atividade, a saber: Segurança, Produção, Infraestrutura, Higiene/limpeza, Alimentação, Comunicação, Saúde, Educação e a de Formação (única que acabou não se efetivando). Compostas por membros da Brigada Marighella e coordenadores de núcleo, exerciam a função de trazer soluções para as mais diversas demandas oriundas do processo de construção e desenvolvimento do acampamento.

Além da representação de núcleo e das coordenações setoriais, havia também uma coordenação geral constituída por representantes de cada núcleo juntamente da participação de militantes da Brigada Marighella. Com o intuito de buscar solucionar os problemas mais gerais do acampamento, a coordenação geral possuía como atribuição e propósito maior a articulação entre todos os setores que compunham a ocupação. Por meio de suas competências procurava-se dar fomento às discussões de âmbito mais geral, buscando apontar o rumo das decisões a serem tomadas pelas famílias através dos espaços deliberativos de participação.

Segundo os relatos de seus principais coordenadores, por meio de reuniões periódicas de caráter ordinário e extraordinário eram trazidas e debatidas as principais demandas apresentadas pelos núcleos e demais coordenações e redes de apoio do Movimento. Nesse sentido, as assembleias se constituíram como os espaços deliberativos de maior participação. Durante todo o processo de ocupação, se colocaram presentes nas assembleias os mais diversos setores da sociedade civil da região, desde militantes políticos, sindicalistas, intelectuais, organizações do movimento estudantil até lideranças partidárias e representantes das instituições públicas como o INCRA e juizado agrário. Ocorrendo semanalmente aos domingos, as assembleias eram vistas como um espaço aglutinador da militância e um instrumento importante no que diz respeito ao fomento das discussões gerais e da conseqüente tomada de decisão.

De modo geral, o modelo adotado pela coordenação geral do Movimento buscou desenvolver formas de organização que fossem capazes de proporcionar as condições necessárias para a permanência das famílias na ocupação. Nesse sentido, a atuação conjunta entre as oito coordenações setoriais, os vinte e seis núcleos familiares e a vasta rede de apoiadores certamente se constituiu como fator imprescindível para o desenvolvimento das inúmeras atividades realizadas na ocupação ao longo de todo o período em que permaneceram acampados no terreno da SC-401.



Figura 5 – Assembleia Geral SC-401

Fonte: *Diário Catarinense*. Foto: Cristiano Estrela.

Tentativa de permanência e o processo de desocupação do terreno

Durante os 120 dias de ocupação, foram várias as ações promovidas pelo Movimento na tentativa de permanecerem no terreno. Na busca pela conquista da terra, foram realizadas importantes atividades,

desde a promoção de audiência pública, a marcha na Avenida Beira-Mar Norte, manifestações públicas em prol de outras ocupações da região, até apoio as pautas e reivindicações étnico-raciais e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Participando das mais diversas manifestações populares que ocorriam na época, os “Amarildos” como ficaram conhecidos, foram aos poucos ganhando espaço e visibilidade na cena política da região.

No entanto, é a partir do dia 9 de abril de 2014, a seis dias do prazo estipulado para deixar o terreno da SC-401, que o Movimento começa a intensificar suas mobilizações na tentativa de reverter a determinação judicial de desocupação da área. Valendo-se de duas ações simultâneas, com bloqueios esporádicos nos dois sentidos da Rodovia SC-401, juntamente com manifestações promovidas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), seus militantes buscaram a partir da articulação com lideranças parlamentares locais, criar possibilidades para a abertura de diálogo direto com o governo do Estado.

De acordo com as fontes e materiais consultados, além dessas ações, sua coordenação também procurou valer-se de ferramentas jurídicas a fim de permanecer na terra ocupada. Com o intuito de criar condições favoráveis para a revogação do acordo judiciário firmado na audiência conciliatória de fevereiro, algumas de suas lideranças ingressaram com pedido de ação anulatória contra o processo de desocupação e também com uma representação junto ao Ministério Público Federal (MPF) sob a alegação de que a ordem de despejo não possuiria fundamento legal, pois estaria fundada num acordo em que uma das partes (a empresa Florianópolis Golf Club) não teria legitimidade jurídica para contestação de posse, uma vez que as terras haviam sido declaradas pela SPU como pertencentes à União.

Sem uma resposta por parte das instituições sobre o pedido de anulação do processo e sem conseguir estabelecer um diálogo com o governo do Estado, restando apenas três dias para o vencimento do

prazo de desocupação, a coordenação junto das famílias acampadas, na tentativa de se fazer cumprir o acordo e ao mesmo tempo permanecerem próximos da área já ocupada, buscam como alternativa uma mudança arriscada para o terreno vizinho, de posse do Sindicato dos Bancários. No entanto, a ação de transferência das famílias, iniciada durante a madrugada do dia 12 de abril acabou sendo interceptada pela Polícia Militar, a pedido do então responsável pelo conflito, o juiz agrário Rafael Sandi, sob a alegação de que o Movimento estaria descumprindo o acordo judicial estabelecido em fevereiro.

Como forma de repreensão é deflagrada pelo comando da PM a “Operação Capital”²³. Tal ação, realizada com o uso de forte aparato de repressão policial, contou com a presença da Polícia Militar Rodoviária (bloqueando as duas vias da rodovia SC-401), tropa de choque, Cavalaria, BOPE, helicópteros da PM e Polícia Civil. De proporções descabidas, a operação militar acabou promovendo grandes momentos de tensão entre policiais e as mais de 700 famílias do Movimento. Munidos de enorme poderio bélico e proferindo ameaças de voz prisão, o comando da PM determinou pelo imediato retorno dos acampados ao terreno originalmente ocupado.

Tendo em vista o esgotamento do prazo de despejo e sem ter uma decisão sobre o destino das famílias, às vésperas do dia da desocupação, lideranças do Movimento se reúnem com representantes parlamentares na ALESC a fim de chegarem a um possível acordo sobre a disponibilização de uma nova área para as centenas de acampados da SC-401. Depois de horas de discussão com representantes do INCRA, DPU e MPF, chega-se a uma possibilidade de negociação através da proposta trazida por um dos participantes da reunião, o Padre Luiz Prim.

Representando uma entidade filantrópica da região, Prim apresenta como solução provisória a transferência das famílias para uma área

²³ Disponível em: <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/numero-de-policiais-chamou-atencao-na-operacao-realizada-na-sc-401-4473457.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

localizada a 45 km do centro de Florianópolis, no município de Palhoça. Tendo comum acordo entre todas as partes presentes na reunião, inclusive das instituições públicas envolvidas diretamente no conflito, a deliberação é protocolada poucas horas antes do início da ação de despejo e encaminhada como decisão aos órgãos competentes.

Entretanto, nos momentos iniciais do dia 15 de abril, data fixada para desocupação do terreno, MPF, DPU e INCRA ao reavaliarem as questões sobre a nova área, verificaram que a mesma estava sendo reclamada tanto pela FUNAI quanto pela comunidade Guarani da região do Morro dos Cavalos como área de demarcação indígena. Em face de tal agravante, resolvem voltar atrás na decisão, emitindo uma nota ao Governador do Estado (Anexo D), colocando-se agora como contrários a determinação acordada momentos antes, sugerindo inclusive a transferência do Movimento para o município de Canoinhas, conforme uma das primeiras sugestões do INCRA. Diante do novo impasse, sofrendo forte pressão tanto dos coordenadores da ocupação quanto do governo do Estado, as instituições públicas encarregadas decidem novamente, ao calor do momento da ação de despejo, pelo cumprimento da determinação acordada no dia anterior, mantendo assim a decisão da transferência para o município de Palhoça.

Saída em massa das famílias e a desarticulação da base social do Movimento

É certo aqui afirmar que o processo de desocupação da SC-401 constitui-se como um divisor de águas no tocante a trajetória do Movimento Amarelado. As consequências decorrentes do processo de despejo foram sentidas logo nos momentos iniciais da transferência das famílias, quando já era possível notar uma drástica redução do número de participantes, perdendo de uma só vez mais de 600 famílias (o equivalente a quase 90% do total de sua base social) somente no processo de transferência para a área destinada em Palhoça. Para alguns dos coordenadores, essa baixa no número das famílias se deu, entre outros

motivos, em decorrência da distância em relação à capital, aliada a uma condição de extrema precariedade imposta às famílias logo nos primeiros momentos da chegada em Maciambu/Palhoça.

Quando a gente chegou lá havia cerca de 70 famílias, no máximo. Ela abaixou para 50 em pouco mais de duas semanas. [...] A parte do Maciambu foi o momento mais difícil e quem passou por esse momento lembra muito bem dele. [...] Era uma situação difícil para as crianças, para os idosos. Então tu tinhas a dificuldade de fazer com que a pessoa ficasse no local pelo menos com um mínimo de condições. Tu tinhas dificuldades de alimentação, na questão da higiene. Tu tinhas dificuldades em diversos aspectos (Depoimento do Entrevistado 2).

E ainda:

A organização, bem complicada pela precariedade, pelo espaço físico destinado e a localização também. Ao mesmo tempo era uma área delicada, uma área de preservação, uma área indígena (Depoimento do Entrevistado 3).

Além dos fatores ligados diretamente à condição precária do local, outras questões foram apontadas pela coordenação como agravantes que contribuíram para a saída em massa das famílias. Dentre os principais problemas identificados, a distância do emprego (grande parte dos trabalhadores exerciam algum tipo de atividade remunerada em Florianópolis), mobilidade, acesso aos equipamentos urbanos, ou seja, fatores diretamente ligados à questão da segregação socioespacial, assim como dos problemas decorrentes da falta de uma alimentação básica e de infraestrutura minimamente adequada, se constituíram como causas importantes para a desistência das famílias.

Outro fator identificado como sendo o de maior relevância quando se leva em consideração o processo radical de desarticulação da base social, diz respeito especificamente ao reconhecimento por parte da coordenação, da demanda urgente das famílias por moradia, em especial dentro do município de Florianópolis. De acordo com o relato de

um dos coordenadores, a proposta do projeto de Reforma Agrária Popular instituída pelas lideranças acabou não sendo devidamente incorporada como objeto maior de reivindicação e luta por parte da maioria dos participantes, se constituindo como um dos fatores determinantes do processo de desarticulação da base social e da consequente saída em massa das famílias.

A gente previa isso, essa queda considerável. Em função do local de trabalho, de todas as relações, desde comerciais como familiares [...] então ficaria muito difícil. Além desses componentes havia outra questão que a gente observou nitidamente com essa mudança que era a de que, apesar da nossa bandeira de Terra, Trabalho e Teto, da gente pensar na construção de um assentamento, muitas pessoas só estavam ali pela questão do teto. [...] Enfim, nós tivemos muitas famílias que tinham a pretensão de conquistarem o teto e que por conta dessas outras dificuldades acabaram desistindo (Depoimento do Entrevistado 4).

De fato, a saída em massa das famílias acaba gerando graves prejuízos a condição de continuidade da luta. Pelo fato de perderem de uma só vez quase toda a base social formada ao longo do processo de ocupação na SC-401, a coordenação passa a enfrentar sérias dificuldades com relação à organização e manutenção de sua base social. Tal agravante impõe novos rumos e desafios as suas lideranças, principalmente no tocante a capacidade de reestruturação enquanto Movimento. Se apresentando, antes de tudo, como um fator sintomático no que se refere as escolhas realizadas pela coordenação, a desmobilização das famílias acaba impondo uma condição de incerteza quanto ao futuro, implicando numa necessidade ainda maior de reorganização e estruturação do que lhe restou da base social a partir de seu novo destino, ou seja, agora fora dos limites do município de Florianópolis.

Com idas e vindas, acordos e desacordos, momentos de tensão e de repressão policial, de omissão das instituições públicas, bem como da drástica desmobilização da base social, chega-se a um desfecho

do processo de ocupação da SC-401. Ao decidir pela saída pacífica, concordando com a transferência para outra área, ocorre o agravante de antes mesmo da sua chegada, já existir a perspectiva de se estar entrando em uma área que carrega um severo histórico de conflito pela disputa da terra.

Chegada à Terra Indígena do Morro dos Cavalos e a tentativa de ocupação no bairro do Rio Vermelho

O novo local destinado às famílias da ocupação encontra-se a cerca de 50 km de distância do centro de Florianópolis. Reconhecida desde o ano de 2002 como área de demarcação Indígena, a comunidade Guarani (composta por 34 famílias – 190 pessoas) reivindica há anos a homologação das terras na região. Objeto de intensa disputa, o território vem sendo palco de inúmeros conflitos²⁴ protagonizados por interesses políticos e econômicos atrelados às elites locais, as quais tentam a todo custo se apossar de maneira ilegal da área, a base de ameaças de morte²⁵ e do uso extremado de violência contra os índios Guarani.

Possuindo cerca de 7 hectares, o terreno encontrava-se na época como propriedade de uma empresária estrangeira²⁶. Cedida de forma

²⁴ Em 30/10/2015, o jornal Notícias do Dia publica artigo sobre conflito informando que “cerca de 30 pessoas em 10 carros, um caminhão e uma moto invadiram a reserva indígena do Morro dos Cavalos, em Palhoça. Segundo os índios, o grupo chegou atirando para o alto e soltando fogos de artifício. Houve princípio de conflito.”

^Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/grupo-de-30-pessoas-invade-reserva-indigena-do-morro-dos-cavalos-em-palhoça>>. Acesso em: 20/11/2015.

²⁵ Conforme matéria publicada pela Comissão Pastoral da Terra, no dia 19/10/2015 a cacica da comunidade Guarani da Terra Indígena (TI) Morro dos Cavalos, teria sofrido o sexto atentado seguido no ano de 2015, com desconhecido disparando contra a escola e as casas que ficam no seu entorno. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/2930-desconhecido-inva-de-ti-morro-dos-cavalos-dispara-em-escola-e-casas-e-ameaca-de-morte-a-cacica-eu-nice-antunes>>. Acesso em: 20/11/2015.

²⁶ Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/04/advogado-da-propriedaria-de-terreno-em-que-esta-a-ocupacao-amarildo-pede-a-reintegracao-de-posse-4482105.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

temporária para uso do Instituto Kairós, entidade filantrópica representada pela figura do Padre Luiz Prim, a área estava sem exercer função social desde o ano de 2013. Como procurador da proprietária do terreno e responsável pela administração da área, Prim autoriza a transferência das famílias da ocupação em caráter provisório. Em acordo com o MPF, estabelece alguns pontos que deveriam ser respeitados pelos ocupantes e instituições públicas responsáveis, dentre eles, o cumprimento do tempo de permanência de seis meses na área.

Diante do novo contexto repleto de indefinições e instabilidades, o Movimento agora autodenominado “Comuna Amarildo de Souza²⁷”, chega ao Morro dos Cavalos trazendo consigo enormes desafios em relação às possibilidades de permanência no local. Transferida para uma área considerada como um barril de pólvora devido a intensidade dos conflitos já existentes, a coordenação, logo nos primeiros momentos de sua chegada, tenta estabelecer um diálogo junto às lideranças indígenas com a intenção de firmarem um acordo de convivência e cooperação mútua.

Por se tratar exclusivamente de uma terra em processo de demarcação e, cientes de que poderia haver tanto por parte da comunidade Guarani quanto da própria FUNAI uma resistência quanto à permanência das famílias no local, coordenadores do Movimento decidem buscar, além de um diálogo com os Guaranis, outra via para a resolução do impasse através de uma nova tentativa de ocupação dentro do município de Florianópolis.

A ação direta promovida na madrugada de 20 de abril, quatro dias após a transferência para a TI do Morro dos Cavalos, se dá num momento crítico e completamente desfavorável ao Movimento. Sem conseguir estabelecer um diálogo promissor com as lideranças indígenas do Morro dos Cavalos em relação a possibilidade de permanência na área, perden-

²⁷ Segundo integrantes do Movimento, o termo “Comuna” refere-se antes a forma comunal da posse e uso da terra. Trata-se do estabelecimento de uma proposta que defende a concessão real do uso da área em nome de um coletivo, e não de maneira individual, a partir da titulação de propriedade da terra com seu loteamento às famílias.

do a cada instante e de modo significativo grande parte de sua base social, a coordenação, na tentativa de achar uma solução para continuarem próximos a área anteriormente ocupada na SC-401, decide por realizar uma ocupação no bairro do Rio Vermelho como forma de assegurar um espaço que servisse como um acampamento de caráter provisório, tendo em vista a determinação estratégica de manterem-se atuantes na capital catarinense e, ao mesmo tempo, sustentando a perspectiva de continuação da luta pela conquista da terra dentro dos limites da ilha.

Localizado às margens da Rodovia João Galberto Soares (SC-406), região norte do município de Florianópolis, o terreno ocupado na época, de aproximadamente 10 hectares, era mais um de propriedade da União. Tratando-se de outra área administrada pelo Padre Luiz Prim, através do Instituto Lar Recanto da Esperança (centro de tratamento para dependentes químicos), o espaço se encontrava subutilizado. Segundo uma das lideranças:

É uma área que foi desapropriada por pertencer a um traficante, e que foi destinada a uma instituição benéfica que simplesmente utiliza a área para o plantio de eucalipto. Fica ao lado de um Resort que também tem um histórico de ter sido um território usurpado da população pela especulação imobiliária, por empreendimentos turísticos, que é uma destinação que tem tido quase todas as áreas que eram públicas em Florianópolis. [...] chamou a atenção sobre mais uma área mal versada, mal utilizada, com problemas de destinação e pertencente ao Governo Federal, como outras tantas que a gente denunciou e vai continuar denunciando (Depoimento do Entrevistado 3).

Composta por cerca de 60 pessoas, dentre as quais algumas famílias remanescentes, parlamentares, militantes da causa e integrantes do grupo de apoio, a ocupação do terreno no bairro do Rio Vermelho tão logo é anunciada se transforma em objeto de forte repulsa e contestação, deflagrando-se instantaneamente um conflito sem precedentes no bairro. Protagonizado por parte de um grupo de moradores locais

sob a justificativa de estarem evitando o surgimento de novas favelas, aproximadamente 30 moradores dão início a um protesto em frente ao terreno ocupado, exigindo a imediata saída dos ocupantes.

O conflito entre parte da população local e integrantes do Movimento intensifica-se no início da noite do dia 20 de abril (domingo de páscoa), quando alguns dos moradores, numa tentativa de intimidação pelo uso da violência, iniciam uma investida contra o terreno na busca de atingir os ocupantes²⁸. Mesmo com a presença da PM, a ação hostil proferida por parte dos moradores acabou não sendo devidamente reprimida, fato que acabou colaborando sobremaneira para a promoção do conflito desencadeado posteriormente.

Logo nos primeiros momentos do dia seguinte, 21 de abril (feriado Tiradentes), há uma tentativa de mediação como forma de evitar um possível confronto entre os moradores locais e os militantes acampados. Liderada por advogados populares e parlamentares, a busca para uma resolução pacífica do conflito acaba encontrando grandes dificuldades em lograr êxito, em partes, pela presença de empresários locais, tal qual Fernando Marcondes de Matos²⁹, que, valendo-se da influência política e econômica que exerce na região, buscou canalizar a sua insatisfação insuflando ainda mais a população, ao exigir pessoalmente a imediata expulsão dos ocupantes do terreno situado ao lado de seu empreendimento.

²⁸ Disponível: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2014/04/pedra-atinge-testa-de-membro-de-ocupacao-amarildo-no-rio-vermelho-eflorianopolis-4479962.html>>. Acesso em: 20/04/2014.

²⁹ O empresário e político Fernando Marcondes de Matos é proprietário do Resort Costão do Santinho e também do Costão Golf Club, este último localizado ao lado do terreno ocupado no Rio Vermelho. Foi Preso em 2008 na operação Driade da Polícia Federal, como suspeito de participar de um esquema ilegal para a concessão de licenças irregulares e a promoção de problemas ambientais. Marcondes já havia sido detido pela PF durante a Operação Moeda Verde, em março de 2007, quando foi descoberto um esquema de concessão ilegal de licenças ambientais envolvendo funcionários da prefeitura e vereadores de Florianópolis, empresários e funcionários públicos estaduais. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/09/17/ul5772u826.jhtm>>. Acesso em 12/05/2016

Mesmo com a coordenação do Movimento buscando criar canais de diálogo com a população por meio de carta e de conversa com representantes da associação de moradores do bairro, o conflito desencadeado acabou tomando proporções críticas, atingindo seu clímax através de eclosão de um enfrentamento direto³⁰. Um grupo de moradores dá início ao confronto, invadindo o terreno em direção aos integrantes da ocupação que, posicionados dentro da área garantiram a autoproteção do grupo, fazendo com que os moradores recuassem.

Sobre essa questão, conforme os relatos de alguns dos coordenadores que participaram diretamente do planejamento e organização da ação, a tentativa de ocupação no Rio Vermelho não obteve o êxito esperado devido a uma série de falhas e equívocos cometidos, principalmente no que concerne a análise sobre as particularidades do bairro e das forças políticas presentes na região. O fato de terem sido fortemente hostilizados pelos próprios moradores (com forte domínio de trabalhadores de baixa renda), certamente foi uma das questões que mais chamaram a atenção sobre a falta de se ter “uma noção real” da conjuntura local. Conforme aponta um de seus coordenadores:

Talvez tenha sido aí o maior equívoco de todo o grupo que estava fazendo esse processo. A gente não levou em consideração a possibilidade de que talvez a população não aceitasse. Foi trágico porque mostrou um lado pra gente que devemos nos preocupar muito. [...] Independente se foi porque as pessoas não tinham a noção do que é esta luta, ou se foi porque foi pago 200 reais como disseram pra gente. Não interessa. O que interessa é que a gente não tinha noção real do que estava acontecendo ali naquele momento. E a gente aprendeu isso. [...] Esse tipo de coisa acho que é da própria dinâmica do processo de construção de uma ocupação (Depoimento do Entrevistado 2).

³⁰ Disponível em <<http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/04/moradores-do-rio-vermelho-e-integrantes-da-ocupacao-amarildo-entram-em-confronto-4480374.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

Em virtude do caos instaurado e sem condições de continuarem no terreno, visto que não havia mais nenhuma possibilidade de tentativa de diálogo com a população, lideranças do Movimento acuadas e sem alternativa acabam decidindo pela desocupação da área. Junto à PM, firmam o acordo da imediata retirada e escolta de seus militantes até Maciambu, na Palhoça³¹.



Figura 6 – Conflito no bairro do Rio Vermelho – abril/2014
Fonte: *Diário Catarinense*. Foto: Charles Guerra.

De maneira truculenta, os acampados são removidos, tendo a polícia que se utilizar de bombas de efeito moral e balas de borracha como forma de conter o fervor da população³². Logo após a desocupação do terreno, a bandeira da ocupação é queimada, simbolizando

³¹ Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/cidades/noticia/2014/04/integrantes-da-ocupacao-amarildo-aceitam-sair-do-terreno-do-norte-da-ilha-4480402.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

³² Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/04/confronto-violento-entre-invasores-e-moradores-do-norte-da-ilha-foi-monitorado-pe-lo-governo-4480965.html>>. Acesso em: 18/04/2015.

um tipo de comemoração lúgubre, onde os gritos confusos e contraditórios celebravam a conquista da expulsão dos “invasores”.

Com o retorno para Maciambu/Palhoça e sem uma definição quanto às negociações com o INCRA sobre a disponibilidade de uma nova área, dependendo por sua vez da aprovação da comunidade Guarani para continuarem no território, a coordenação do Movimento retorna o diálogo com as lideranças indígenas, reiterando o seu apoio em favor da homologação das terras, juntamente com a possibilidade de permanecerem acampados de forma temporária na TI do Morro dos Cavalos. Mesmo a contragosto da própria FUNAI, conseguem estabelecer um acordo com a comunidade indígena, prontificando-se a deixarem a área num prazo máximo de dois meses. Com o pacto de convivência firmado, criam-se as condições necessárias tanto para a permanência das famílias no local, quanto para a cooperação e ajuda mútua no sentido da luta pela demarcação das terras em prol dos Guarani. Dessa forma, conseguem adquirir mais tempo para pressionar o INCRA em relação à disponibilização de uma nova área para o grupo de remanescentes da SC-401.

De fato, o período de permanência na Maciambu Pequeno representou, não somente para os seus coordenadores, mas também a todos os envolvidos no processo, como uma das fases mais críticas enfrentada pelo Movimento ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, de acordo com os relatos de suas principais lideranças, esse período ficou marcado pelos impactos negativos oriundos do processo de institucionalização via INCRA, os quais acabaram por acarretar em graves prejuízos não só em relação a sua organização e autonomia, mas principalmente pela não viabilização das condições mínimas necessárias à manutenção e permanência das famílias no local. Tal fato foi compreendido de maneira geral por suas lideranças como uma tentativa de desarticulação e estrangulamento do Movimento, conforme apontando no relato de um dos atuais coordenadores:

A transferência para Maciambu foi traumática. Tivemos perdas gigantescas de famílias ali. [...] Quando chegou o momento de desocupar aquela área [SC-401] e fazer a transferência para Maciambu Pequeno, a gente viu o quanto a

institucionalização burguesa consegue impactar verdadeiramente dentro dos movimentos sociais quando a gente faz o processo de institucionalização. Fomos transferidos para uma área que na realidade foi construída exatamente para a gente ser atacado e ao mesmo tempo perder famílias. [...] Foi um processo em que eles [instituições governamentais] conseguiram causar um dano importante ao Movimento. Por que a partir de Maciambu Pequeno nós estávamos sobrevivendo. A gente perdia muitas famílias e foi sobrevivendo, literalmente (Depoimento do Entrevistado 2).

Com o prazo acordado com a comunidade guarani chegando ao fim, numa tentativa de pressionar o INCRA para que houvesse a disponibilidade de uma nova área para assentamento das famílias, a coordenação organiza no dia 11 de junho um acampamento na superintendência³³ do Instituto em São José. Como outro fator de pressão, na semana seguinte, o juiz federal da 6ª Vara de Florianópolis, em audiência realizada em 16 de junho determina o prazo de 15 dias para a desocupação da terra indígena. Pressionado pelo Movimento como também por determinação judicial, o INCRA propõe nova área, onde por meio da aprovação da coordenação é realizada a transferência no dia 3 de julho de 2014 para um terreno localizado no município de Águas Mornas, na região Metropolitana de Florianópolis. Dessa forma, conseguem assegurar o cumprimento do acordo com as lideranças indígenas, adquirindo, por outro lado, uma oportunidade da conquista efetiva da terra a partir da possibilidade futura de assentamento das famílias remanescentes na nova área.

³³ A ocupação na superintendência do INCRA, que contou com a participação de 40 militantes, teve como objetivo pressionar a Instituição a fim de conseguirem uma nova área para as famílias remanescentes do Movimento. Segundo suas lideranças, tal ação foi decisiva para que o INCRA disponibiliza-se uma nova terra na grande Florianópolis com possibilidades reais de assentamento. Segundo relato de um dos coordenadores: “Durante o Maciambu temos uma ocupação do INCRA. Isso foi determinante para nós estarmos hoje aqui em Águas Mornas. Essa pressão se dá num momento em que o processo emperra, em que o esclarecimento sobre a área da SC401 anda a passos lentos e as determinações que foram tiradas em audiência pública, da qual participaram todos os atores, sejam os entes federados, as instituições públicas, as organizações e o próprio acampamento, não foram obedecidas. Então para pressionar, sem outra alternativa, ocupamos a sede do Inbra.” (Depoimento do Entrevistado 3).

Transferência para o município de Águas Mornas e o processo de assentamento em área rural

Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da ocupação Amarildo para o município. População deve fazer manifestação contra a chegada dos novos moradores.

Hora SC – 04/07/2014

A transferência de Maciambu/Palhoça para o município de Águas Mornas não ocorre de forma diferente de todo o processo conflituoso verificado em sua curta, porém, intensa trajetória. Organizada pelo próprio prefeito do município, Pedro Garcia (PMDB), o protesto que contou com cerca de 80 pessoas teve por objetivo a contestação sobre a decisão do INCRA de transferir as famílias do Movimento para Águas Mornas.

Por meio de uma nota de repúdio, a prefeitura criticou a postura da instituição sob a justificativa de que a cidade, tendo um nome a zelar, mereceria mais respeito por parte do INCRA, informando que entraria com as medidas judiciais cabíveis para reverter a situação. Intermediada por uma delegada do município, a discussão teve como encaminhamento a condição do estabelecimento de um acordo de convivência entre ambas as partes. Superados os primeiros momentos causados, principalmente, por uma rejeição de caráter explicitamente preconceituoso por parte da prefeitura e moradores locais, as famílias remanescentes do Movimento entram na nova área com a perspectiva de conseguirem, enfim, um local com possibilidades concretas para a realização de um assentamento.

Escolha do terreno e o primeiro ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas

Localizado na região do Rio Miguel, no bairro Teresópolis, a área de 138 hectares³⁴ destinada às famílias encontra-se circundada por pon-

³⁴ Segundo informações da coordenação do Movimento, da área total disponibilizada apenas uma parcela desta (cerca de 40 hectares) pode ser devidamente utilizada para

derosos rios e ampla vegetação nativa. Constituindo-se como um local rico em recursos hídricos e naturais, o território faz parte da microrregião do parque estadual da Serra do Tabuleiro, considerada como uma das maiores unidades de conservação do Estado de Santa Catarina. Pertencente a Região Metropolitana de Florianópolis, o município conta com uma população majoritariamente rural, o que contribui para reforçar a sua característica econômica como produtora de alimentos de origem hortifrutigranjeiro, destacando-se assim como um dos municípios responsáveis por garantir o abastecimento da região.

Com relação ao processo de definição da área, um dos coordenadores relata que na época da escolha do terreno junto ao INCRA, houve também alternativas de escolha de outras duas áreas, localizadas no município de Mirim Doce e Santa Teresinha (Vale do Itajaí e Norte do Estado, respectivamente). A decisão por Águas Mornas se deu entre outros motivos, pela questão de sua proximidade com a capital.

Vai iniciar um processo em que eles vão trazer três áreas possíveis. Só que uma delas nos chamou a atenção mais que as outras, porque ela era a 50 km de Florianópolis e a gente estava muito preocupado com isso. [...] A gente viu o potencial da questão da água que é brutal nessa área. O potencial na questão de produção, que era suficiente para poucas famílias aqui (Depoimento do Entrevistado 2).

De acordo com o relato de outra liderança, a área escolhida em Águas Mornas, pertencente ao Patrimônio da União e que foi destinada ao INCRA, possui as condições para que seja desenvolvido o projeto agroecológico. Diz ainda que por ter tradição e fazer parte do cinturão verde de alimentos da Grande Florianópolis, a área traz em si todo o potencial necessário para que se coloque em prática o objetivo de se produzir alimentos orgânicos, constituindo-se assim numa viabilidade concreta para execução do projeto de Reforma Agrária Popular.

Os primeiros meses de permanência na nova área se apresenta-

o plantio, sendo a maior parte caracterizada como área de preservação permanente.

ram, de fato, como uma prova de resistência para o pequeno grupo de famílias remanescentes. Enfrentando uma série de dificuldades, desde a falta de energia elétrica e de infraestrutura adequada para a construção de moradias, condições precárias de mobilidade, até questões relacionadas diretamente à captação de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas do acampamento, as menos de 20 famílias que se transferiram inicialmente para Águas Mornas foram aos poucos deixando o local, reduzindo ainda mais a base social do Movimento.

Mesmo diante de tais adversidades, as poucas famílias que permaneceram na Comuna continuaram resistindo, buscando ao seu modo criar as condições necessárias para a manutenção e sobrevivência do acampamento. Contando com o apoio vindo de estudantes e professores da UFSC e UDESC através do desenvolvimento de projetos de extensão, foram realizadas uma série de atividades envolvendo mutirões e oficinas temáticas a fim de proporcionar aos acampados uma troca de conhecimentos a partir de espaços de discussão e formação.

Mesmo diante das dificuldades impostas, o primeiro ano³⁵ da Comuna em Águas Mornas merece destaque pelo desenvolvimento de importantes e significativos trabalhos. A partir de certa dedicação e apoio, as ações coletivas tiveram como resultado a implantação de estufas, criação de galinheiro coletivo, construção de área comunitária para alimentação e reuniões, além de doações de mudas para plantação de vegetais e verduras orgânicas que, mesmo diante dos poucos recursos disponíveis, conseguiram não só garantir a alimentação mínima às famílias, como também produzir, naquele tempo, um pequeno excedente para comercialização em feiras comunitárias da região.

³⁵ Em comemoração ao aniversário de 1 ano, o Movimento promove no dia 3 de julho de 2015 o evento de confraternização “Colhendo os frutos da luta”. Reunindo amigos e apoiadores durante um final de semana, as atividades realizadas incluíram a divulgação do documentário da trajetória do Movimento e almoço coletivo com os produtos colhidos do próprio acampamento. Disponível em: <<https://medium.com/@midiamarum/comuna-amarildo-de-souza-9e2d691f6776#.tohqdts0p>>.. Acesso em: 05/07/2015. Documentário “Colhendo os frutos da luta!” You Tube vídeo, 47:06. Publicado por “Maurício Souza”, Julho 07, 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=dZJShEl2bt8>



Figura 7 – Festa de comemoração de 1 ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas – julho/2015. Fonte: Rafael Venuto.

Conflitos internos e a desestruturação da organização política do Movimento

Embora tenham resistido de forma notável às inúmeras adversidades enfrentadas durante o primeiro ano do denominado “Acampamento Amarildo de Souza³⁶”, o grupo de famílias remanescente além da própria situação de precariedade material e de recursos, passa também a enfrentar sérias dificuldades nas práticas e dinâmicas de suas relações internas. Fruto do grande desgaste sofrido pela militância ao longo de sua trajetória, intensificado ainda mais pelas condições precárias vivenciadas em Águas Mornas, o processo conflituoso é desencadeado

³⁶ A mudança para “Acampamento” foi justificada por seus coordenadores tendo em vista o questionamento do termo “Comuna” por parte das famílias remanescentes. Ao gerar conflitos sobre seu entendimento, optou-se por mudar a denominação com o intuito de trazer uma proposta mais próxima da fase atual do Movimento, assim como da perspectiva de seus atuais participantes.

por uma série de desentendimentos e divergências envolvendo suas lideranças e coordenadores, assim como também suas próprias famílias, fator que acaba acarretando em graves prejuízos a continuidade do modelo de organização adotado pelo Acampamento.

Os problemas começaram a ocorrer. Eles ficaram claros tanto pra frente de apoio, quanto pra militância de Florianópolis. Aí a gente começou a ter esses pequenos problemas que foram crescendo e se tornando grandes. E cada vez que aconteciam, se tornavam piores aqui dentro. Por que isso impacta diretamente numa visão obreirista dentro da área, onde quem sabe mais é quem carpina, quem sabe é quem tá na enxada. [...] Essa linha foi defendida aqui dentro. [...] O que aconteceu nessa área aqui, é que a gente veio e seguiu para um caminho que tinha essa característica obreirista. E aí, tudo que acontecia lá fora não era nada, porque quem fazia revolução era a gente. E isso é consequência do fechar. [...] E isso teve uma consequência drástica tanto nas frentes de apoio quanto nas relações internas. E hoje, nessa nova era do Amarildo a gente está tentando acabar exatamente com o obreirismo e sente muita dificuldade, porque as pessoas pegaram muito essa característica. [...] Pra mim, estava ficando cada vez mais claro que a gente estava seguindo para um modelo que, ou iria terminar aqui com três pessoas, ou iria acabar como quase acabou (Depoimento do Entrevistado 2).

Os posicionamentos divergentes diante dos princípios políticos e das práticas de organização interna começam a se intensificar, agravando-se ainda mais a partir de certas posturas e condutas adotadas por alguns de seus integrantes, trazendo como consequência direta uma acentuação dos conflitos de ordem pessoal, o que acabou comprometendo consideravelmente a própria convivência e coesão interna do grupo, tendo como desfecho no dia 8 de novembro de 2015, – em Assembleia extraordinária, por decisão da maioria lavrada em ata e com as devidas justificativas – a determinação pela expulsão de Rui Fernando da Silva Júnior e família.

Considerado uma das principais lideranças do Movimento, a sua saída produz um impacto significativo e ao mesmo tempo sintomático,

tanto para a forma de organização interna instituída anteriormente, como também nas relações externas estabelecidas com as redes de apoio do acampamento. Tal fato pode ser considerado como de extrema complexidade e importância, uma vez que carrega indícios explícitos de deterioração do modelo político adotado pelo núcleo duro desde seu surgimento, contribuindo para uma severa intensificação do processo de desestruturação de sua organização política. Como apontado no relato de um dos coordenadores atuais:

[...] quando chegamos aqui nós tínhamos 25. Das 25, perdemos 10 nas primeiras semanas, ficando com 15. E aí, internamente as coisas, exatamente por esta questão obreirista, começaram a ficar impraticáveis. [...] Até que a gente chega nesse processo de deterioração. No que a gente teve graves problemas internos dentro da Brigada Marighella, especificamente. [...] A Marighella estava passando por uma situação difícil por que ela já não estava mais existindo como organização (Depoimento do Entrevistado 2).

O processo decorrente da desestruturação da organização do acampamento traz como resultado imediato não só a perda da referência política, mas, sobretudo, a dissolução da Brigada Marighella enquanto núcleo político central do Movimento, assim como do próprio modelo de organização política apoiado numa concepção de vanguarda. Como consequência disso, o acampamento acaba perdendo notavelmente a capacidade de arregimentação e mobilização de novas famílias, inviabilizando, por outro lado, a possibilidade de manutenção da rede de apoio, fator que acabou comprometendo de maneira considerável a continuidade de seu projeto político, assim como do próprio acampamento.

Em relação à perspectiva política atual, a coordenação vem trabalhando no sentido de criar as condições necessárias a fim de promover uma reestruturação tanto das formas organizativas quanto de suas práticas e princípios políticos norteadores. De acordo com um dos coordenadores atuais, nessa nova fase do acampamento a coordenação tem se dedicado principalmente na realização de uma autoavaliação crítica,

a qual tem pautado a necessidade de superação daquilo que foi identificado como uma das principais falhas e equívocos cometidos, qual seja, o da concepção personalista e obreirista adotadas pelo formato organizativo anterior.

Salienta por fim que, com o retorno do PCB como organização de apoio, começa-se a retomar as articulações com a extinta rede de apoiadores na intenção de buscar dar sequência aos trabalhos interrompidos e, dessa maneira, dar continuidade a proposta de reestruturação das relações internas e externas do Movimento.

Situação atual do Acampamento

Passados quase dois anos da chegada das famílias em Águas Mornas, os problemas e dificuldades não somente permaneceram como visivelmente se acentuaram. Agravadas pela ocorrência dos conflitos internos e pela desestruturação da organização política, o pequeno grupo de famílias³⁷ continua vivendo ainda de maneira extremamente precarizada. Sem as condições adequadas de acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos, a permanência no local se torna cada vez mais difícil. Dispondo de poucos recursos para a própria sobrevivência, sofrendo com o descaso institucional e com sua rede de apoio desarticulada, a condição atual do Acampamento é, senão outra, a da luta e resistência diária pela sobrevivência das famílias no local.

A falta de acesso à energia elétrica³⁸ é ainda um dos grandes problemas enfrentados pelos acampados. Trazendo prejuízos de toda sorte, tanto para as funções domésticas como laboriosas, a sua ausência compromete sobremaneira as condições de existência das poucas fa-

³⁷ De acordo com informações dos coordenadores atuais, atualmente o Acampamento conta com cerca de oito famílias inscritas no cadastro do INCRA para fins de assentamento na área.

³⁸ Em 22/12/2016, dia da defesa do presente trabalho, recebemos com entusiasmo a informação sobre o início do processo de instalação da eletricidade no Acampamento, tendo a oportunidade de visualizar através de registro fotográfico, os primeiros postes com energia elétrica sendo levados em direção aos Amarildos.

mílias no acampamento. Negada pelo poder público local, assim como pelo próprio INCRA, por meio de imposições burocráticas, a busca pela obtenção de energia se apresenta hoje como uma das demandas prioritárias para a continuidade das famílias na área.

Outro fator preponderante diz respeito à organicidade atual do acampamento que, diante da nova configuração, trouxe mudanças significativas do modelo adotado à época da ocupação na SC-401. Tendo a necessidade de se adaptar a nova conjuntura pelo fato de não contarem mais com a sua antiga base social, atualmente sua organização encontra-se estruturada através da figura de coordenadores gerais, que juntos as demais famílias remanescentes deliberam de maneira coletiva sobre todas as demandas e tarefas gerais do acampamento.

Atualmente a coordenação e o grupo de famílias concentram seus esforços na elaboração de um projeto para o desenvolvimento das capacidades produtivas do acampamento, visando garantir, principalmente, as condições necessárias para promoverem a soberania alimentar das famílias e a autossuficiência do grupo como um todo. Contando com apoio de entidades filantrópicas já conseguiram viabilizar a construção de um galinheiro coletivo e hoje buscam financiamento para a construção de um apiário. Contudo, o principal objetivo continua sendo o da consolidação do assentamento, que passa pela elaboração de um estudo de viabilidade técnica (EVT) e posteriormente da construção de um Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Nas palavras de um dos coordenadores:

Estamos na construção do PDS e do EVT da área. A gente quer criar o primeiro PDS do Estado de Santa Catarina. Nossa ideia é criar o primeiro PDS com uma visão agroecológica. [...] Queremos trabalhar com uma ideia de que se tenha uma nova relação de trabalho. [...] criar áreas autônomas e autossuficientes, que possam trazer um exemplo para a população de que existe a possibilidade de você também estar, não desvinculado do modo de produção capitalista, mas rompendo com muitas das exigências dele no sentido desse processo quase análogo à escravidão (Depoimento do Entrevistado 2).

Em suma, a possibilidade de consolidação do acampamento agora depende da aprovação do EVT encaminhado ao INCRA no dia 10 de maio de 2016. O momento atual é de expectativa quanto a criação da portaria do assentamento³⁹, bem como da perspectiva de conseguirem subsídios e principalmente novas famílias para poderem, de fato, terem condições para dar desenvolvimento e sequência aos trabalhos do Acampamento. Apesar das grandes adversidades enfrentadas até aqui, as famílias remanescentes continuam resistindo à falta de condições materiais essenciais, aos poucos recursos de infraestrutura, aos barracões improvisados, a alimentação precária, a segregação socioespacial, ao descaso do poder público, enfim, a toda sorte de dificuldades que os acompanharam por toda a sua trajetória e que ainda persistem. Cientes de que não foi fácil chegarem até aqui, as poucas famílias acampadas continuam acreditando na possibilidade de uma vida melhor. A bandeira vermelha hasteada na entrada do Acampamento Amarildo traz para o momento atual a continuidade e perseverança da luta iniciada em 2013 por “Terra, Trabalho e Teto”. Acreditam que enquanto existir esse território de resistência, a reivindicação por Reforma Agrária Popular na Região da Grande Florianópolis encontrará guarida, pois na perspectiva daqueles que permanecem a utopia ainda resiste e a luta continua firme.

³⁹ De acordo com entrevista concedida pelos coordenadores atuais da Comuna Amarildo ao Portal Desacato em 26/10/2017, a conquista da terra foi efetivada a partir do processo de regularização do acampamento pelo INCRA por meio da criação de portaria no mês de outubro do ano de 2017, garantindo assim a consolidação do processo de assentamento das famílias remanescentes no município de Águas Mornas.

3

COMPOSIÇÃO SOCIAL, PROJETO POLÍTICO E REDE DE APOIO DO MOVIMENTO AMARILDO

O processo de apreensão dos principais elementos constituintes do formato de organização adotado pelo Movimento de Ocupação Amarelido se apresenta como questão fundamental para uma reflexão, a partir de uma análise relacional entre suas partes, daquilo que compreenderia tanto os objetivos como as forças sociais que se mobilizaram em favor da proposta do projeto político. Nesse sentido, considerar a importância da investigação sobre a origem e formação de sua composição social, bem como do conteúdo político-ideológico presente em seu projeto, constitui-se como fator necessário a fim de proporcionar uma maior condição de análise e reflexão acerca dos principais elementos constitutivos da práxis estabelecida pelo Movimento.

De acordo com a literatura, a forma de organização adotada por um movimento social pode ser entendida como a expressão mais visível de sua práxis. Nesse sentido, “o importante não é o fato de uma organização ser formal ou informal, mas saber como ela se estabelece, com se articula em relação às suas bases, qual sua direção, que sentido estabelece para o movimento” (Gohn, 1991, p. 40). No entanto, segundo a autora, para que se possa precisar tal condição, é necessário antes investigar sua natureza, o que implica por um lado, a decomposição de sua aparente unidade e, por outro, a reconstrução de seus principais elementos constitutivos.

Diante dessa perspectiva, o presente capítulo propõe-se a analisar a origem e a composição da base social, sua vinculação junto ao projeto de Reforma Agrária Popular, assim como das forças sociais que deram sustentação ao Movimento. Para tanto, lançamos mão do uso de três proposições¹ que, de acordo com Galvão (2011) nos permitem apresentar uma análise marxista dos movimentos sociais, a saber: a posição de classe dos participantes do Movimento; a sua condição pluriclassista ou (policlassista); e a centralidade da oposição capital/trabalho. Desse modo, a partir da articulação entre as três categorias analíticas e dos processos oriundos de sua práxis, procuraremos analisar o conjunto de elementos mais significativos que eventualmente possam contribuir para uma reflexão crítica acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios colocados ao Movimento Amarelido ao longo de sua trajetória.

¹ Segundo a autora, “[...] uma primeira proposição para uma definição marxista dos movimentos sociais: é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classes de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento). A segunda proposição, relacionada à primeira, é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas.” (Galvão, 2011, p. 113). “[...] a terceira proposição para uma análise marxista dos movimentos sociais: embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, ‘todo movimento social, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas’ (Béroud et al., 1998, p. 58), centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa (Vakaloulis, 2003). Trata-se, pois, de pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva, ‘as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais’ (Mouriaux; Béroud, 2005, p. 166) (Galvão, 2011, p. 118-119).

Composição social

De acordo com Lorena, para se apreender a origem e formação da base social de um Movimento se faz necessário uma análise sobre as características distintivas presentes na atual morfologia das classes trabalhadoras, “uma vez que esta sofreu grandes alterações em decorrência das metamorfoses do capitalismo contemporâneo com a adoção do neoliberalismo e da reestruturação produtiva” (Lorena, 2012, p. 137-138). Tais alterações provocadas pelas políticas neoliberais acarretaram numa maior precarização das condições de vida das classes trabalhadoras nas cidades, a partir do processo de intensificação da exploração e da expropriação dos trabalhadores rurais, que se somaram ao grande contingente do proletariado urbano presentes nas regiões economicamente mais desenvolvidas do país. De acordo com o autor:

O neoliberalismo, portanto, agregou, ao processo de intensificação crescente da exploração no campo que se dava com a consolidação e o desenvolvimento do agronegócio, o aumento das taxas de exploração e a degradação das condições de vida dos trabalhadores urbanos, num contexto de aumento da pobreza, da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, de diminuição dos benefícios sociais, etc. (Lorena, 2012, p. 92)

E ainda:

Dessa forma, compreender os nexos que explicam a conformação atual da classe trabalhadora em seus diversos aspectos, sob o marco do aumento da exploração do trabalho (e de sua precarização) e os efeitos dessas transformações sobre a condição social desses trabalhadores é tarefa indispensável para se entender a composição da base social do Movimento. (Lorena, 2012, p. 138)

Desse modo, para uma análise da conformação assumida pela base social do Movimento Amarelado é importante que se leve em consideração, – como aponta Lorena, referindo-se a base social do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto –, as transformações decorrentes

da imposição da agenda neoliberal no Brasil, e suas consequências diretas sobre a condição social dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras de origem rural e urbana, essas que atualmente ajudam a compor, dentre outros setores, o exército industrial de reserva² existente nas principais regiões metropolitanas do país. Essa população, apartada do trabalho formal nas cidades, subempregada, informalizada ou até mesmo desempregada, pode ser compreendida como a base social constituinte dos atuais movimentos sociais dos “sem” terra e teto.

Origem das famílias do Movimento

No que diz respeito especificamente a sua composição social, há de se levar em consideração, primeiramente, as particularidades próprias da conformação socioespacial da região metropolitana de Florianópolis. Isso significa considerar também a existência da singularidade dos processos referentes aos fluxos de migração, das condições precárias de trabalho e, obviamente, da situação atual de moradia dos segmentos mais pauperizados existentes a partir de tal conjuntura.

Como dito anteriormente, as questões referentes ao problema habitacional verificado na Grande Florianópolis nos abrem indagações a respeito dos principais fatores ligados diretamente a condição precária de moradia e segregação. Contabilizando cerca de 32 mil domicílios pertencentes ao déficit habitacional da região metropolitana (15 mil somente na capital catarinense), o que podemos presumir é justamente a presença de um número expressivo de famílias que apresentam em si as condições, ao menos empíricas, para serem compreendidas como parte da população presente nas recentes ocupações da região.

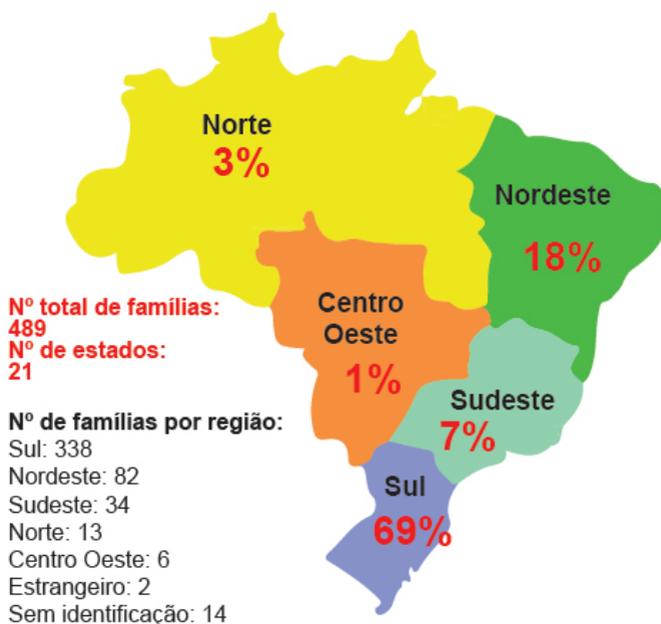
Sobre a natureza da composição assumida pela base social do

² “A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva” (Bottomore, 2012, p. 213).

Movimento Amarelido, os únicos dados obtidos pela pesquisa dizem respeito à procedência da origem das famílias participantes da ocupação. A partir da sistematização das informações contidas no cadastro oficial³ elaborado pela superintendência do INCRA, foi possível verificar, conforme apontam os números apresentados na Mapa 2 – famílias por região do Brasil, que 338 famílias (70%) do total de 489 cadastradas na época da ocupação da SC-401, teriam como procedência de origem a região Sul do Brasil. Desse total, 180 famílias seriam originárias do Estado de Santa Catarina, 92 do Paraná e 66 do Rio Grande do Sul. O nordeste ganha significativo destaque ao apresentar-se como a segunda maior região de origem, possuindo cerca de 82 famílias ou 18% do total, seguida pela região Sudeste com 34 famílias (7%), região Norte com 13 famílias (3%), ficando por último a região Centro Oeste com 6 famílias (1%). Inclui-se a esses números as 14 famílias de origem não identificada e 2 com naturalidade estrangeira (Uruguai e Argentina).

³ O cadastro do INCRA contou com um número total de 489 famílias. Foram retirados de uma lista de pré-cadastro (cerca de 725 cadastros familiares realizados na época da ocupação da SC-401) fornecida pela coordenação do Movimento à superintendência do Instituto. Entre outros fatores, o cadastro considerou a procedência do trabalho no campo, renda e condição de moradia atual das famílias. O cadastro sistematizado foi gentilmente cedido a este trabalho pelo grupo de pesquisa “*Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na grande Florianópolis*” da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), sob coordenação do Professor Francisco Canella.

Mapa 2 – Famílias por região do Brasil

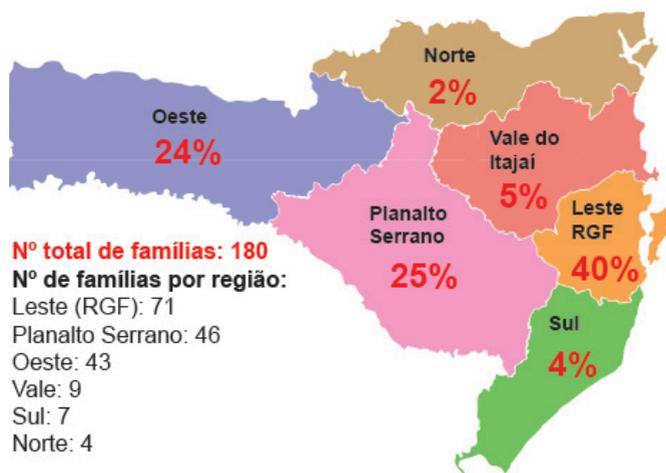


Fonte: Cadastro Inbra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi.

Sobre a procedência de origem das famílias catarinenses, essas que acabaram por se apresentar de forma majoritária no cadastro do INCRA, observou-se através dos números contidos no Mapa 3 – famílias por região de Santa Catarina, que das 180 famílias provenientes do Estado, 71 delas ou (40%) eram originárias da própria região da grande Florianópolis (60 famílias de Florianópolis e 10 de São José). Ou seja, chega-se a importante constatação de que uma considerável parcela das famílias catarinenses tinha como procedência de origem a própria capital do Estado.

Ainda completam os números as 46 famílias (25%) oriundas do Planalto Serrano, 43 famílias (24%) do Oeste, 9 famílias (5%) do Vale do Itajaí, 7 ou (4%) das famílias da região Sul, restando apenas 4 famílias (2%) com origem na região Norte do Estado.

Mapa 3 – Famílias por região de Santa Catarina



Fonte: Cadastro Inkra 2014. Elaboração: Verônica Orlandi.

A partir dos dados apresentados, o que podemos verificar é a ocorrência do forte predomínio das famílias oriundas do Sul do país, com grande destaque para o Estado de Santa Catarina, particularmente para a região Leste, compreendida pela grande Florianópolis, região de atuação do Movimento. Por outro lado, abre-se a possibilidade de verificação de outro fator relevante, que diz respeito ao fato de 50% das famílias catarinenses serem oriundas do Oeste e Planalto Serrano, regiões com forte predomínio das atividades agrícolas, mais especificamente da produção agropecuária⁴. Essa aparente confluência entre possíveis fatores de origem rural e urbana acaba suscitando

⁴ Fachinello e Santos Filho (2010) destacam algumas características econômicas regionais “[...]. A região Oeste é tida como a principal região agrícola, de forte predominância da pequena propriedade, sendo que nela se concentra praticamente 50% da produção agropecuária, com destaque para a produção animal e a lavoura temporária. [...] Por sua vez, a região Serrana, formada de médias e grandes propriedades agrícolas, teve a pecuária extensiva e o extrativismo madeireiro como base econômica, por muitos anos. Porém, nos últimos anos, o reflorestamento ganhou importante espaço, principalmente por fornecer matéria-prima para a indústria local de papel e celulose e

questionamentos acerca da singularidade tomada pela base social formada na época da ocupação na SC-401.

De sem-terra à condição de sem-teto

O processo de intensificação da exploração do trabalho no campo e a conseqüente degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais podem ser analisados também através dos processos migratórios no Brasil. Segundo Goldfarb, o que ajuda a explicar a saída dos trabalhadores do campo para a cidade, diz respeito a fatores que se relacionam diretamente à mecanização das atividades agrícolas (impulsionado pelo desenvolvimento do agronegócio), juntamente da oferta de empregos urbanos e a sua falta no meio rural, bem como do fechamento das fronteiras agrícolas através do impedimento do acesso à terra ao trabalhador do campo, seja por meios burocráticos, através do uso da força policial ou mesmo pelo aumento do preço da terra rural (Goldfarb, 2011).

A partir da constante expansão socioespacial das regiões metropolitanas brasileiras ocorridas nas últimas três décadas, o que se pôde observar foi a incidência do fluxo migratório direcionando-se de forma intensa para o entorno e não diretamente aos centros urbanos, tendo como consequência um processo de periferização do aumento demográfico metropolitano (Lima, 2004). Tal fator contribuiu de maneira significativa para que grande parcela das classes trabalhadoras migrantes residisse em áreas periféricas distantes dos núcleos mais urbanizados, com péssimas condições de moradia e sem o acesso aos equipamentos urbanos básicos, fato que acabou colaborando sobremaneira para o incremento do contingente de famílias constituintes do déficit habitacional nas regiões mais urbanizadas do país.

Diante de tal perspectiva, é possível notar a constituição de uma

móveis. Nesta região, também tem-se verificado a extensão agrícola através da produção de soja, alho e maçã” (Fachinello; Santos, 2010, P. 178-180).

massa marginalizada que compõe o cenário atual das grandes regiões metropolitanas. Essa população, que em grande parte pode ser identificada a partir de certas características distintivas, dadas principalmente por sua condição precária de trabalho e moradia nas cidades, aparece-nos como a população mais expressiva para ser compreendida atualmente como categoria de sem-teto.

Essa condição de precariedade nas cidades nos remete a pensar que a existência dessas famílias é uma condição fundamental no tocante a composição da base social dos atuais movimentos por moradia. Oriundas dos segmentos mais empobrecidos das classes trabalhadoras, esse contingente populacional que atualmente faz engrossar o déficit habitacional brasileiro adquire feições mais sólidas quando verificadas a procedência e os motivos da migração campo-cidade, as condições de trabalho e renda, de educação, localização e situação de moradia, acesso aos equipamentos urbanos etc.

Assim, para que sejam compreendidos enquanto sem-teto⁵ – uma vez levada em consideração as condições objetivas que já são capazes de determiná-los enquanto tal – cabe-nos considerar a observação realizada por Goulart, quando diz que somente passam efetivamente a essa condição a partir do momento em que assumem a identidade através da participação nos movimentos sociais de luta por moradia. Como nos mostra a autora:

Assim, os sem-teto podem ser provenientes de diversas situações de moradia e de trabalho. Podem vir da população

⁵ De acordo com Goulart “Os sem-teto, por sua vez, apenas existem enquanto realidade empírica e categoria analítica a partir do momento em que levamos em consideração tanto suas condições objetivas quanto a sua construção enquanto agente político” (Goulart apud Oliveira, 2011, p. 64). Segundo a autora “[...] Embora concordemos com o critério adotado, discordamos que os sem-teto existam como realidade empírica apenas quando organizados”. Ressalta ainda que “ao contrário, sua existência se dá como resultado das relações sociais em uma determinada formação social e existem antes mesmo de sua organização política” (Goulart, 2011, p. 64). Entende-se que essa perspectiva de análise também possa ser aplicável à condição de sem-terra, uma vez que, antes mesmo de assumirem-se enquanto tal, já existam a partir das condições objetivas que os estabelecem.

em situação de rua, de famílias conviventes, de moradores de habitações inadequadas, de famílias com ônus excessivo da renda com aluguel, etc., mas passam a ser sem-teto quando assumem-se enquanto tal e isso acontece no interior do movimento por moradia. Não ter casa não é, portanto, sinônimo de ser sem-teto (Goulart, 2011, p. 65).

O que se pretende considerar como hipótese nesse caso, é que grande parte dessa população marginalizada, oriunda do êxodo rural, estaria passando da condição de sem-terra para sem-teto. Ao saírem do campo em busca de melhores condições de vida (visto sua condição objetiva anterior enquanto sem-terra), deixam para trás a possibilidade de sua inclusão na luta por reforma agrária (contra o grande latifúndio e o agronegócio), passando a ampliar as áreas periféricas e os números do déficit habitacional das metrópoles.

Esse processo faz com que essa população migrante acabe se aproximando da luta pelo direito à cidade (equipamentos e serviços essenciais como saneamento básico, escolas, hospitais, transporte, etc.) e conseqüentemente por moradia (contra o capital imobiliário e o processo de segregação socioespacial), ou seja, da pauta estabelecida pelos movimentos sociais urbanos em defesa das políticas sociais de habitação popular. Não é por acaso que a nova proposta de Reforma Agrária do MST propõe, como veremos mais adiante, a massificação da luta pela terra através da inclusão e participação dos trabalhadores urbanos, muitos desses que, devido ao processo de migração campo-cidade, acabaram constituindo-se enquanto pretensa base social do MST nos perímetros urbanos. Ou seja, a luta por Reforma Agrária adquire novos contornos e desafios, impondo a necessidade do estabelecimento de novas formas de ação e organização da luta.

A criação do MST é, portanto, resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Porém, sua consolidação se dá num novo momento, quando o país reafirma sua opção por um

modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. Muda a base social que compõe o Movimento e sua forma de ação, com repercussões sobre sua identidade. O MST tem desenvolvido, cada vez mais, ações de formação e recrutamento também entre trabalhadores pobres residentes nas grandes cidades e se envolvido com lutas antissistêmicas em diversos níveis (Matos, 2006 apud Goldfarb, 2006, p. 129).

De fato, pode-se considerar que é a partir da conjuntura de crise e pobreza urbana que emergem segmentos cada vez mais numerosos que passam a viver de forma degradante nas grandes cidades, apresentando por sua vez demandas sociais urgentes. Assim, podemos verificar, por um lado, a importância para os movimentos sociais (do campo e da cidade) da possibilidade/necessidade de arregimentação das massas de migrantes marginalizados, além das populações já consolidadas nas periferias urbanas. Por outro lado, isso não significa dizer que a importância da pauta de luta por Reforma Agrária no país esteja agora subjugada à luta urbana. Certamente ela começa a adquirir novas características em relação às estratégias de conformação da sua base social, passando também a atuar nas periferias das regiões metropolitanas do país.

A ideia de “heterogeneização do sujeito da luta por Reforma Agrária”

Entre as novas configurações existentes na atual luta por Reforma Agrária no país, apresentam-se como expressivas as experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra. Considerada como uma nova forma de assentamento rural que, desde o ano de 2001, vem sendo realizada pelo MST da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), as Comunas destacam-se pela busca da constituição de uma base social heterogênea, composta principalmente por segmentos pauperizados das classes trabalhadoras de origem urbana e rural, com ênfase na participação de famílias com trajetória recente de vida nas regiões metropolitanas. Partindo do objetivo de atuação no contexto urbano, as Comunas procu-

ram, antes de tudo, promover o acirramento da disputa pelos espaços privilegiados com o capital imobiliário e industrial a partir da promoção de ocupações em terras urbanizadas (Goldfarb, 2011).

Sobre a questão da incorporação de novos sujeitos à luta por Reforma Agrária no país, Lima (2004) aponta para o fato de que devido ao forte incremento de tecnologia tanto no campo quanto na cidade, muitos dos trabalhadores assalariados que ainda conseguiam manter as condições mínimas para sua reprodução enquanto força de trabalho, passam a encontrar enormes dificuldades de manterem-se no emprego formal. Desse modo, a possibilidade de luta pela terra acaba surgindo como forma de aglutinar trabalhadores do meio rural e urbano em contraposição e como resistência direta as degradantes condições de vida das massas expropriadas e espoliadas. Como nos coloca a autora:

Provavelmente por esta razão, a luta pela terra, no presente, possui um perfil ímpar, capaz de, potencialmente, aglutinar trabalhadores rurais e urbanos. O desemprego, a carência de habitação e a necessidade de serviços urbanos, fazem com que o acesso à terra surja como uma alternativa para o suprimento das necessidades básicas de reprodução para um segmento da classe trabalhadora que resiste à lumpenização (Lima, 2004, p. 162).

No tocante a composição da base social das Comunas, verifica-se a preocupação de se propor uma inovação das estratégias de recrutamento visando uma “massificação” da luta por reforma agrária no país. Ao arregimentar segmentos dispersos de trabalhadores presentes nas periferias da região metropolitana de São Paulo, as Comunas abrem precedentes para se pensar num processo de “heterogeneização do sujeito da luta por reforma agrária” no país. De acordo com Goldfarb:

O que vem acontecendo é uma ampliação nessa estratégia por parte de setores do MST, ainda centrados no estado de São Paulo, que enxergam na aproximação dos grandes centros urbanos a possibilidade de “massificação”, isto é, de aumentar o número de pessoas envolvidas na luta por terra, o que não exclui a luta realizada nos latifúndios do in-

terior do estado. [...] Assim, o trabalho de base do MST que arregimenta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária. Além do posseiro expulso, o boia-fria, e, além deste, o desempregado urbano, filho de agricultores migrantes etc. (Goldfarb, 2011, p. 81).

De acordo com Goldfarb, pelo fato de buscar identificar outros sujeitos da Reforma Agrária, nota-se uma conformação cada vez mais heterogênea ao incluir segmentos compostos tanto por famílias de origem urbana quanto por aquelas que apresentam aspectos culturais oriundos da vida camponesa, mas que, por terem já adquirido certa vivência nas metrópoles acabaram também por incorporar práticas e valores provenientes do mundo urbano, abandonando muitas vezes a perspectiva de retorno ao meio rural (levando em consideração a falta de oportunidade de trabalho e de infraestrutura em muitos dos municípios rurais do Brasil). Nesse sentido, pode-se notar que o projeto de Reforma Agrária proposto pelas Comunas da Terra não se resume mais na figura do camponês sem-terra, apresentando por sua vez outros segmentos sociais como o “trabalhador proletário, rural ou urbano, os subproletarizados, os desempregados e todos os demais trabalhadores subempregados. Há muito que o sem-terra mobilizado na luta por reforma agrária não é mais o mesmo” (Goldfarb, 2011, p. 82-83).

De modo geral, a partir do conjunto de elementos que foram apresentados sobre a composição social do Movimento Amarildo, ganha lugar de destaque algumas das questões que, por possuírem uma relação mais direta com a proposta singular estabelecida por seu projeto político, acabam apresentando maior relevância acerca dos principais aspectos relacionados a conformação adotada por sua base social. Uma delas certamente diz respeito às similaridades que carrega junto das experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra.

Ao propor massificar a luta por Reforma Agrária na região, a partir

da tentativa de constituição de uma base social de cunho heterogêneo (com a proposta de união entre as bandeiras de luta do campo e cidade), bem como também da sua disposição em promover o acirramento da disputa pelos espaços privilegiados com o capital imobiliário através da ocupação da SC-401, o Movimento Amarildo acaba trazendo consideráveis semelhanças com a proposta do MST atuante na RMSF, principalmente, no que concerne a ideia da *heterogeneização do sujeito da luta por Reforma Agrária*.

No entanto, deve-se atentar para as singularidades específicas das regiões onde tais projetos ocorreram. Assim, impõe-se a necessidade de se levar em consideração as diferenças existentes entre a RMSF, onde ocorreram as experiências das Comunas da Terra (em cidades de pequeno e médio porte, localizadas próximas a áreas mais urbanizadas), e a conjuntura singular verificada a partir da grande Florianópolis⁶ (com destaque para a capital catarinense, onde o capital imobiliário e seus gestores exercem grande poder de influência devido, principalmente, a tentativa de afirmação enquanto “Capital Turística do Mercosul”⁷).

⁶ Ao estabelecer novas perspectivas de ação, o Movimento abre para a possibilidade de ampliação da luta por Reforma Agrária, com a inclusão de pautas emergenciais à massa de trabalhadores espoliados das periferias da grande Florianópolis. Entretanto, por outro lado, por se tratar de uma proposta sem precedentes na região, impõe-se ao Movimento uma série de novos desafios, principalmente quando se leva em consideração não mais o contexto rural de atuação (onde o poder de influência das elites se mostra mais diluído), e sim o urbano, onde novas forças, relações e contradições se colocam, visto que não é mais contra o latifundiário rural e o agronegócio que se está travando uma luta, e sim contra os grupos oligárquicos urbanos, esses que apresentam grande poder de influência política e econômica sobre a especulação da terra, mídia empresarial e instituições públicas. Em outras palavras, a luta desenvolvida num território urbano dotado de alto valor especulativo e financeiro sobre a terra exige que se reconheça, entre outras coisas, o contexto singular voltado para a concentração de poder das elites, o que inclui analisar o conflito de interesses políticos estabelecidos na região, assim como também dos grupos antagonísticos e o consequente acirramento da disputa que se dá em torno da terra urbanizada, principalmente em Florianópolis.

⁷ Conforme aponta Sugai, “Com o acordo de criação do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, em 1991, Florianópolis passou a ser divulgada pelo governo local como ‘A Capital Turística do Mercosul’, que deveria consagrá-la como polo turístico internacional e, ainda, como a sede de um novo polo de investimentos e de indústrias de alta tecnologia” (Sugai, 2015, p. 27).

De fato, todas as ponderações realizadas até aqui sobre os aspectos considerados mais relevantes com relação à composição social, contribuem para chegarmos a uma primeira consideração acerca da análise dos movimentos sociais a partir da proposição sobre a *posição de classe dos participantes do Movimento*. Dessa forma, podemos notar que a conformação singular tomada pela base social do Movimento Amarildo apontou para uma composição marcada pela presença majoritária dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras da grande Florianópolis. Procedentes das áreas periféricas mais empobrecidas da região, as famílias participantes da ocupação – muitas dessas migrantes de diversos Estados brasileiros (com forte predomínio da região Sul) – podem ser consideradas, a partir de sua condição objetiva atual, como parte expressiva da população apartada tanto da “cidade legal” quanto do trabalho formal. Ou seja, trata-se, no entanto, de precisá-los como a parcela de trabalhadores urbanos na condição de sem-teto, subempregados, informais ou desempregados, que atualmente encontram-se submetidos a um processo de lumpenização⁸ nas cidades.

Projeto político

Para uma maior verificação do conteúdo e objetivo da luta realizada pelo Movimento Amarildo, se faz necessário buscar uma conceitualização acerca das principais características constituintes de seu projeto político, dos tipos e perspectivas que lhes deram origem e forma, além da direção e orientação político-ideológico que assumiram. Nesse sentido, de acordo com Gohn (1991), os projetos podem ser verificados a partir de sua importância em determinar a práxis de um Movimento,

⁸ Referente à lumpemproletariado. “Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx refere-se ao *lumpemproletariado*, termo que traduz o alemão *lumpenproletariat*, como ‘o lixo de todas as classes’, ‘uma massa desintegrada’, que reunia ‘indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia (...) batedores de carteira, rufiões, mendigos’, etc., nos quais Luís Bonaparte apoiou-se em sua luta pelo poder” (Bottomore, 2012, p. 329).

estabelecendo por sua vez as metas, objetivos gerais, suas pautas de luta e reivindicação, encaminhamentos, etc. Ademais, a autora aponta em sua elaboração conceitual, alguns diferenciais do caráter político assumido pelos projetos:

Os projetos são um conjunto de propostas e diretrizes que explicam e organizam a práxis de um movimento social. Estes projetos não são necessariamente transformadores, pois existem vários movimentos sociais reacionários, defensores do *status quo*. Os projetos que contemplam ações transformadoras podem se desenvolver tanto sobre problemas imediatos como sobre problemas mais globalizantes. *O caráter transformador de um projeto é dado pela natureza em si da prática do grupo, que pode estar voltada para a solução de questões localizadas, mas contempla uma totalidade maior ao equacionar este problema no espectro da divisão social do trabalho e das injustiças sociais (direitos)*” (Gohn, 1991, p. 43, Grifos nossos).

Ao buscarmos verificar algumas das questões relacionadas as particularidades de um projeto, observa-se a importância de levarmos em consideração aspectos ligados aos objetivos de ordem estrutural, não restritos somente às necessidades e carências mais imediatas (entendidas como condição fundamental para a produção e reprodução da força de trabalho), mas apontando para uma resistência e luta contra a ordem social vigente, assim como das relações de exploração e dominação de classes verificadas a partir da oposição capital/trabalho e de suas consequências diretas no que concerne tanto a promoção das desigualdades econômicas, quanto às inúmeras mazelas sociais produzidas pelo capitalismo em sua fase neoliberal. Assim sendo, tal proposta de ordem transformadora ou revolucionária, atrelada as formas de organização e ação adotadas pelo Movimento, coloca-nos diante da abertura de questionamento sobre o papel tomado pelo projeto de classe, abrindo discussões sobre as suas potencialidades e limites, o que, por sua vez, acaba por nos remeter de forma direta as principais características de âmbito político-ideológico norteadoras do projeto político.

Nesse sentido, se faz necessário examinar a procedência de origem e as possíveis similaridades que carrega junto a outros projetos já adotados e em curso na atual luta por Reforma Agrária no Brasil. Essa articulação com outras experiências nos abre possibilidades para uma maior problematização acerca, não só da perspectiva política vinculada ao projeto, como também das condições que permitam estabelecer uma conexão mais ampla em relação aos interesses de classe defendidos pelo Movimento e, principalmente, da posição e perspectiva política adotada frente à disputa pela terra.

A experiência das Comunas da Terra

Conforme ressaltado anteriormente, a experiência protagonizada pelo MST do Estado de São Paulo ganha destaque nessa pesquisa por trazer, ao nosso entendimento, significativas similaridades com a proposta apresentada pelo Movimento Amarelado de Souza. De acordo com os estudos de Goldfarb, as Comunas da Terra encontram-se localizadas em torno dos grandes centros urbanos, mais precisamente nas regiões próximas ao município de São Paulo, como Ribeirão Preto, Campinas e São José dos Campos, cidades que apresentam considerável densidade populacional e possibilidades de aglutinação de famílias provenientes dos grandes centros urbanos.

De acordo com a autora, os assentamentos da Comuna surgem no clímax das discussões internas do MST quanto às novas possibilidades das formas de assentamentos, "o que inclui a discussão de uma série de características como a organização da produção, forma de parcelamento dos lotes, uso da agroecologia, nucleação das famílias, entre outras" (Goldfarb, 2011, p. 25).

Logo, a perspectiva do projeto das Comunas traria como um dos objetivos centrais "voltar a produção para a segurança alimentar das famílias e para o abastecimento das cidades vizinhas (sobretudo com a produção de alimentos de origem hortifrutigranjeiros)" (Goldfarb, 2011,

p. 30). É justamente a partir da disputa interna no MST entre as concepções de projetos mais adequados ao contexto da luta atual pela terra, que o Movimento propõe pensar sobre a “necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento para o campo que se contraponha ao agronegócio. Daí a necessidade de uma nova concepção de reforma agrária” (Goldfarb, 2011, p. 48).

Sobre o conjunto de ações propostas por essa nova concepção adotada pelo MST/SP, pode-se verificar, através do Projeto das Comunas da Terra, alguns dos seus principais objetivos, dentre eles:

- Serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado a terra;
- Serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e;
- Possuírem a Concessão Real do Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela (Goldfarb, 2011, p. 20).

Diante da apresentação de tais objetivos, o que se pode notar a partir da proposta das Comunas da Terra é o caráter inovador do projeto defendido pelo MST/SP, o qual busca trazer significativas alterações com relação, principalmente, ao seu público alvo, ou seja, da participação dos trabalhadores urbanos, assim como também da disputa por territórios mais urbanizados, localizados próximos aos grandes centros urbanos. De acordo com a autora, ao propor uma *massificação da reforma agrária*, o MST estabelece como um de seus principais objetivos estratégicos, a disputa tanto pelos meios de produção com o capital como também dos espaços privilegiados existentes na região metropolitana de seu contexto de atuação.

Nesse sentido, a criação das Comunas da Terra se constituiria num modo de disputar os meios de produção com o capital, uma vez que incorporaria tecnologia e garantiria uma certa autonomia na produção de insumos e fontes energéticas, pois “os meios de produção do campo tornaram-se elementos importantíssimos no atual modelo”. Contudo, poderíamos ainda acrescentar que no projeto das Comunas, essa disputa com o capital se dá também por meio de um outro aspecto, pois ao mesmo tempo em que disputa áreas próximas aos centros consumidores e às grandes rodovias, o MST está se propondo a disputar um espaço privilegiado com o capital, não apenas do ponto de vista agrícola, mas imobiliário e industrial (Goldfarb, 2011, p. 48-49).

Em termos gerais, o que o projeto das Comunas apresenta é uma proposta que tem como intuito confrontar os interesses do capital, principalmente no contexto urbano (representado pela capital imobiliário), buscando promover ao mesmo tempo uma alternativa as massas de trabalhadores urbanos (muitos desses com origem rural) que se encontram atualmente submetidos as mais degradantes condições de vida na RMS. Para Goldfarb, trata-se de uma proposta de Reforma Agrária que visa, em última instância, uma transformação para toda a sociedade brasileira, no sentido de buscar propor soluções para os problemas urbanos através, justamente, do desenvolvimento do campo ao mesmo tempo em que reafirma a importância e necessidade de abrangência da luta de classes em defesa da reforma agrária e urbana no Brasil.

VI Congresso Nacional do MST e a nova concepção de Reforma Agrária Popular

Outro fator de extrema importância, que colabora significativamente para análise da origem e conteúdo do projeto proposto pelo Movimento Amarelado, refere-se às proposições e deliberações decorrentes do VI Congresso Nacional do MST. Realizado entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014 em Brasília, o encontro que contou com a

presença de 15 mil militantes, incluindo a participação de integrantes da própria Ocupação Amarildo⁹, trouxe como objetivo maior a proposição de novas estratégias e táticas frente aos desafios colocados pela atual conjuntura de luta pela terra no Brasil.

A partir do lema “Reforma Agrária Popular”¹⁰, o MST verifica a necessidade da construção de propostas de ações que visem a uma superação do antigo projeto de Reforma Agrária. De acordo com o próprio Movimento, a luta atual pela terra mudou de natureza, não havendo mais espaço para uma reforma agrária do tipo clássica, subsidiada pela burguesia nacional e pelos interesses do capital. Tal perspectiva de ação impõe a articulação de novas estratégias no sentido de aglutinar forças sociais em defesa de um projeto popular de desenvolvimento para o país, conforme indicado na Cartilha do Programa Agrário do MST:

Como parte do processo do nosso VI Congresso, o MST construiu uma proposta de Programa de Reforma Agrária, que é Popular. Tal programa é construído a partir da análise da realidade agrária atual, dominada pelo projeto do capital: o agronegócio. E da impossibilidade de realização de uma Reforma Agrária do tipo clássica, sob hegemonia da burguesia, que apenas distribui a terra, para desenvolver as forças produtivas do campo e o mercado interno. [...] O MST afirma que nunca houve uma Reforma Agrária no Brasil, mesmo limitada, que pelo menos alterasse a concentração da propriedade da terra e democratizasse seu acesso. Por isso, o que projetamos e estamos construindo na concepção de Reforma Agrária Popular está para além do velho projeto de Reforma Agrária clássica, distributivista, dos limites do poder burguês (MST, 2013, p. 51-52).

⁹ Ocorrendo concomitantemente ao período da ocupação da SC-401, cerca de cinco integrantes do Movimento, a convite do próprio MST, participaram do encontro nacional realizado em Brasília, durante o mês de fevereiro de 2014.

¹⁰ De acordo com o MST o conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. “Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores” (MST, 2013, p. 33).

Outro ponto importante que ganha destaque no programa, diz respeito à inclusão dos diversos segmentos que compõem as classes trabalhadoras no país, chamando a atenção para a necessidade da construção de alianças entre todos os movimentos camponeses e classes trabalhadoras urbanas, juntamente com outras forças sociais interessadas em promoverem mudanças estruturais de caráter popular. No entanto, o MST observa que a implantação do projeto só será possível a partir da constituição de “uma aliança consolidada dos camponeses com todos os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem-terra não conseguirão a Reforma Agrária Popular”. Ou seja, somente com a construção de “um amplo leque de forças populares representadas pelo conjunto dos trabalhadores do campo e da cidade” (MST, 2013) que haverá possibilidades reais de viabilização do programa de Reforma Agrária de caráter popular no país.

No que diz respeito ao conteúdo proveniente da proposta para o VI Congresso, destaca-se, dentre alguns dos seus principais objetivos:

- Garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras o direito de ter acesso a terra para morar e/ou trabalhar
- Exigir a devolução de todas as terras públicas que foram griladas por fazendeiros e empresas, e destiná-las a reforma agrária.
- Todas as famílias beneficiadas da reforma agrária receberão apenas títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária.
- Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos.
- Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais.

- Estimular formas de sociabilidades, com moradias dignas, organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com as culturas regionais (MST, 2013).

Por sua vez, o que é possível notar como destaque do novo programa é a existência de uma preocupação no sentido de ampliar a garantia de direitos a classe trabalhadora como um todo, com a promoção do acesso a terra para “morar e/ou trabalhar”, o que nos leva a considerar a importância da proposta de inclusão dos trabalhadores urbanos na luta por reforma agrária. Além disso, o novo programa busca estabelecer diretrizes para um desenvolvimento econômico e social dos assentamentos do MST, visando a uma superação do atual modelo capitalista de produção, ao propor novas relações sociais de produção que, entre outras coisas, deem conta de superar a exploração, a concentração de terras e as inúmeras desigualdades sociais existentes no país.

Sobre a avaliação da coordenação do Movimento Amarelado acerca do caráter da nova proposta do MST, observa-se uma preocupação em identificar uma mudança de “foco”, a partir do entendimento de que o novo projeto do MST apresenta a possibilidade de ação também no contexto urbano. Segundo algumas de suas lideranças, essa perspectiva de Reforma Agrária Popular acaba abrindo precedentes para se pensar em novas formas de ação e luta, com a questão do território assumindo uma importância singular no que compreende a disputa pela terra. De acordo com um dos relatos:

[...] foi no 6º Congresso Nacional do MST que se definiu os novos rumos que tomariam o movimento [MST] com relação à Reforma Agrária e que se convencionou chamar de Reforma Agrária Popular. [...] Nós participamos desse congresso que já dava outro caráter para o projeto. Uma aproximação maior com organizações da cidade. [...] Ele sempre foi muito mais voltado às populações do campo, à população rural. Com essa perspectiva da Reforma Agrária Popular você muda o foco de abrangência da luta pela terra onde, ao nosso ver, até próximo às grandes cidades, o rural e o

periurbano. O que nos leva bem próximo também a luta pela moradia (Depoimento do Entrevistado 3).

Já com relação ao teor do projeto defendido, verifica-se não só uma identificação como também uma vinculação direta a nova proposta de Reforma Agrária do MST. Ao procurar incluir os trabalhadores urbanos presentes nas periferias da região da Grande Florianópolis na luta pelo acesso a terra e moradia, ao mesmo tempo em que promove a ocupação do terreno grilado da SC-401, o Movimento Amarelado acaba por apropriar-se, ao seu modo, do novo programa do MST, assumindo-o como projeto político.

Desse modo, é possível verificar, a partir das proposições estabelecidas pelo VI Congresso, a existência de uma conformidade entre ambos os projetos. O fato de partilhar das concepções gerais do projeto do MST acaba evidenciando, não somente a importância de se considerar a experiência de militância adquirida por algumas das principais lideranças junto aos quadros do MST/SC, mas principalmente da incorporação e influência de uma série de valores e práticas de luta advindas do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esse acúmulo de conhecimento propicia a algumas das lideranças do Movimento Amarelado a possibilidade de se apropriarem da concepção de Reforma Agrária Popular, o que acaba contribuindo sobremaneira para a elaboração e escolha das formas de ação mais adequadas a fim de colocá-lo em prática. Disso decorre o entendimento por parte de alguns de seus coordenadores, da necessidade de expansão da luta pela terra para além das áreas rurais, ou seja, incorporando também as regiões metropolitanas próximas ao litoral do Estado, aproximando-se por sua vez das experiências protagonizadas pelas Comunas da Terra do MST/SP.

De fato, a proposta geral apresentada pelo VI Congresso Nacional pode ser aqui considerada como um dos elementos essenciais para a apreensão tanto da origem como dos fundamentos e objetivos traçados pelo Movimento Amarelado. Embora possam existir divergências no

que se refere as escolhas sobre as melhores estratégias e táticas para se alcançar o objetivo de superação do modo de produção capitalista, assim como da orientação político-ideológica a ser adotada, o que se pode considerar é o fato de se tratar de um único projeto, o qual vem sendo trabalhado de maneira distinta por ambos os Movimentos, e que, apesar de diferenciados em sua composição e perspectiva política, acabam apresentando consideráveis semelhanças no que se refere a necessidade e urgência da retomada da luta por Reforma Agrária no país.

O lema “Terra, Trabalho e Teto”

O lema de um Movimento é algo que pode ser considerado como uma síntese geral de sua práxis. Por buscar reunir os fundamentos essenciais de suas reivindicações, acaba possuindo como finalidade principal simbolizar a proposta geral contida em seu projeto político. Nesse sentido, compreende-se como fator necessário de análise, tanto a origem do lema quanto a concepção que adquire perante a coordenação geral do Movimento Amarelo, assim como para as famílias participantes¹¹ que o sustentaram e as que ainda o sustentam.

Com relação a sua origem, foi possível verificar a partir dos estudos de Goldfarb, que o lema “Terra, Trabalho e Teto” não se apresenta como original, tendo sido utilizado em meados da década de 1990 pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) do Estado de São Paulo. De acordo com os levantamentos do referido estudo, é possível notar sua semelhança como a própria perspectiva de ação no contexto urbano a partir da articulação dos trabalhadores desempregados, propondo por sua vez também congregar as bandeiras de luta do campo e da cidade.

¹¹ Levando em consideração os limites traçados pelos objetivos da atual pesquisa, não pretendemos aqui apresentar a perspectiva das famílias que participaram ou que ainda participam do Acampamento Amarelo, nos restringindo tão somente aos relatos e depoimentos das lideranças e de alguns dos ativistas e militantes que compuseram a rede de apoio do Movimento.

Segundo um dos coordenadores do MDT, o lema nasce justamente a partir da “*reivindicação de trabalho, terra e teto*”, tendo como bandeira de luta um modelo de assentamento rururbano. Desse modo, segundo um de seus coordenadores, “resolvem a questão do teto, da produção da comida e de espaços para organizar grupos de produção, também urbanos.” (Goldfarb, 2011, p. 62). Observa-se assim o emprego do lema antes mesmo de seu uso na ocupação Amarildo. Trata-se, no entanto, de um projeto político que já vem sendo adotado por alguns Movimentos sociais do país.

Contudo, para as lideranças do Amarildo a determinação do lema tinha como finalidade sintetizar a proposta geral do projeto de Reforma Agrária Popular, como apontado no relato que se segue:

Obviamente as palavras não estão soltas. Não vieram por acaso. Em nossa compreensão, ela sintetiza a teoria de Reforma Agrária Popular que já existe dentro do Movimento Sem Terra, desde acho que 2008. [...] e nós vimos nessas palavras uma forma de sintetizar esse conceito maior que trata dessa coisa de organizar o povo da periferia, não limitar a luta só na questão da terra, entendida como a produção da vida, dos alimentos e tudo mais. Mas que agregasse nesse conceito também a geração de trabalho, que tenha a renda obviamente, e que também se garantisse um teto, que é uma carência geral do povo brasileiro (Depoimento do Entrevistado 4).

Como é possível observar através do relato, há uma preocupação das lideranças em construir uma proposta que tenha como fundamento principal a união entre as bandeiras de luta do campo e cidade. Essa preocupação fica expressa não somente no lema proposto, como também no próprio projeto de Reforma Agrária trazido do MST, uma vez levada em consideração a necessidade de expansão da reforma agrária para além das demandas rurais.

A partir daí, verifica-se que o lema escolhido não só abre as possibilidades para uma nova proposta de ação na região da Grande Florianópolis, mas, sobretudo, busca, para além das formas já consoli-

dadas de organização das classes trabalhadoras no campo, incorporar demandas de extrema urgência para os trabalhadores mais pauperizados da cidade. Além de incluir na pauta de luta por Reforma Agrária a questão do direito à moradia (entendendo o aluguel como forma de extração indireta do salário dos trabalhadores), a proposta relacionada ao trabalho procurou ir mais além, propondo-se inclusive como alternativa ao modo capitalista de produção, sugerindo por sua vez condições de trabalho e renda através de valores pautados na cooperação e solidariedade entre os trabalhadores.

Dessa forma, a questão referente aos princípios e valores ligados ao trabalho acaba ganhando considerável destaque ao assumir um papel importante no lema do Movimento, fato este que nos leva a considerar a segunda proposição para uma análise marxista, a partir da relevância tomada pela *centralidade da oposição capital/trabalho* no projeto político adotado pela coordenação. Pois, ao propor uma forma de superação do modelo capitalista de produção – baseado na relação de sujeição do trabalho ao capital – o lema acaba investindo contra um dos principais pilares de sustentação da ordem capitalista, a saber, a propriedade privada (com a proposta da conquista e socialização da terra juntamente à supressão da exploração da força de trabalho). Antes de tudo, a proposta contida no lema revela o conteúdo político-ideológico presente no projeto ao buscar assumir uma posição enquanto movimento antissistêmico e classista¹², apresentando-se em contraposição as relações capitalistas de produção, baseadas na exploração do trabalho e na propriedade privada.

¹² “[...] O adjetivo classista é atribuído àqueles movimentos que adotam a perspectiva de classe do lugar que sua base social ocupa nas estruturas sociais, ou seja, não se aplica a outros movimentos que não adotam essa perspectiva, embora apresentem elevado senso crítico (incluindo retórica classista, mas não perspectiva) em relação ao status quo e suas demandas e/ou objetivos possam ser identificados como de classe. Esta distinção é teoricamente importante devido à defasagem entre as práticas econômica, política e ideológica.” (Pinheiro, 2010, p. 111)

Rede de apoio

A procura pela identificação dos grupos e sujeitos envolvidos na luta estabelecida pelo Movimento certamente se constitui como uma preocupação de extrema importância, a fim de precisarmos com mais detalhes aquilo que auxiliou de modo significativo a sua permanência durante o período de quatro meses em um dos locais mais elitizados do Estado de Santa Catarina, ou seja, ao lado do bairro de Jurerê Internacional. Sem dúvida que, sem o auxílio e suporte prestados por grupos e indivíduos engajados seria difícil a resistência no local.

Desse modo, além de se apresentar como um importante elemento de análise para o levantamento dos processos sobre as formas de organização e ação adotadas, a rede de apoiadores é capaz de nos fornecer (levando em consideração a abrangência e perspectiva da investigação) possibilidades de verificação sobre as relações fundamentais que proporcionaram a formação temporária de um sustentáculo imprescindível à luta travada contra influentes setores da oligarquia florianopolitana.

De acordo com as informações levantadas através das entrevistas, a rede de apoio (Anexo E) vai sendo construída desde as primeiras semanas de existência da ocupação na SC-401. Crescendo de maneira expressiva a cada dia, os grupos de apoiadores foram trazendo, cada um a seu modo, contribuições fundamentais ao processo de construção e manutenção da luta por reforma agrária. Oriundos dos mais diversos setores organizados da sociedade civil, a rede contou com significativa presença de membros de movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos progressistas e de esquerda, ativistas e militantes independentes, de correntes anarquistas e libertárias, bem como de advogados populares, professores engajados e estudantes ligados aos mais diversos coletivos universitários. Dentre os principais segmentos da rede ganham destaque os coletivos universitários, as assessorias parlamentar e jurídica, assim como a participação dos partidos políticos e sindicatos.

Participação de sindicatos e partidos

Contando com um número expressivo tanto de partidos progressistas e de esquerda da região, bem como dos mais variados sindicatos atuantes no município de Florianópolis, a rede de apoio conseguiu propor, além do imprescindível suporte político, consideráveis contribuições para a manutenção e desenvolvimento das inúmeras atividades realizadas dentro e fora da ocupação, principalmente no período em que estiveram na disputa pelo terreno grilado da SC-401.

De acordo com os relatos de alguns dos entrevistados que compuseram a rede de apoio, dentre as principais contribuições materiais feitas por partidos e sindicatos, destacam-se a organização de eventos para recolhimento de doações de alimentos e vestuários às famílias da ocupação, auxílio financeiro para confecção e impressão de material de comunicação, além de ajuda técnica quanto aos inúmeros problemas cotidianos enfrentados pelos ocupantes, principalmente os relacionados às atividades de construção da infraestrutura necessária a fim de possibilitar as condições básicas para permanência das famílias no terreno.

Com relação ao apoio político, tanto os partidos quanto os sindicatos prestaram considerável auxílio na organização das mais diversas ações promovidas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, desde a promoção de audiências públicas envolvendo a participação de instituições governamentais, até atos e marchas em apoio à luta por terra e moradia na região. Sobre a participação política da rede de apoiadores, Daniel Silveira, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e da Central Sindical e Popular (CSP/Conlutas) destaca um dos momentos que, em sua avaliação, a rede de apoiadores mostrou-se unificada e presente:

[...] onde o comitê foi mais presente mesmo foi na marcha que houve em fevereiro. Ali foi onde o comitê realmente se mostrou bem presente e juntou com o movimento sindical da cidade como poucas vezes juntou, ninguém ficou de fora. Todos de alguma forma se colocaram solidários à luta dos

Amarildos. Foi uma unidade como poucas vezes se viu na cidade em torno de um movimento social, de uma pauta. (Depoimento de Daniel Silveira – PSTU/CSP CONLUTAS)

Mesmo havendo divergências sobre as melhores formas de condução da luta – fato que definitivamente não é privilégio de nenhum grupo político organizado – a solidariedade vinda dos diversos partidos políticos e sindicatos trouxeram significativas contribuições. Pelo fato de conseguir mobilizar, de maneira singular e inédita, um grande número de organizações políticas da região, o Movimento logrou grande êxito no que se refere ao enorme potencial de aglutinação junto aos setores progressistas e de esquerda, muitas vezes divergentes em aspectos teóricos e práticos, mas que diante da necessidade de unificação junto a uma pauta de extrema relevância e urgência mostraram-se solidários a causa, concretizando uma unidade impar em torno da disputa pela terra na região.

A importância de tal fato pode ser notada também a partir de outro momento relatado por Daniel, ao se referir as contribuições da rede de apoio:

Acho que no geral foi positivo o saldo do comitê de apoio. Aglutinou um leque de entidades e forças da esquerda de todas as matizes. [...] Teve um papel efetivo de apoio material, mas, sobretudo, político ao Movimento. De ajudar a organizar as atividades da ocupação. Acho que foi um momento importante que mostrou que a gente pode unificar os trabalhadores para as grandes lutas, para as grandes mobilizações (Depoimento de Daniel Silveira – PSTU/CSP CONLUTAS).

Assessoria parlamentar e jurídica

Outro fator que contribui para verificarmos a importância que tomou a rede de apoio, diz respeito à participação imprescindível das assessorias prestadas ao Movimento. Nesse sentido, os trabalhos realizados por vereadores, deputados e advogados populares, proporcionaram um

apoio, antes de tudo, em favor da defesa da legalidade e da legitimação da luta pela terra frente às várias tentativas de criminalização e repressão vindas dos setores conservadores, exercendo assim papel fundamental de mediação junto as diversas autoridades envolvidas no conflito.

De acordo com os relatos de algumas das lideranças do Movimento, o respaldo político prestado veio de mandatos, sobretudo, dotados de uma perspectiva de caráter popular. Dentre as principais contribuições e ações parlamentares encontram-se a organização de audiências públicas realizadas na ALESC, as quais se propuseram dar visibilidade política e ao mesmo tempo proporcionar uma discussão acerca do conflito e disputa existentes em torno do terreno grilado da SC-401. Nesse aspecto, as lideranças destacaram como de grande contribuição os apoios prestados pelo ex-deputado estadual Amauri Soares (PSOL-SC) e pelo professor e atual vereador Lino Peres (PT-SC).

De acordo com Lino Peres, uma das preocupações contidas no apoio de seu mandato – além de considerar a importância e urgência da luta pelo direito à moradia na região da grande Florianópolis – foi a de priorizar a garantia dos direitos constitucionais às inúmeras famílias presentes na ocupação, prestando o devido apoio político nos momentos que se apresentaram mais críticos. Segundo o vereador:

A gente apoiou de uma forma humanitária [...] com divulgação de panfletos, a gente ajudou nisso. E mais com o apoio político, de evitar quando havia problema de violência e de negociação, a gente negociava com as autoridades. O apoio moral, de estarmos nós, parlamentares, para dar uma força para eles. A segurança político-oficial de estar um parlamentar lá (Depoimento de Lino Peres – vereador do município de Florianópolis).

Em relação ao conflito estabelecido em torno da disputa pelo terreno, Lino Peres destacou a importância da contribuição da luta do Movimento em dar visibilidade aos problemas decorrentes da falta de moradia às populações mais empobrecidas da região, apontando o mandonismo do capital imobiliário e as forças de oposição contrárias a

qualquer tipo de projeto habitacional de interesse popular em Florianópolis. Em sua avaliação:

[...] A Amarildo tem um grande efeito pedagógico. Ela mostrou o caráter absurdamente especulativo. Uma terra vazia, que aparentemente poderia ser produzida. Desvendou, desmascarou que há empreendimento em cima. Esses dois aspectos já são o suficiente. A Amarildo despertou o foco daquela área para a população. Positivo, pois é uma área vazia. Negativo, infelizmente, por que o setor de comunicação [mídia empresarial] cercou tudo, dando a impressão de que aquela área não servia para pobre. Que a área já teria um dono. Que é uma área caríssima. Está localizada no eixo mais “filé mignon” da alta classe média. Mas a pauta continua, ela não terminou. Nós estamos esperando que a SPU cumpra a sua função (Depoimento de Lino Peres – vereador do município de Florianópolis).

Além do apoio parlamentar, o Movimento também contou com o importante auxílio vindo das assessorias jurídicas. Através da participação de advogados populares foi possível obter um respaldo jurídico sobre as questões referentes à condição de legalidade da ocupação, uma vez que o terreno da SC-401 não estaria cumprindo com a função social prevista pela Constituição Federal, fato que acabou se agravando ainda mais após a confirmação de grilagem das terras da União, a partir da vistoria técnica realizada pela SPU.

De acordo com o relato de uma das advogadas que esteve presente nos principais momentos de acirramento do conflito, o apoio jurídico prestado se pautou, sobretudo, na assessoria a esclarecimentos pontuais sobre as implicações legais, assim como também nos momentos de negociação entre o Movimento e as instituições públicas, que envolveram entre outras coisas, a cobrança política sobre a denúncia de grilagem do terreno. Em suas palavras:

Nos Amarildos, nós não tivemos efetivamente um resultado jurídico. Não atuamos nos processos jurídicos [...]. O que ocorreu foi mais uma assessoria jurídica no sentido deles [o

Movimento] saberem onde estavam pisando. Quais eram os delitos que poderiam ocorrer, e o fato de que nós também poderíamos fazer uma ponte deles com as instituições. Então, foi mais no sentido de que eles poderiam contar conosco junto ao MPF, junto ao INCRA, que estaríamos ali enquanto advogados dando apoio. E quando saiam boatos de processos, prisões, a gente ia até a delegacia e tomava pé da situação, verificando até que ponto era verdade ou não. (Depoimento da entrevistada 5).

E ainda:

O que tínhamos com eles [Movimento] eram reuniões para ir tentando evitar conflitos, para ver a questão da saúde, para ver a questão do INCRA do assentamento, a busca de áreas. Faziam conversas, negociações. Houve reuniões gigantes em que foi todo mundo, Prefeitura, Ministério Público Federal, Advocacia Geral da União, INCRA, Amarildos, SPU. Justamente porque aquela área tinha a questão de ser uma área grilada. Havia também por parte do Movimento uma cobrança política, porque esse era o papel que eles estavam desempenhando e nós também. Que era a de denúncia da área grilada. Não só havia a necessidade de moradia em Florianópolis, mas também a necessidade de mostrar que as terras estavam sendo griladas (Depoimento da entrevistada 5).

O apoio dos coletivos universitários

A solidariedade vinda dos mais variados coletivos ligados às Universidades Federal (UFSC) e Estadual (UDESC) com sedes na capital catarinense, certamente se apresenta como mais um importante ponto a ser considerado, principalmente quando se busca apreender a extensão e o vigor tomados pela rede de apoio. Presentes desde os primeiros momentos da ocupação, os coletivos universitários buscaram contribuir, cada um a sua maneira, com os processos de construção e de permanência das famílias no terreno ocupado.

Composta por centros acadêmicos, coletivos da juventude ligada a correntes e partidos políticos de esquerda, feministas, grupos libertá-

rios, independentes, militantes de movimentos sociais, a rede de apoio constituída pelos coletivos mostrou-se imprescindível, ao colaborar significativamente para o desenvolvimento dos mais variados tipos de trabalho e de atividades realizadas dentro e fora da ocupação.

Desde o auxílio na construção dos barracões das famílias, organização de palestras e debates, oficinas temáticas promovidas por projetos de extensão, confecção e divulgação de informativos, até a participação em atos públicos e promoção de eventos culturais para arrecadação de doações, as diversas atividades realizadas pelos universitários certamente somaram grandes contribuições à rede de apoiadores.

Através dos projetos de extensão vinculados às universidades, coletivos de estudantes e professores propuseram atividades de formação política, mutirões e oficinas temáticas. Dentre os principais projetos realizados, destacam-se o Cine Amarildo¹³ e o Projeto Comuna Amarildo¹⁴. Buscando contribuir para a formação política das famílias da ocupação, assim como para o desenvolvimento de atividades propondo soluções às necessidades trazidas pelas famílias acampadas, os trabalhos realizados por ambos os projetos assumem lugar de destaque ao se apresentarem como um importante suporte teórico-prático ao Movimento.

Ao contar com ampla participação de sindicatos, partidos políti-

¹³ Realizado no ano de 2014 a partir do formato de Cineclubes, o projeto Cine Amarildo, coordenado pela professora Carmen Susana Tornquist (UDESC), buscou contribuir para o processo de formação política das famílias participantes através de projeções de filmes e documentários, seguindo eixos temáticos vinculados à luta do Movimento por terra e moradia, questões de gênero e feminismo, assim como formação nas áreas da educação e trabalho. Em encontros semanais, foram realizadas rodas de conversas através de reflexões acerca dos temas trazidos pelos documentários, além da promoção de oficinas com proposta de produção de vídeos e filmes realizados pelos próprios acampados.

¹⁴ O Projeto Comuna Amarildo, que contou com a participação de estudantes da UFSC e UDESC, secundaristas, professores, além das próprias famílias de acampados, possuiu como um dos seus principais objetivos o fortalecimento da organização comunitária na perspectiva do Poder Popular. Organizado através de frentes de trabalho por áreas do conhecimento (ambiental, educação e arte, comunicação, finanças, saúde etc.) as ações tinham como objetivo a busca do debate visando a mobilização coletiva para a solução das principais demandas e necessidades trazidas pelas famílias do acampamento.

cos, movimentos sociais e os mais diversos militantes e ativistas engajados, a rede de apoio conseguiu trazer a cena política local algo singular no que diz respeito ao poder de enfrentamento direto contra as forças conservadoras presentes na região. A contraposição político-ideológica acionada através da luta protagonizada pelo Movimento surge como uma possibilidade de resistência e enfrentamento real frente o controle exercido pelas oligarquias locais sobre as terras públicas. Isso fez com que o acirramento em torno da disputa pelo terreno da SC-401 tomasse um lugar de destaque, suscitando importantes debates realizados na Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, incluindo a participação de instituições como o INCRA, AGU, SPU, ICMBIO, Juizado Agrário de Santa Catarina, Prefeitura Municipal, Governo Estadual e órgãos Federativos.

A unificação entre diversos setores da sociedade civil a partir do estabelecimento da rede de apoio coloca-nos diante da consideração acerca da terceira proposição para uma análise dos movimentos sociais, a de sua *condição de Movimento pluriclassista*. Essa possibilidade ocorre, principalmente, pelo fato da rede de apoio conseguir reunir um grande número de grupos e indivíduos advindos, muitos deles, dos setores médios da sociedade que, embora possam assumir uma identificação político-ideológica crítica ao capitalismo, não necessariamente estariam apoiando o Movimento por uma necessidade objetiva concreta.

De todo modo, tal aglutinação de forças aliadas pode ser compreendida como um dos grandes feitos realizados pelo Movimento, principalmente quando levado em conta a capacidade de articulação entre setores que não possuíam um histórico de ação conjunta na região da grande Florianópolis. Em sua maioria dispersos por lutas setorializadas e sem um sujeito político que conseguisse unificá-los, o Movimento Amarelido adquire uma condição pluriclassista ao propor, a partir de sua reivindicação, não só os reunir, como também criar uma possibilidade concreta de unidade classista em torno de seu projeto de Reforma Agrária.

Considerações acerca dos principais problemas, dificuldades e desafios do Movimento Amarelado

Para uma reflexão crítica sobre o conjunto de problemas e dificuldades enfrentadas pelo Movimento ao longo de sua trajetória, impõe-se como necessidade primeira a identificação dos principais fatores ligados ao processo de desmobilização, assim como da perda da capacidade de ação e organização, sobretudo, dentro do município de Florianópolis. Desse modo, verifica-se a importância de se precisar o complexo processo de determinações instituído a partir da disputa pela terra na região, o que inclui levar em consideração tanto as relações de poder que foram estabelecidas entre os grupos e forças políticas envolvidas no conflito, e, principalmente, das principais contradições apresentadas pelo Movimento desde seu surgimento até o momento atual.

Tendo como ponto de partida a sua própria trajetória na Grande Florianópolis, observa-se que o período referente a ocupação do terreno da SC-401 apresenta-se, sem dúvida, como um dos momentos mais decisivos em relação a possibilidade de continuidade da luta ou da dissolução e eliminação da mesma. Nesse sentido, o processo de despejo se coloca como um divisor de águas no tocante a análise de sua trajetória, uma vez que é a partir da desocupação do terreno que os problemas e dificuldades surgem de forma mais rigorosa.

Ao decidirem pela desocupação, com a concordância do cumprimento do acordo de despejo e transferência das famílias para a T.I do Morro dos Cavalos, inicia-se um processo de institucionalização pelo Estado via INCRA. Essa tomada de decisão acaba trazendo como resultado imediato a fragmentação e dissolução drástica de sua base social, fator que acaba contribuindo significativamente para a dispersão e a conseqüente saída em massa das famílias antes mesmo da chegada em Maciambu/Palhoça. Ou seja, no próprio processo de transferência, grande parte das famílias participantes da ocupação da SC-401 acabam abandonando a luta por Reforma Agrária.

Possuindo consciência da gravidade, a coordenação que já havia se transferido para Palhoça, numa tentativa de reverter o quadro negativo ocasionado pelo despejo das famílias, decide por realizar outra ação direta em Florianópolis, voltando-se novamente ao norte da ilha, agora no bairro do Rio Vermelho. Tal ação evidenciou a importância que suas lideranças e coordenadores davam à necessidade de manterem-se atuantes dentro do município de Florianópolis, principalmente como forma de ainda conseguirem recuperar e ao mesmo tempo não perderem mais famílias.

A tentativa de uma nova ocupação na ilha aponta para o reconhecimento por parte de sua militância de que a decisão pela desocupação e sua transferência para Palhoça, assim como o processo de institucionalização pelo INCRA, haviam se convertido em sérios problemas, tanto no tocante a manutenção de sua base social quanto para a sobrevivência e continuidade do próprio Movimento. Ou seja, a decisão pela saída da SC-401 priorizando o acordo judiciário acabou acarretando em significativos prejuízos à conservação da luta pela conquista da terra. Além disso, a ação promovida de modo tardio – visto que grande parte das famílias já haviam se dispersado a partir da transferência para Palhoça – acabou proporcionando um forte movimento de repressão promovido pela população local, patrocinada por forças políticas e econômicas ligadas aos setores conservadores contrários à ocupação.

Com a volta dos integrantes e a possibilidade de permanência temporária firmada em acordo com a comunidade Guarani, a coordenação do Movimento não tem outra escolha a não ser buscar resistir a um dos momentos mais críticos e decisivos de sua trajetória, enfrentando por sua vez o processo de desestruturação de sua base social, com a saída de praticamente 600 famílias (90%) do total que havia sido formada durante a ocupação da SC-401. Desse modo, a minoria que restou, acabou sendo submetida a um período de intenso desgaste, visto as péssimas condições que encontraram na T.I do Morro dos Cavalos, desde as precárias condições de moradia, infraestrutura e falta de alimento,

até dificuldades para conseguirem (aqueles que tinham um emprego) continuar trabalhando próximos à Florianópolis.

Com a mudança para o município de Águas Mornas, se distanciando ainda mais da proximidade com a capital, principalmente pela questão de emprego e renda, das menos de 20 famílias que resistiram ao duro período enfrentado no Morro dos Cavalos poucas foram as que conseguiram continuar acampadas, tendo em vista a sua condição de isolamento e segregação espacial com a privação do acesso aos serviços urbanos básicos (a exemplo da eletricidade). Por conseguinte, tem-se como resultado do período aproximado de dois anos de acampamento em Águas Mornas a extinção praticamente completa da base social conquistada na época da ocupação da SC-401, restando hoje, entre aqueles que saem e voltam, cerca de apenas 8 famílias cadastradas para fins de assentamento na área.

Outro fator relevante que aparece como destaque, diz respeito ao processo de desestruturação da organização política do Movimento. Sendo afetados pelos impactos decorrentes das dificuldades para manterem-se organizados, uma vez que não dispunham de nenhum tipo de recurso, seja tanto de natureza própria ou institucional, e muito menos de um número considerável de famílias para conseguirem tocar de maneira eficiente o projeto político, a coordenação do acampamento acaba passando por um rigoroso processo de desgaste de sua militância. Agravadas por uma série de conflitos de ordem pessoal e familiar envolvendo, entre outras coisas, a disputa entre concepções políticas e ideológicas, essa fase teve como desfecho final a expulsão de uma de suas maiores lideranças.

O processo decorrente da desestruturação da coordenação do acampamento traz como resultado imediato não só a perda da referência política, mas, sobretudo, a dissolução da Brigada Marighella enquanto núcleo político central do Movimento, assim como do próprio modelo de organização política apoiado numa concepção de vanguarda. Como consequência disso, a coordenação acaba perdendo nota-

velmente sua capacidade de arregimentação e mobilização de novas famílias, assim como da possibilidade de manutenção da rede de apoio, comprometendo consideravelmente as possibilidades de consolidação de seu projeto político.

Tais problemas e dificuldades de âmbito político-organizativo acabam por nos remeter a um primeiro questionamento sobre a capacidade de sua coordenação em proporcionar à sua base social uma condição de maior participação, tendo em vista o próprio discurso de suas lideranças em defesa da construção de valores e práticas pautadas nos princípios da luta pela construção do Poder Popular. Tal indagação se mostra pertinente ao consideramos os limites apontados no formato organizativo estabelecido, baseados por sua vez na personalização do Movimento em uma de suas lideranças, assim como de sua característica centralizadora sobre as decisões políticas, ou seja, do próprio modelo de vanguarda desenvolvido pela militância da Brigada Marighella.

Um segundo fator de ordem explicativa do processo de desmobilização diz respeito às investidas das forças de oposição colocadas em defesa da ordem do capital. Constituída por setores vinculados aos interesses das velhas oligarquias regionais, as forças conservadoras apresentaram grande poder de resistência ao projeto político proposto pelo Movimento, uma vez que através dele foi possível colocar em evidência as contradições inerentes ao sistema capitalista, fato que acabou gerando um enorme desconforto aos donos do poder, principalmente em face da denúncia da prática de grilagem envolvendo terras da união.

Vários tipos de pressão foram exercidos pelos setores dominantes a fim de conterem a luta por Reforma Agrária na região. Destes, podemos destacar a tentativa de criminalização, até a difamação promovida pelos setores da mídia empresarial – grande anunciante e patrocinador do capital imobiliário -, vistas as inúmeras matérias nada imparciais que ganharam os noticiários e capas dos jornais durante, principalmente, o período da ocupação do terreno da SC-401. Dotado de um discurso de cunho despolitizador, xenofóbico e de ódio à con-

dição de pobreza, tais artigos empenharam-se em atacar as famílias e lideranças da ocupação, sempre munidos da intenção explícita de promoverem o deslocamento das questões de âmbito social à esfera jurídica, escamoteando a complexidade do conflito ao propor tratá-lo como um caso judicial e polícialesco.

Nesse sentido, a repressão do Estado via poder policial acabou sendo uma constante na trajetória dos “Amarildos”. Desde o primeiro dia, com a chegada da polícia buscando intimidar os ocupantes através da acusação de crime à propriedade privada, passando também por vários episódios de explícita coerção e intimidação das lideranças e famílias participantes. Do mesmo modo, pôde-se notar a omissão e negligência das instituições do próprio poder público frente ao conflito, principalmente a partir da comprovação da denúncia de grilagem.

De fato, entre as várias esferas do setor público, o judiciário ganha relevância ao apresentar uma postura complacente e serviu junto aos interesses das oligarquias locais. Dotado de um imobilismo e passividade de causar espanto, acabou por desconsiderar totalmente a necessidade do juízo sobre o histórico do terreno, da condição de descumprimento de sua função social, assim como de sua situação de abandono e de irregularidades. Passando por cima dos interesses públicos sobre as terras pertencentes à União, negando a Constituição Federal e todas as demais legislações que pesam sobre a função social da terra, o acordo de despejo promovido pelo juizado agrário do Estado não fez outra coisa senão ratificar a condição de grilagem do terreno da SC-401, promovendo a impunidade ao dar legitimação e ganho de causa ao declarado usurpador de terras da União.

Um terceiro fator, que talvez seja um dos mais significativos para a reflexão relaciona-se a escolha e tentativa de efetivação do projeto político na Grande Florianópolis. Apresentando-se inédito e singular no contexto sociopolítico da região, o projeto advindo do MST coloca-nos frente a uma série de indagações quanto as suas possibilidades de consolidação na capital catarinense.

Um primeiro ponto a ser considerado com relação a essa questão refere-se às dificuldades para a aplicação de um projeto de Reforma Agrária num contexto urbano que apresenta, antes de tudo, uma complexa teia de determinações de ordem financeira e especulativa sobre a terra. Ou seja, deve-se levar em consideração, primeiramente, o fato das diferentes singularidades existentes entre o contexto de luta estabelecido no campo e o colocado nas cidades. Ao buscar trazer a pauta dos trabalhadores rurais a Florianópolis, o Movimento assume a necessidade da realização de uma análise de conjuntura, não só sobre as implicações da luta no espaço metropolitano, mas, sobretudo, das especificidades que se apresentam numa região notadamente marcada pelo forte predomínio do capital imobiliário, assim como do grande poder de influência e mando de setores oligárquicos diante das políticas de uso e ocupação do solo urbano da capital.

Isto posto, pressupõe-se que devido as experiências de militância adquiridas por algumas de suas principais lideranças junto ao MST, as ações promovidas pelo Movimento Amarildo acabaram por sofrer forte influência das formas provenientes da luta do campo. Essa relação direta com as práticas do MST certamente proporcionou dificuldades para determinar, através da referência empírica da luta adquirida no contexto rural, a complexidade das contradições verificadas a partir da cidade neoliberal como, por exemplo, dos grupos e forças que compõem os setores oligárquicos e de sua influência sobre o poder público e mídias empresariais, da dinâmica acirrada entre setores do capital imobiliário frente à disputa pela terra na ilha (o que encarece ainda mais o seu valor), além é claro, das próprias implicações que se colocam diante da arregimentação de uma base social urbana a partir de um projeto, que antes de tudo, traz como essência uma proposta de “recampesinização”¹⁵, ou seja, do retorno ao modo de vida camponês e as atividades de trabalho a ele ligadas. Trata-se, entretanto, de uma nova conjuntura que, diferen-

¹⁵ “[...] entendida como retorno ao campo e possibilidade de adaptação à vida no campo e de realização de atividades agrícolas [...] como recriação e reavivamento de valores de uma moral camponesa” (Goldfarb, 2011, p. 97).

temente da luta contra os grandes latifundiários rurais e o agronegócio, impõe a necessidade de se criar novas formas de ação e enfrentamento em torno da disputa pela terra.

Essa última questão traz relação com um segundo ponto de reflexão sobre as implicações existentes na proposta de Reforma Agrária, a qual parte da pressuposição de que na busca por trazer a perspectiva da luta do campo à cidade, a coordenação tenha acabado enfrentando sérias dificuldades em propor a uma base social majoritariamente urbanizada, a incorporação de elementos que lhe permitisse uma identificação maior justamente com as contradições urbanas vivenciadas cotidianamente pelas próprias famílias participantes.

Nesse sentido, presume-se que através da tentativa de afirmação enquanto “centenas de famílias trabalhadoras de brasileiros(as) e latinos sem-terra, sem-teto [...]”¹⁶ a coordenação – na intenção de promover a incorporação das duas categorias, (o que por sua vez impõe pensar na ideia de superação de ambas a partir da proposta singular vinculada a identidade enquanto “Amarildos”) – acaba abrindo precedente para que se criasse muito mais uma relação de conflito entre as duas identidades já consolidadas do que uma condição de união entre ambas.

Na intenção de buscar a concretização da Reforma Agrária, a proposta acaba inevitavelmente trazendo uma aproximação maior justamente com a pauta rural, e, conseqüentemente, a uma identidade enquanto sem-terra. Essa vinculação com a luta do campo apresenta como consequência direta o distanciamento com a realidade e necessidade geral apresentada pela base social (a urgência por moradia), provocando por sua vez sérias dificuldades por parte das famílias de reconhecerem-se através da principal característica coletiva que as distinguem, qual seja, a da condição objetiva concreta enquanto trabalhadores urbanos espoliados na cidade, fato esse que contribui signi-

¹⁶ Trecho extraído da primeira edição do Informativo Gazeta Amarildo (fev/2014). Disponível em: <https://issuu.com/contestadovive/docs/gazeta_do_amarildo__1_>. Acesso em: 20/04/2015.

ficativamente para que haja um antagonismo e um sentimento de não pertencimento junto à proposta de Reforma Agrária Popular.

Tal proposta, levando em consideração a natureza do projeto político que carrega, mostrou-se muito menos inclinada a luta propriamente urbana, não lhe permitindo, portanto, criar possibilidades para a elaboração de uma identidade coletiva que fosse capaz de abarcar da maneira mais integral e coesa possível, tanto as prioridades da coordenação (por terra) quanto de sua base social (por teto), proporcionando muito mais um conflito de interesses do que propriamente uma condição de convergência entre ambas as demandas. Fato que certamente pode ser melhor compreendido a partir do processo de despejo da SC-401 e da consequente saída em massa das famílias.

Além disso, o processo verificado a partir da luta por Reforma Agrária nos abre precedentes para considerar a possibilidade de haver uma aproximação maior justamente com a pauta contrária a que foi estabelecida como prioridade, ou seja, da necessidade e urgência das famílias por moradia. Questão que inclusive foi apontada pela própria coordenação como sendo um dos principais fatores de contribuição, tanto para o processo de massificação quanto ao de desarticulação da ocupação da SC-401. Considerando a importância que carrega, sugere-se que grande parte das famílias aderiu a ocupação buscando, sobretudo, sanar seu problema mais urgente: a melhoria das condições de vida na capital a partir da saída do aluguel com a possibilidade de conquista da moradia.

Partindo de tal pressuposto, considera-se a hipótese de que ao impor o projeto político a sua base social, a coordenação tenha acabado estabelecendo, de forma inevitável, importância secundária a pauta por teto (visto que o objetivo maior foi e ainda continua sendo a conquista efetiva da terra), perdendo-se não somente a condição de uma proposta mais democrática do projeto (com a participação direta das famílias) como também a possibilidade real de constituição de uma base social dotada de uma identidade coletiva capaz de promover a devida coesão

entre as famílias de trabalhadores urbanos através, principalmente, de seu reconhecimento e condição enquanto classe, bem como de suas características distintivas e necessidades comuns¹⁷.

Sem desmerecer a importância que o projeto de Reforma Agrária Popular carrega, mas ao mesmo tempo propondo realizar uma reflexão crítica acerca de suas principais implicações, entende-se que embora o projeto tenha se pautado na proposta de *heterogeneização do sujeito da luta por reforma agrária* juntamente com a defesa pela promoção de melhorias substanciais das condições de vida não só das famílias participantes, mas também da população da região como um todo (através da proposta de produção de alimentação saudável a preços populares), ele definitivamente ainda não conseguiu emplacar, justamente por não conseguir convencer a sua base social da importância e necessidade para as famílias da prioridade da luta por Reforma Agrária na região.

Desse modo, chega-se ao pressuposto de que talvez uma das possíveis causas que possam ter contribuído para a saída em massa das famílias, tenha origem justamente na opção de suas lideranças pela escolha e imposição de um projeto de âmbito agrário a uma base social notadamente urbanizada. Por outro lado, tampouco tal projeto mostrou-se como proposta factível na configuração espacial do município de Florianópolis, marcada pelo forte predomínio dos interesses especulativos sobre a terra urbana.

Assim, pode-se observar que a coordenação do Movimento, mesmo procurando se articular a partir da condição habitacional precária das famílias presentes nas periferias da grande Florianópolis, – enfatizando

¹⁷ Certamente que as questões referentes à ideia de identidade coletiva enquanto “Amarildos”, assim como da sua relação com o projeto político não se encerram com as reflexões aqui apontadas (as quais se propuseram a tão somente abrir para perguntas, não sugerindo respostas conclusivas). Assim, tais questionamentos, visto a complexidade que carregam, acabam por exigir um maior desenvolvimento não só das questões teóricas referentes aos conceitos de classe social, identidade e consciência de classe, como também da necessidade de aplicação de entrevistas, principalmente, às famílias participantes da ocupação da SC-401 no que se refere às perspectivas em relação ao processo da emancipação e consciência de classe.

por sua vez a necessidade e urgência da saída do aluguel e conquista da moradia digna – o que acabou oferecendo na prática para a sua base social não foi mais do que a piora das condições de vida, ao apresentar como única opção a transferência para uma terra sem o mínimo de condições básicas àqueles que já vivem de maneira degradante na região. Ao propor a mudança das famílias de Florianópolis para Águas Mornas, reforçou-se ainda mais sua condição de segregação e exclusão da capital. No entanto, por outro lado, talvez a saída em massa das famílias após o despejo da SC-401 evidencie justamente essa questão, ou seja, que elas não desejam sair de Florianópolis e de seu entorno. Ao contrário, procuram continuar resistindo às inúmeras políticas segregacionistas a fim de permanecerem próximos ao município. De fato, o processo de destituição da base social nos coloca sob a reflexão de que, antes da possibilidade de entrar na terra, assim como da viabilidade concreta para desenvolver um trabalho nela, há de se levar em conta, primeiramente, a necessidade de se ter um teto digno para morar.

Dito isto, sugere-se que será muito menos pela luta por Reforma Agrária na Grande Florianópolis que se criará as condições de aglutinação e enfrentamento frente aos interesses dominantes impostos pelo projeto elitista de *cidade-mercadoria*, e muito mais a partir de pautas que estabeleçam como prioridade as urgências das famílias trabalhadoras que buscam cotidianamente, a duras penas, resistirem, a fim e continuarem vivendo próximos da capital. Talvez não por acaso que a ocupação Contestado continue sendo a única entre as três últimas realizadas na região, que ainda consegue (mesmo diante de forte repressão do Estado) manter firme sua base social na perspectiva da luta pela conquista da moradia. Esse fato contribui para reforçar ainda mais o argumento de que o problema maior existente na região não é, definitivamente, de âmbito agrário. É, antes de tudo, um problema oriundo da crise urbana neoliberal, essa que vem a cada dia promovendo a piora substancial das condições de vida das mais de 30 mil famílias que atualmente engrossam os números do déficit habitacional da Grande Florianópolis.

Chega-se assim a possibilidade de verificação do que se apresenta como provável ponto central das implicações colocadas até aqui. Trata-se, pois, de pressupor que a dificuldade maior enfrentada pela sua organização talvez tenha sido a de estabelecer um denominador comum que possibilitasse abarcar de modo harmônico três questões que se apresentaram como fundamentais a sua condição enquanto Movimento de vanguarda, a saber: 1) da disposição de luta dos militantes engajados pela conquista da terra juntamente da perspectiva de transformação social; 2) a consideração da urgência e necessidade das famílias em relação à saída do aluguel com a conquista da moradia; 3) a perspectiva da luta de classes presente no contexto urbano como horizonte e orientação maior, principalmente, das especificidades verificadas na Grande Florianópolis. Desse modo, impõe-se a formulação da pergunta acerca do que deveria ter sido colocado como prioridade para a luta do Movimento: sua institucionalização pelo Estado a partir da perspectiva da conquista da terra a um reduzido grupo de famílias, ou a possibilidade real do início da construção de uma frente ampla de luta, composta por uma base social capaz de realizar o enfrentamento direto ao capital imobiliário e seus gestores na região da grande Florianópolis?

Uma das possibilidades de resposta relaciona-se ao fato de que ao dar maior ênfase a pauta de luta dos trabalhadores rurais, a partir de proposta de Reforma Agrária Popular trazida do MST, a coordenação do Movimento tenha acabado abrindo mão daquilo que poderia ter sido o estopim para o início de um processo de massificação e resistência frente ao mandonismo do capital especulativo e financeiro sobre a terra.

Ao limitar-se ao objetivo da conquista da terra, o Movimento acaba perdendo justamente aquilo que lhe é mais fundamental, ou seja, a força motriz que poderia lhe fornecer a sustentação necessária a sua consolidação, possibilitando assim as condições para promover o acirramento de classes em torno da disputa pela terra na região. Por conta do imediatismo da luta, perdeu-se a condição de se estabelecer um

trabalho de organização política a longo prazo, assim como também da possibilidade da construção de uma base social estruturada a partir de uma identidade coletiva sólida e em real sintonia com as demandas apresentadas pelas famílias. Ao reduzir sua luta política ao âmbito institucional, ou seja, voltada a negociação com o Estado via INCRA, o Movimento deixa de lado a possibilidade real da construção de uma unidade classista, assim como da perspectiva de uma transformação social de caráter revolucionário.

O momento atual do Acampamento Amarildo ainda se constitui como uma incógnita. Sua condição é senão outra que a mesma vivenciada por milhares de famílias pauperizadas da grande Florianópolis, ou seja, de isolamento e segregação da cidade, sofrendo as mais duras privações relacionadas à falta de acesso aos equipamentos e serviços urbanos de primeira necessidade como saneamento, eletricidade, transporte, alimentação e moradia adequada, etc.

Certamente, um dos principais desafios apresentados hoje é o da possibilidade de consolidação do assentamento em Águas Mornas. Entretanto, talvez o maior, mais significativo e importante desafio imposto à nova coordenação do acampamento ainda seja o da superação do problema que os persegue desde o seu surgimento, fruto do resultado das escolhas tomadas pelo modelo organizativo defendido durante grande parte de sua trajetória, e que, somados as inúmeras dificuldades e problemas externos enfrentados acabaram por determinar seu paradoxo atual: antes tinham famílias, mas não havia a terra para trabalhar e morar. Agora há terra, no entanto o acampamento não dispõe das condições materiais necessárias e, principalmente, de um número significativo de famílias que possibilite tocar de maneira eficiente o seu projeto.

Dessa forma, impõe-se novamente a condição inicial vista a partir da necessidade de arregimentação de novas famílias para que se consiga, de fato, dar seqüência e desenvolvimento aos trabalhos do Acampamento. Numa palavra, a contradição (a conquista da terra X formação

de uma base social) que os acompanhou desde o início ainda perdura, uma vez que continua lhe faltando o mais essencial e imprescindível à luta pela continuidade do Movimento: a adesão dos trabalhadores urbanos ao projeto de Reforma Agrária proposto para a Região da Grande Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIANDO A ORDEM DO(A) CAPITAL

As contradições evidenciadas pela crise urbana, decorrentes da expansão e intensificação da agenda neoliberal na América Latina e notadamente no Brasil a partir dos anos 80, se apresentam na conjuntura atual como uma condição insustentável aos segmentos mais espoliados das classes trabalhadoras presentes nas periferias dos grandes centros urbanos. Tais contradições, verificadas através da explosão do processo de urbanização no país são capazes de evidenciar a lógica perversa que submete cotidianamente milhões de famílias as mais degradantes condições de vida nas cidades. Como fruto direto do colossal aumento da concentração de capital por parte das classes dominantes, as desigualdades sociais surgem sob as diversas formas de violência, miséria e segregação, revelando a incapacidade ou a total falta de interesse dos gestores do capital de administrarem os recursos públicos em prol das necessidades e urgências das massas urbanas espoliadas.

Com isso, o que se pode notar é a intensificação dos problemas sociais decorrentes da aplicação das políticas neoliberais, tais como a superexploração da força de trabalho com rebaixamento salarial, crescimento do desemprego e da conseqüente condição de informalidade, retirada dos direitos sociais, precarização/privatização dos serviços públicos essenciais, etc. Como resultado direto dessas políticas, verifica-se cada vez mais o aumento do processo de favelização, do déficit habitacional e da segregação socioespacial, ou seja, da pobreza urbana.

Tal condicionante influencia diretamente na marginalização e expulsão dos segmentos das classes trabalhadora de baixa renda para fora das áreas mais visadas pela especulação imobiliária. Desse modo, impõe-se inevitavelmente o acirramento da luta pela disputa da terra urbana a partir do surgimento de novos sujeitos políticos organizados em prol das urgências das populações periféricas marginalizadas.

Na região da grande Florianópolis isso não é diferente. A questão referente a problemática urbana vem ganhando cada vez mais destaque devido ao processo de intensificação das contradições inerentes à cidade neoliberal, notadas através da crescente e incontrolável valorização e aumento do preço da terra urbana, proporcionando a criação de espaços cada vez mais segregados, limitando-os por sua vez ao usufruto exclusivo das classes sociais mais abastadas. A partir da constante tendência a valorização imobiliária, verificada principalmente dentro dos limites do município de Florianópolis, o que se vem observando é um crescimento cada vez mais acelerado de fatores relacionados a um contexto de crise urbana. Tais problemas podem ser identificados através da carência de infraestrutura e dos serviços públicos essenciais, degradação ambiental, péssimas condições de mobilidade, aumento da violência urbana, transporte público custoso e ineficiente, além de outras questões vinculadas diretamente a um crescente aumento populacional e das emergentes demandas que se verificam a partir desse contexto, como, por exemplo, a urgência por moradia na região.

Administrada aos moldes de uma empresa, arditamente projetada para gerar lucros, vendendo ao mesmo tempo a imagem da cidade como grande condomínio de luxo e reduto exclusivo destinado às elites nacionais e internacionais, essa lógica administrativa e financeira acaba impondo a ideia de que a “ilha da magia” tem donos, e que tais proprietários estabelecem em certa medida quem pode e quem não pode existir nela, através principalmente da hegemonia exercida pelo capital imobiliário e seus gestores que, contando com a influência política e econômica que sustentam, acabam por determinar as prioridades

das políticas de uso e ocupação do solo no município. Vinculado a isso, verifica-se cada vez mais a intensificação do processo de segregação socioespacial na região, notadamente em Florianópolis, onde a partir da explosiva valorização imobiliária segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras vão sendo literalmente expulsos, devido principalmente ao ritmo cada vez mais acelerado do aumento da especulação sobre a terra urbanizada na região.

É a partir de tal conjuntura, marcado pelo forte predomínio do capital imobiliário aliado aos interesses oligárquicos, juntamente com a piora das condições de vida e moradia dos trabalhadores de baixa renda, assim como da segregação socioespacial decorrente desse processo é que emerge a Ocupação Amarildo de Souza na Grande Florianópolis. Saindo em defesa dos direitos aos excluídos da cidade da magia, o Movimento insurge na cena política local ao propor disputar os recursos públicos em prol daqueles que nada tem, inserindo no debate político outra proposta de desenvolvimento para a região.

Nascido das experiências adquiridas por alguns ex-militantes do MST/SC, sua organização política toma uma conformação singular ao apresentar uma proposta de união entre as formas de ação e organização já consolidadas pelos movimentos sociais de luta pela terra (MST), junto a concepções teóricas advindas do campo da esquerda partidária, por sua vez com forte vinculação ao Partido Comunista Brasileiro. Dessa convergência entre movimento social e partido político surge um modelo de vanguarda fundamentado na ideia de centralidade na ação, ou seja, do predomínio da ação direta como forma estrutural e balizadora da organização e ação política.

Partindo da proposta de Reforma Agrária Popular trazida do MST, os “Amarildos”, como ficaram conhecidos, apresentaram novas possibilidades de ação na região ao buscarem reunir demandas de extrema urgência para os trabalhadores mais espoliados da região. Ao partir da reivindicação por “Terra, Trabalho e Teto”, incorporando questões vinculadas diretamente à centralidade da oposição capital/trabalho, o pro-

jeto político propõe a superação das relações baseadas na exploração capitalista de produção, ao defender outra proposta de trabalho, renda e moradia pautada nos valores de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores.

Ao contar com ampla participação envolvendo sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e os mais diversos militantes e ativistas engajados, a rede de apoio trouxe à cena política local algo singular no que diz respeito ao poder de enfrentamento direto contra as forças conservadoras da região. A contraposição político-ideológica acionada através da luta pela conquista da terra insurge como uma possibilidade de resistência e enfrentamento real frente ao projeto elitista de cidade.

É certo que os problemas e dificuldades enfrentados ao longo de sua trajetória acabaram por gerar graves prejuízos à condição de continuidade e consolidação da luta. Nesse sentido, o desfecho negativo do despejo do terreno da SC-401 pode ser visto como um fator sintomático no que concerne tanto à saída em massa das famílias como também para a desestruturação de sua organização política, abrindo precedentes para questionamentos acerca dos limites e desafios estabelecidos em torno de seu modelo organizativo enquanto Movimento de Vanguarda, bem como da proposta de projeto político adotada.

Por outro lado, apesar das contradições que possam ter apresentado, há de se levar em consideração o poder das forças conservadoras de oposição. Verificadas a partir dos mais diversos tipos de repressão, com o uso desproporcional da força policial, estabelecidas através de ameaças e penalizações de âmbito jurídico-políticas, as tentativas de criminalização não foram capazes de intimidá-los. Persistentes em seus ideais, colocaram-se com bravura e determinação frente à disputa pela terra na região. Corajosos, desafiaram de maneira contundente a ordem do e da capital, ao se lançarem no enfrentamento direto contra os interesses patrimonialistas das classes dominantes locais.

Diante dessa perspectiva, podemos considerar que sua luta se apresentou, antes de tudo, como um grito de alerta às forças reacioná-

rias da região ao mostrar que existem possibilidades de resistência frente ao projeto elitista de *cidade-mercadoria*, ao mesmo tempo em que se revelou como um prenúncio aos explorados da grande Florianópolis acerca das viabilidades concretas de organização e mobilização da luta contra o capital imobiliário e seus gestores.

No entanto, o processo de institucionalização do Movimento via Estado veio confirmar ainda mais a imposição e necessidade da ação direta como principal forma de garantir os direitos dos excluídos da “Ilha da Magia”, não somente por se colocar como única opção para as classes trabalhadoras mais pauperizadas de continuarem existindo e resistindo na cidade, mas também por deixar claro que não será exclusivamente através do diálogo com as instituições públicas que serão resolvidas as contradições sociais, estas, somente poderão ser confrontadas e combatidas de maneira eficaz através da luta direta contra o capital. Tomada nesse sentido, as ações realizadas pelo Movimento Amarelado sinalizaram para a necessidade e urgência do acirramento da luta por terra e moradia no Estado de Santa Catarina, principalmente na grande Florianópolis, região onde se concentra atualmente grande parte do proletariado catarinense que resiste cotidianamente ao processo de lumpenização.

Para além de revelar novas formas de organização e ação aos grupos pauperizados e dispersos das classes trabalhadoras da região, mobilizando ao mesmo tempo setores importantes da sociedade civil em prol de sua bandeira de luta, a ocupação pensada e produzida de forma organizada foi capaz de denunciar de maneira eficiente tanto a concentração e apropriação ilegal de terras no município de Florianópolis, quanto o poder exercido pelo capital imobiliário em detrimento da função social da cidade e da propriedade, além das práticas segregacionistas promovidas pelas elites dominantes via políticas de Estado. Sinalizando para a urgência das grandes demandas por moradia existentes na região, suas ações contribuíram de modo significativo para dar visibilidade aos problemas e conflitos urbanos inerentes à cidade neoliberal, por vezes omitidos e negligenciados ao conhecimento pú-

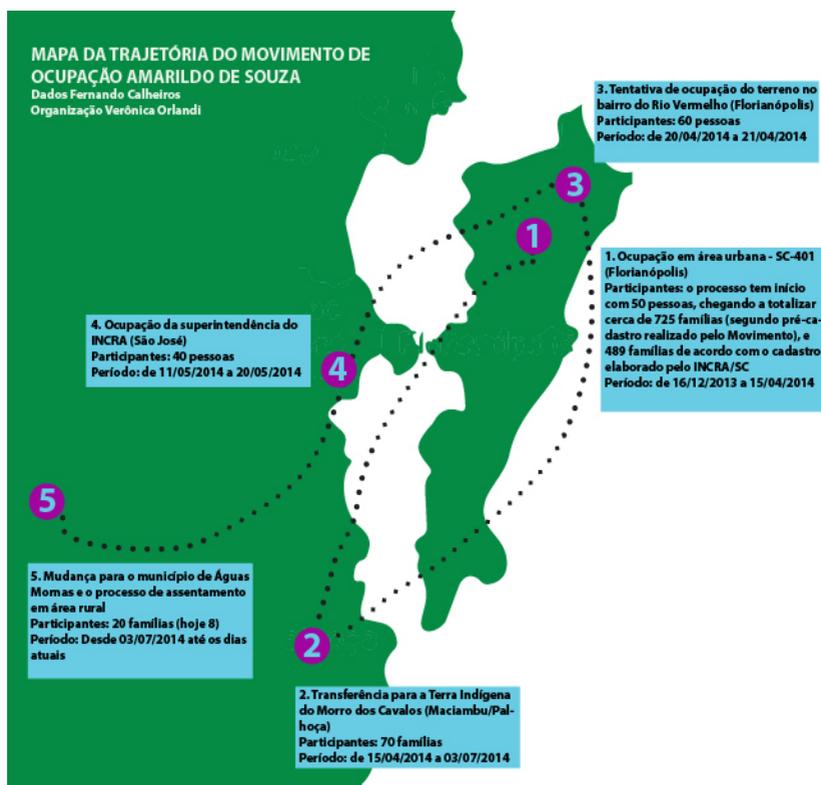
blico. Apresentando-se como expressão social do conflito de classes em torno da disputa pela terra, o Movimento de Ocupação Amarildo de Souza propôs, sobretudo, novas formas de apropriação e uso do espaço urbano a partir do protagonismo de sua luta por “Terra, Trabalho e Teto” na região da Grande Florianópolis.

CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO

- 16/12/2013 – Primeira ação realizada (grupo de 50 pessoas) a partir da ocupação do terreno na Rodovia SC-401, na Vargem Pequena, Norte de Florianópolis.
- Motivação: baixos salários aliados ao intenso processo de encarecimento das taxas de aluguéis no município.
- Conflito a partir de dois princípios constitucionais (função social da propriedade x garantia da propriedade privada).
- 05/01/2014 – Ampliação da ocupação: inclusão de novas famílias e a chegada de 50 índios da etnia Kaingang (RS).
- 24/01/2014 – INCRA recebe lista de pré-cadastro com 725 famílias participantes da ocupação.
- 03/02/2014 – SPU/SC realiza vistoria do terreno identificando o mesmo como propriedade da União.
- 07/02/2014 – Marcha na Beira-Mar Norte (800 pessoas).
- Audiência conciliatória na ALESC entre as partes determina 19 pontos a serem cumpridos, dentre eles a desocupação do terreno em 15/04/2014.
- 19/03/2014 – Audiência Pública na ALESC envolvendo instituições públicas (INCRA e SPU), parlamentares e lideranças do Movimento discutem sobre possibilidades de resolução do conflito.
- 9/04/2014 – Mobilizações do Movimento na tentativa de reverter a determinação judicial de ordem de despejo (Bloqueios na SC-401 e manifestações na ALESC).
- 12/04/2014 – Tentativa de transferência das famílias para o terreno do sindicato dos bancários. Deflagrada a “Operação Capital” com uso de forte aparato repressivo pela PM.
- 14/04/2014 – Reunião na ALESC entre lideranças do Movimento e representantes públicos busca estabelecer acordo sobre uma nova área para as famílias da ocupação. Como solução temporária é indicada a transferência das famílias para a TI do Morro dos Cavalos em Maciambu/Palhoça.

- 15/04/2014 – Processo de desocupação do terreno da SC-401 e a transferência para Palhoça. Saída em massa das famílias (90% da base social).
- 16/04/2014 – Chegada da “Comuna Amarildo” (70 famílias) em Maciambu/Palhoça e a tentativa de diálogo com a comunidade Guarani.
- 20/04/2014 – Movimento busca retornar à Florianópolis a partir da tentativa de ocupação do terreno no bairro do Rio Vermelho. Ação gera conflito com empresários e população local.
- 21/04/2014 – Retorno à Maciambu e estabelecimento de acordo de permanência junto às lideranças indígenas da TI do Morro dos Cavalos.
- 11/05/2014 – Ocupação da superintendência do INCRA em São José. Movimento busca pressionar a instituição para ceder nova área para as famílias remanescentes da ocupação da SC-401.
- 16/05/2014 – Juiz federal da 6ª Vara de Florianópolis determina o prazo de 15 dias para desocupação da TI do Morro dos Cavalos. INCRA propõe nova área
- 03/07/2014 – Cerca de 25 famílias remanescentes do Movimento são transferidas pelo INCRA para um terreno no município de Águas Mornas.
- 03/07/2015 – Comemoração de um ano da Comuna Amarildo em Águas Mornas.
- 08/11/2015 – Processo de desestruturação da organização política tem como desfecho a expulsão de uma das principais lideranças.
- 10/05/2016 – Acampamento Amarildo de Souza encaminha Estudo de Viabilidade Técnica (EVT) ao INCRA, como procedimento necessário à aprovação e abertura da portaria de assentamento em Águas Mornas.
- Outubro/2017 – Consolidação do processo de assentamento da Comuna Amarildo de Souza no município de Águas Mornas a partir da criação de portaria pelo INCRA.

Mapa 4 – Trajetória do Movimento Amarello na Região da Grande Florianópolis



Fonte: Fernando Calheiros. Elaboração: Verônica Orlandi.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FACHINELLO, A. L.; SANTOS FILHO, J. I. A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. In: **Agricultura e agroindústria catarinenses: panorama, impasses e perspectivas do sistema agropecuário**. Chapecó: Argos, 2010.

GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: reforma agrária, movimentos sociais e novas formas de assentamentos**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária**. Revista Agrária, São Paulo, n. 5, 2006.

GOTTDIENER, Mark. Paradigmas Flutuantes O debate sobre a teoria do espaço. In: **A produção social do espaço**. São Paulo: Edusp, 1997, p. 115-158.

GOULART, Débora Cristina. **O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

_____. **Movimento dos trabalhadores Sem-Teto e subproletarização: elementos para um debate sobre a classe trabalhadora no Brasil**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, p. 160-171, jul/dez 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume, 2005.

_____. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato... [ET AL.]. In: **A liberdade da cidade**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Revista Espaço e Debates, São Paulo, n. 6, p. 6-35, 1982.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIMA, Sonia Lúcio Rodrigues de. **Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LORENA, Elton Rafael. **Luta de classes na cidade neoliberal: uma análise sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [ET AL.]. In: É a questão urbana, estúpido!. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. As metrópoles e a questão social brasileira. In: **Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST – Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo, 2013.

PINHEIRO, Jair. **Novos movimentos sociais classistas**. Aurora, ano IV, n. 6, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço**. Cadernos Metrópole, n.12, p. 9-25, 2. sem. 2004.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

VAINER, Carlos. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil /Erminia Maricato... [ET AL.]. In: **Quando a cidade vai às ruas**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Número e casas vazias supera déficit habitacional brasileiro, indica censo de 2010.** Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-12-11/numero-de-casas-vazias-supera-deficit-habitacional-brasileiro-indica-censo-2010>>. Acesso em: 25/04/2015.

BBC BRASIL, 29/05/2014. **Aluguel caro pressiona déficit habitacional nas metrôpoles.** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140527_deficit_habitacional_ms>. Acesso em: 25/04/2015.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Déficit habitacional em Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.cohab.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=110>. Acesso em: 25/04/2015.

BUONICORE, Augusto Cesar. **Lênin e o Partido de Vanguarda.** São Paulo: Princípios, ed.69, p. 48-54, 2003. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/PRI/PRI69/PRI69_08.PDF>. Acesso em: 02/10/2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil.** Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>. Acesso em: 03/07/2015.

G1, 25/11/2013. **Número de domicílios com aluguel excessivo cresce 30% em cinco anos.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/numero-de-domicilios-com-aluguel-excessivo-cresce-30-em-cinco-anos.html>>. Acesso em: 27/06/2015.

_____. 17/12/ 2014. **Uma em cada quatro famílias gasta mais de 30% da renda com aluguel.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/uma-em-cada-quatro-familias-gasta-mais-de-30-da-renda-com-aluguel.html>>. Acesso em: 27/06/2015.

_____. **Dilma assentou menos famílias que Lula e FHC; meta é 120 mil até 2018.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-assentou-menos-familias-que-lula-e-fhc-meta-e-120-mil-ate-2018.html>>. Acesso em: 05/03/2016.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Revista Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 21/01/2015

IBGE CIDADES. **Santa Catarina/ Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarinaflorianopolis>>. Acesso em: 29/06/2015.

OUTRAS PALAVRAS. **Florianópolis já encara que a captura**. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/florianopolis-ja-encara-quem-a-captura/>>. Acesso em: 05/07/2015.

MARICATO, Ermínia. **A Terra é um nó na sociedade brasileira ...também nas cidades**. Ed. Vozes, v.93, n.6, 1999. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_terranosociedadebrasileira.pdf>. Acesso em: 18/05/2015.

_____. **A bomba relógio das cidades brasileiras**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em: 20/05/2015.

NOTÍCIAS DO DIA ON LINE, 15/01/2015. **Minha Casa Minha Vida tem mais de 500 denúncias de irregularidades na Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/226768-minha-casa-minha-vida-tem-mais-de-500-denuncias-de-irregularidades-na-grande-florianopolis.html>>. Acesso em: 01/06/2015.

SUGAI, Maria Inês. **Ações do poder público na produção da segregação espacial urbana**. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1048>>. Acesso em: 15/03/2015.

SUGAI, Maria Inês. **A localização das intervenções viárias intra-urbanas, a distribuição espacial das classes sociais e a dinâmica imobiliária em Florianópolis: a via de contorno norte-ilha**. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1629>>. Acesso em: 15/03/2015.

VILLAÇA, Flávio. **Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira**. VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/efeitos96.pdf>>. Acesso em: 01/07/2015.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor do m ² no Brasil – fevereiro/2015	40
Gráfico 2: Valor do m ² no Brasil – agosto/2016.....	41
Gráfico 3: Déficit habitacional por componente – Região Metropolitana de Florianópolis	43
Gráfico 4: Déficit habitacional por componente – município de Florianópolis.....	43
Gráfico 5: Situação de ocupação dos domicílios particulares do município de Florianópolis	44

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área do terreno com a demarcação da LPM.....	79
Mapa 2: Famílias por região do Brasil	112
Mapa 3: Famílias por região de Santa Catarina.....	113
Mapa 4: Trajetória do Movimento Amarelido na Região da Grande Florianópolis	163

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Reunião inicial da ocupação Amarelido – dez./2013. Fonte: <i>Diário Catarinense</i> . Foto: Betina Humeres.....	66
Figura 2: Marcha na Av. Beira Mar Norte. Fonte: <i>Diário Catarinense</i> . Foto: Betina Humeres	74
Figura 3: Audiência Pública – fev./2014. Fonte: <i>Diário Catarinense</i> . Foto: Betina Humeres	75
Figura 4: Ocupação SC-401. Fonte: <i>Brasil Notícias</i>	78
Figura 5: Assembleia Geral SC-401. Fonte: <i>Diário Catarinense</i> . Foto: Cristiano Estrela	84
Figura 6: Conflito no bairro do Rio Vermelho – abril/2014. Fonte: <i>Diário Catarinense</i> . Foto: Charles Guerra.	95
Figura 7: Festa de comemoração de 1 ano da Comuna Amarelido em Águas Mornas – julho/2015. Fonte: Rafael Venuto...	101

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AGU – Advocacia-Geral da União
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CSP/CONLUTAS – Central Sindical e Popular
DC – Jornal *Diário Catarinense*
EVT – Estudo de Viabilidade Técnica
FJP – Fundação João Pinheiro
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRASC – Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina
LPM – Linha do Preamar Médio
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ND – Jornal Notícias do Dia
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
PM – Polícia Militar
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
RGF – Região da Grande Florianópolis
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AO SUPERINTENDENTE DA SPU/SC

Sr. André Ricardo de Souza

Com relação à área de 900 hectares localizada no km 8 da Rodovia SC-401, Bairro Vargem Grande, Florianópolis:

1. Como está cadastrada a referida área na SPU/SC? Área Urbana ou Rural?

R. A área em questão ainda não está cadastrada. O imóvel está localizado em área onde a Linha de Preamar Médio LPM está demarcada mas ainda não homologada. Portanto, no momento, a área é considerada presumidamente da União. Assim que a Prefeitura Municipal de Florianópolis disponibilizar o cadastro das pessoas atingidas pela demarcação das áreas da União, será aberto prazo para que os interessados, se desejarem, apresentem os pedidos de impugnação da Linha. Após a análise de todos os pedidos de impugnação a LPM será homologada ou retificada, neste caso sejam apresentados elementos técnicos que justifiquem a sua revisão. Todavia, o interessado já manifestou desinteresse na continuidade do seu processo de inscrição de ocupação que tramitava nesta Superintendência.

2. Qual é a dimensão física real da área e suas receptivas matrículas ou títulos?

R. As áreas que interferem com área presumidamente da União são: Matrículas n.º 71263, com área de 2.030.484,5089m², n.º 71.263, com área de 23.130,4011m² e n.º 44.633/L2, com área de 2.053.614,9100m².

3. Qual são os títulos ou matrículas que foram reclamados como de posse do suposto proprietário "Empreendimento Florianópolis Golf Clube"?

R. Vide resposta anterior.

4. A partir de vistoria da equipe técnica da Secretaria do Patrimônio da União realizada no dia 3 de fevereiro de 2014, a mesma emitiu nota pública onde considerou que a área encontrava-se “totalmente inserida em propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Artº 20-VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46”. Além de tal constatação, a nota afirmava ainda que “Após a comprovação documental (registro de imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC tomará as providências necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos”.

R. A questão da desconstituição dos títulos será analisada após a homologação da LPM, momento em que, se confirmada a sobreposição com terras da União, os títulos existentes serão desconstituídos ou retificados.

5. Em Audiência Pública ocorrida no dia 19 de março de 2014 na ALESC, a superintendente na época, Silvia Beatriz Rizzieri de Luca, reiterou a nota pública publicada pela SPU/SC afirmando que a área se encontrava inserida em propriedade da União. Com base no conteúdo emitido tanto pela nota pública como também pela fala da ex-superintendente, pergunta-se: Qual é a situação atual do processo referente à desconstituição de tais títulos?

R. Como informado anteriormente, a análise para desconstituição dos títulos se dará após a homologação da LPM.

ANEXOS

ANEXO A – O ACORDO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONCILIATÓRIA DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014

- 1) *As pessoas que compõem a “Ocupação Amarelado” permanecerão na área até o dia 15 de abril de 2014;*
- 2) *A área que permanecerá ocupada, e que não poderá ser ampliada ou modificada, é aquela em que hoje existe o acampamento e que será formalmente delimitada, no dia 8 de fevereiro de 2014, pelo major PM Edvar Fernando da Silva Santos, fixando-se os marcos com pontos de GPS;*
- 3) *A área permanecerá ocupada estritamente para fins de acampamento provisório, sendo mantida a vedação de implantação de edificações de cunho definitivo e a construção de novas barracas;*
- 4) *O major PM Edvar Fernando da Silva Santos irá promover o inventário das barracas edificadas na área, inclusive com levantamento fotográfico daquelas de madeira;*
- 5) *Findo o prazo concedido pela parte autora, os acampados deverão desocupar voluntariamente a área sem direito a qualquer indenização ou ressarcimento e sem que assista direito à retenção;*
- 6) *A falta de desocupação voluntária no prazo ajustado, ou o descumprimento de qualquer uma das condições aqui ajustadas, acarretará, independente de prévio aviso ou notificação, a imediata expedição de mandado de reintegração de posse;*
- 7) *No período da ocupação, os acampados comprometem-se a respeitar o direito de propriedade da parte autora;*
- 8) *A parte autora compromete-se a respeitar a área delimitada para o acampamento no período da ocupação;*
- 9) *Os acampados assumem o compromisso de preservar os recursos*

naturais existentes na área e suas adjacências, sobretudo aquelas de preservação permanente, não podendo promover o corte de vegetação e de árvores;

10) Os acampados concordam com a fiscalização contínua na área a ser realizada pela Polícia Ambiental, a cada 15 dias, com o intuito de verificação do respeito ao meio ambiente e ao cumprimento das condições avençadas;

11) A parte autora detém o direito de edificar uma cerca divisória para separar a área ocupada da remanescente;

12) Fica mantida a vedação do ingresso de novas pessoas e famílias no acampamento;

13) Caberá aos acampados comunicar aos demais integrantes do movimento, as condições estabelecidas para a ocupação provisória;

14) Os acampados comprometem-se em fazer cumprir o acordo firmado, bem como reconhecem que eventual mandado de reintegração de posse a ser expedido estende-se a todos os que estiverem na área;

15) Fica assegurado acesso do arrendatário Valmir dos Passos Silva à área, pelo interior do acampamento, para as atividades agropastoris;

16) A falta de cumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas acarretará a imediata rescisão do ajuste independente de qualquer aviso ou notificação, com a consequente expedição do mandado de reintegração da parte autora na posse da área;

17) Cada parte arcará com a remuneração de seu procurador;

18) As custas finais serão de responsabilidade dos acampados, requerendo eles a concessão da justiça gratuita em razão da ausência de condições financeiras para suportar o encargo;

19) As partes renunciam ao prazo para a interposição de recurso, requerendo o imediato trânsito em julgado da sentença. A parte autora renuncia ao direito de oferecer queixa-crime e a requerer indenização quanto à ocupação da área.

ANEXO B – NOTA PÚBLICA DA SPU/SC

Sobre a área citada, Rod. SC-401, km 14, ao lado do Rio Ratonos, a SPU/SC informa:

1) *Representantes dos ocupantes da área protocolizaram nesta SPU/SC solicitação de vistoria e identificação da área ocupada e se a mesma é propriedade da União. A equipe técnica da SPU/SC vistoriou a área em questão na segunda-feira (03/02) e constatou que a área ocupada encontra-se totalmente inserida em propriedade da União, caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Art. 20-VII da Constituição Federal e a Artigos. 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46.*

2) *Após a comprovação documental (registro do imóveis) do suposto proprietário, a SPU/SC tomará as providências necessárias junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Advocacia Geral da União, para a desconstituição desses títulos.*

3) *A Linha de Preamar Médio de 1831-LPM/1831 para o local encontra-se demarcada em fase de homologação, sendo os trabalhos conduzidos pela Comissão de Demarcação instituída pela Portaria 54/2007.*

ANEXO C – NOTA PÚBLICA DA PROCURADORIA DA UNIÃO/SC

Nota da Procuradoria da União de Santa Catarina sobre a área do acampamento Amarildo de Souza na Rod. SC401, km 14, ao lado do Rio Ratonos:

Após uma vistoria realizada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) na área localizada na Rodovia SC401, km 14, em Florianópolis, ficou constatado que o imóvel encontra-se parcialmente inserido em propriedade da União caracterizada como Terreno de Marinha e Acrescido, nos termos do Artº 20VII da Constituição Federal e a Artigos 1º e 2º do Decreto Lei 9760/46, e a existência de titulação sobre a área pública.

Diante da constatação da existência de título de propriedade em terras de marinha no local a SPU solicitou à Procuradoria da União/AGU,

órgão que representa judicialmente o órgão, a análise quanto as providências judiciais cabíveis no tocante a anulação dos referidos títulos, análise que está na pendência de complementação de dados e documentos já requeridos à SPU. Como já informou a SPU, em nota anterior enviada à Imprensa, a linha de Preamar Médio de 1831LPM/ 1831 para àquela região encontra-se demarcada e em fase de homologação. Os trabalhos de demarcação e homologação são conduzidos pela Comissão de Demarcação instituída pela Portaria 54/2007 daquele órgão.

A homologação da linha Preamar Médio segue o estabelecido no DecretoLei 9760 de 1946. Uma das etapas é a notificação de todos os moradores da área localizada na faixa de terreno de Marinha. Os notificados que contestarem a demarcação terão prazo de 10 dias para recorrerem da decisão. Essa fase é administrativa e cabe à SPU tomar as medidas para a devida homologação. Somente após esse trâmite e com a linha homologada é que a AGU deverá acionar judicialmente os supostos detentores de títulos de propriedade sobre terrenos de marinha para a desconstituição/anulação desses títulos.

É importante esclarecer que o processo de demarcação dos terrenos de marinha e acrescidos possui caráter meramente declaratório e não constitutivo de um direito de propriedade estabelecido constitucionalmente.

Com relação à ocupação Amarildo de Souza, a AGU esclarece que o caso é uma disputa de posse entre particulares e que a instituição não é parte no litígio. A missão da Procuradoria será o de representar a União num futuro processo judicial envolvendo a anulação dos títulos, porém caberá à SPU dar destinação ao imóvel.

ANEXO D – NOTA DO MPF, DPU E INCRA AO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Exmo. Sr. Governador,

O Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária vêm através do presente informar a Vossa Excelência que, de forma alguma, concordam, cancelam, incentivam ou mesmo cogitam a possibilidade de realocação das famílias da “Ocupação Amarildo Souza” em terreno localizado na conflituosa região do Maciambú, Município de Palhoça, área que está no interior do perímetro da área identificada como terra indígena, Morro dos Cavalos.

Neste sentido, o Ofício 100/GAB/CRLS/2014 da FUNAI, que segue em anexo, data de hoje, no qual a Fundação Nacional do Índio expressa a sua preocupação jurídica e social com tal ocupação no que toca aos rumos da terra indígena e dos direitos constitucionais da comunidade indígena.

Os fatos técnicos avaliados no dia de hoje demonstraram a estas Instituições que o terreno em questão, identificado em documento anteriormente assinado por estas Instituições na madrugada do dia anterior, dia 14 para 15 de abril, de que a área efetivamente se insere na terra indígena e que a mesma se encontra em processo atual de desintrusão de não-indígenas e de reconhecimento jurídico pelas instâncias competentes, o que faz com que estas Instituições reformem o posicionamento anteriormente aventado, tendo em vista os direitos fundamentais que integram a sua atribuição constitucional e legal.

A propósito, entendem as instituições signatária, que o deslocamento das famílias da ocupação Amarildo de Souza para a área que agora efetivamente se mostrou indígena não contribui para a promoção do direito à moradia, bem como não caracteriza a solução da turbada questão envolvida da Ocupação, e ainda impacta negativamente o direito indígena.

Por fim, até o momento, a única alternativa legalmente adequada que se conhece disponível para abrigamento das famílias em questão é a apresentada pelo INCRA, no Município de Canoinhas, Estado de Santa.

Florianópolis, de 15 de abril de 2014.

Maurício Pessutto
Ministério Público Federal

João Vicente Panitz
Defensoria Pública da União

Fernando Lucio R. de Souza
Ouvidor Agrário - Incra/SC

ANEXO E – LISTA DA REDE DE APOIADORES

APOIADORES DA OCUPAÇÃO AMARILDO DE SOUZA

• *Partidos e sindicatos*

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

CSP CONLUTAS – Central Sindical e Popular

SINTRATURB – Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis

SINTRASEM – Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis

SINTE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de SC

SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários

SINDASP – Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina

SINDICATO DOS CORREIOS

SINDPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina

SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Florianópolis e Região

• *Organizações políticas e sociais:*

UJC – União da Juventude Comunista

• ***Brigadas populares***

JCA – Juventude Comunista Avançando

PCLCP – Polo Comunista Luiz Carlos Prestes

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

CSP CONLUTAS – Central Sindical e Popular

FEAB – Federação do Estudantes de Agronomia do Brasil

MPL – Movimento Passe Livre

Ocupação Contestado

Ocupação Palmares

Coletivo Anarquista Bandeira Negra

MST – Brigada Mitico

Movimento População de Rua

LECERA – Laboratório de Educação do Campo e Estudos da
Reforma Agrária

CINEAMARILDO – Projeto UDESC

Portal Desacato

Coletivo Maruim

Jornal Germinal

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Coletivo Geodélica Cultural Itinerante

Coletivo Margarida Alves

Coletivo Pagu

Coletivo dos Advogados Populares de Florianópolis

CALJ – Centro acadêmico livre de Jornalismo (UFSC)

CALISS – Centro acadêmico livre de Serviço Social (UFSC)

MUP – Movimento Universidade Popular

CALIGEO – Centro acadêmico livre de Geografia (UFSC)

GTNUP – Grupo de Trabalho núcleo da Universidade Popular

AMA – Ateliê Modelo de Arquitetura (UFSC)

Outros lançamentos de 2018

Classes dominantes, política e capitalismo contemporâneo

Danilo Enrico Martuscelli

Uma caixa de Pandora: crítica à expansão do ensino superior catarinense no período 1960-2010

Maurício José Siewerdt

A caminhada de luta dos trabalhadores das empresas recuperadas

Maria Alejandra Paulucci

Trabalho e capital na virada do milênio

Paulo Tumolo

A Carta Aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios

Ricardo Gaspar Müller e
Mario Duayer (Org.)

Fernando Calheiros

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde cursa atualmente o mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia. Trabalha como professor de Sociologia na rede pública do Estado de Santa Catarina.

E-mail: fecalheiros79@gmail.com

O movimento autodenominado Ocupação Amarelado de Souza ganha notoriedade pública nos anos 2013/2014 ao propor realizar a união entre as bandeiras de luta do campo e da cidade. Por meio do lema “Terra, Trabalho e Teto”, apresenta de maneira inédita o novo projeto de Reforma Agrária Popular do MST como perspectiva de ação dentro do espaço metropolitano. A partir das questões relacionadas à crise nas cidades no contexto neoliberal, o presente livro propõe analisar o caso do movimento Amarelado buscando identificar, sobretudo, elementos que possibilitem uma reflexão crítica acerca do conflito estabelecido em torno da atual disputa pela terra, bem como dos limites e desafios colocados às lutas populares em prol de uma maior democratização do espaço na Grande Florianópolis.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-45335-31-7



9 788545 533531

